



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

Campus
João Pessoa

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAÚJO

**DO CEFET-PB AO IFPB (*CAMPUS* JOÃO PESSOA):
NOVOS RUMOS FORMATIVOS DO CURSO TÉCNICO EM
ELETROTÉCNICA À PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO
TRABALHO**

JOÃO PESSOA

2025

ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAÚJO

**DO CEFET-PB AO IFPB (*CAMPUS* JOÃO PESSOA):
NOVOS RUMOS FORMATIVOS DO CURSO TÉCNICO EM
ELETROTÉCNICA À PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO
TRABALHO**



Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito obrigatório para o processo de Defesa Final.

Orientador: Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino

JOÃO PESSOA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *Campus* João Pessoa

- A663c Araújo, Andreza Soares Freitas de.
Do CEFET-PB ao IFPB (*Campus* João Pessoa): novos rumos
formativos do curso técnico em eletrotécnica à preparação para o
o mundo do trabalho / Andreza Soares Freitas de Araújo. – 2025.
136 f.; il.
Possui o Produto educacional através de um vídeo documentário, integrado a essa dissertação cujo título é: “Do CEFET-PB ao
IFPB (*Campus* João Pessoa)”.
Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica)
- Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT),
2025.
Orientação : Prof^o Dr. Emmanoel de Almeida Rufino.
1. Mundo do trabalho. 2. Formação integral. 3. Educação profissional e tecnológica. 4. Curso técnico em eletrotécnica. I. Título.
CDU 331.5:377(043)

Bibliotecária responsável Lucrecia Camilo de Lima – CRB 15/132


ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAÚJO

**DO CEFET-PB AO IFPB (CAMPUS JOÃO PESSOA): Novos Rumos Formativos do Curso Técnico
em Eletrotécnica à Preparação para o Mundo do Trabalho**

DISSERTAÇÃO submetida ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), linha de pesquisa: "Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)", em cumprimento aos requisitos institucionais para a obtenção do Título de **MESTRA**.

Aprovado em 22 de outubro de 2025.

Membros da Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **EMMANOEL DE ALMEIDA RUFFINO**
Data: 26/11/2025 12:15:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Emanoel de Almeida Ruffino
Instituto Federal da Paraíba (ProfEPT/IFPB)

Orientador

Documento assinado digitalmente
 **ITALAN CARNEIRO BEZERRA**
Data: 27/11/2025 11:48:40-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra
Instituto Federal da Paraíba (ProfEPT/IFPB)

Examinador interno

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANO CANDEIA**
Data: 27/11/2025 12:37:16-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Luciano Candela
Instituto Federal da Paraíba (ProfEPT/IFPB)

Examinador interno

Documento assinado digitalmente
 **VANDERLAN PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA**
Data: 26/11/2025 14:18:40-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Examinador externo

Dedico esse trabalho à minha família, por todo apoio que sempre me transmitiu, em especial à minha irmã Andréa, por sempre ter acreditado em mim e me apoiado incondicionalmente, nos momentos em que nem eu mesma acreditei.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me permitir a saúde física e mental e por me abençoar com coragem e determinação para me colocar nessa batalha, superando as dificuldades e os obstáculos e desviando das pedras que eram jogadas na minha estrada, tentando me fazer desistir e deixar de acreditar em mim e nos meus sonhos. Deus, obrigada por tantas coisas que tens me dado!

Agradeço a minha família por todo o esteio. A minha mãe pelo amor incondicional e pelo apoio em todos os momentos. Às minhas irmãs, em especial minha irmã Andréa, por todo o amparo e incentivo para que eu efetivasse minha inscrição para as provas do PROFEPT e pudesse ingressar nesse Mestrado, pelo companheirismo, pela amizade, compreensão e por nunca deixar de acreditar em mim. Ao meu pai (in memoriam), que sempre buscou me mostrar a importância dos estudos e a valorização do saber, me conduzindo a compreender que esse caminho configura uma das maiores preciosidades da vida, por ter me possibilitado as condições para estudar em meio a tantas dificuldades da vida e por tudo que fez por mim, para que eu me mantivesse firme no meu propósito de entrar na universidade e seguir nos estudos. Dedico muito esse trabalho a ele, que, sei que de onde estiver, está aplaudindo minha conquista.

Ao meu orientador Prof^o Dr. Emmanoel de Almeida Rufino, por toda atenção, compreensão, gentileza e disponibilidade. Muito grata!!

Aos companheiros e companheiras da minha turma linda e querida do PROFEPT/IFPB pela união, companheirismo, cooperação mútua e por todo amor transmitido. Por nunca ninguém soltar a mão de ninguém. Aos queridos docentes do PROFEPT, por tanta ajuda, compreensão e ensinamentos.

Ao Coordenador do PROFEPT, Professor Allysson Macário, por tanta gentileza, compreensão e humanidade para conosco, alunos do PROFEPT; por sempre estar disponível pra nos ajudar no que fosse possível.

Registro também minha gratidão ao Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP) do IFPB, por todo o suporte e prontidão em ajudar.

Agradeço, por fim, ao meu amigo, irmão querido, Leomaques Bernardo, companheiro de trabalho na Universidade Federal de Campina Grande, por sua linda e verdadeira amizade, por tanto ter me incentivado no processo de seleção para o PROFEPT e pelo apoio incondicional nos meus momentos mais difíceis.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! (Freire, 1992)

RESUMO

O percurso da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é marcado por avanços e retrocessos, especialmente no que concerne à formação integral do humano. Na maior parte do tempo, os esforços empreendidos foram no sentido de atender o mercado de trabalho dentro de um caráter tecnicista, negligenciando a formação do indivíduo humano como um todo. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia trouxe à baila o compromisso da educação profissional com a formação técnica de excelência aliada à formação humana e cidadã, formando indivíduos com uma gama de habilidades para ingressar no mundo do trabalho. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa se propõe a analisar avanços e/ou retrocessos percebidos, em termos de concepção de formação para o mundo do trabalho, no Curso Técnico em Eletrotécnica no período da sua antiga oferta no CEFET-PB (*Campus* João Pessoa) e, atualmente, no IFPB (*Campus* João Pessoa). Para tanto, foi realizada uma pesquisa aplicada, dentro de uma abordagem qualitativa, realizando análise documental e entrevistas estruturadas com docentes que vivenciaram o período de transição CEFET – IFPB. Para a pesquisa documental, foram analisados documentos institucionais e material livresco contendo informações da instituição desde a sua criação. As entrevistas foram realizadas presencialmente com 05 (cinco) docentes, sendo gravadas com o objetivo de se produzir um material audiovisual, como produto educacional. A análise e tratamento dos dados foi feita baseada na Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados mostraram as mudanças e avanços no período considerado, e os desafios presentes e futuros no âmbito do curso e da instituição de maneira geral. Esses resultados compuseram o produto educacional sob o formato de um vídeo documentário, entregando um material potencialmente esclarecedor e reflexivo, de uma forma leve, envolvente e impactante.

Palavras-chave: Mundo do Trabalho; Formação Integral; Educação Profissional e Tecnológica; Curso Técnico em Eletrotécnica do IFPB (*Campus* Joao Pessoa)

ABSTRACT

The trajectory of Professional and Technological Education in Brazil has been marked by advances and setbacks, especially regarding the integral education of the human being. For the most part, efforts have been directed toward meeting the demands of the labor market within a technicist framework, neglecting the holistic formation of the individual. The creation of the Federal Institutes of Education, Science, and Technology brought to light the commitment of professional education to technical training of excellence combined with human and civic formation, preparing individuals with a wide range of skills to enter the world of work.

From this perspective, the research aims to analyze the advances and/or setbacks observed in terms of the conception of education for the world of work in the Electrotechnics Technical Course, during its previous offering at CEFET-PB (João Pessoa Campus) and, currently, at IFPB (João Pessoa Campus). To this end, an applied research study was conducted, within a qualitative approach, through documentary analysis and structured interviews with teachers who experienced the transition period from CEFET to IFPB. For the documentary research, institutional documents and bibliographic materials containing information about the institution since its creation were analyzed.

The interviews were conducted in person with five (05) teachers, recorded with the purpose of producing audiovisual material as an educational product. Data analysis and treatment were based on Bardin's Content Analysis. The results revealed the changes and progress during the period considered, as well as the present and future challenges both within the course and at the institution in general. These results were compiled into the educational product in the form of a video documentary, providing potentially enlightening and reflective material in a light, engaging, and impactful way.

Keywords: World of Work; Integral Formation; Professional and Technological Education; Electrotechnics Technical Course at IFPB (João Pessoa Campus)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, localizada em Curitiba	59
Figura 2 - Escola de Aprendizes Artífices, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro	60
Figura 3 - Primeiros mestres e alunos da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba – 1910.....	60
Figura 4 - Escola de Artífices, Paraíba.....	61
Figura 5 – Escola de Aprendizes Artífices do Paraná	61
Figura 6 - Salão de Desenho – Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas	64
Figura 7 - Fachada principal Escola Industrial Coriolano de Medeiros	66
Figura 8 - Escola Industrial da Paraíba.....	67
Figura 9 - Grade curricular do Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica	73
Figura 10 - Página de abertura do documentário	109
Figura 11 - Imagens do documentário – Fotos antigas	109
Figura 12 - Imagem do documentário – Escola Industrial Coriolano de Medeiros	110
Figura 13 - Imagem do documentário - Entrevista	110
Figura 14 - Imagens capturadas durante as entrevistas	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET – PB – Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNE – Conselho Nacional de Educação

COELCE – Companhia Eletrica do Ceará

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IF’S – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NDPEP – Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNC – Programa Novos Caminhos

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa Nacional de inclusão de jovens

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC – Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico

SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA	13
1.1.2 Período Democrático Desenvolvimentista	15
2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: DESCREVENDO A PESQUISA	20
2.1 ESTADO DA ARTE DA PESQUISA	20
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	23
2.2.1 Universo, amostragem e amostra	24
2.2.2 Instrumento de coleta de dados	25
2.2.3 Análise de dados	26
2.3 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	27
2.3.1 Os novos contornos da Educação Profissional na Era Lula	34
2.3.2 Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	39
2.3.3 A Educação Profissional no Plano Nacional de Educação	41
2.4 DISCUSSÃO DAS CATEGORIAS DA PESQUISA À LUZ DA HISTÓRIA DA EPT	45
2.4.1 Mercado de Trabalho <i>Versus</i> Mundo do Trabalho	48
2.4.2 Classe Social	51
2.4.3 Classe Operária	51
2.4.4 Memória	52
2.4.5 Politécnica	53
2.4.6 Educação Integrada	54
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
3.1 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAÍBA – ATUAL IFPB (CAMPUS JOÃO PESSOA)	59
3.1.1 O Curso Técnico em Eletrotécnica do IFPB – <i>Campus</i> João Pessoa	69
3.1.1.1 Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado de Eletrotécnica	71
3.1.1.1.1 O perfil da formação integrada	71

3.1.1.1.2 Competências Básicas Da Formação Geral	71
3.1.1.1.3 Competências Básicas da Habilitação Eletrônica.....	71
3.1.1.1.4 Organização Curricular	72
3.1.1.2 Transformações vivenciadas pelo Curso Técnico em Eletrotécnica	74
3.2 TRANSIÇÃO CEFET-PB – IFPB (<i>CAMPUS</i> JOÃO PESSOA) NA VOZ DE QUEM VIVEU A HISTÓRIA POR DENTRO DO CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA..	74
3.2.1 Mudanças e Transformações	74
3.2.2 Perfil da Formação Discente	80
3.2.3 Formação para o Trabalho	87
3.2.4 Contexto Político	92
3.2.5 Mudanças na Estrutura Curricular	98
3.2.6 Os IFs e os Desafios para o Futuro	103
 4 PRODUTO EDUCACIONAL	 106
4.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	107
4.1.1 Elaboração	108
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 112
 REFERÊNCIAS	 114
 APÊNDICE I: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	 123
APÊNDICE I I: TERMO DE SOLICITAÇÃO DE USO DE IMAGEM (MAIOR DE 18 ANOS)	124
APÊNDICE III: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	126
ANEXO I: ANUÊNCIA SETOR DE PSICOLOGIA DO IFPB CAMPUS JOÃO PESSOA	129
ANEXO II: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	130

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA

No Brasil, a Educação Profissional possui uma longa e diversificada trajetória, sendo possível verificar já no período colonial alguns traços de sua existência; os nativos, os índios e os negros eram preparados – ainda que de maneira informal – para a execução de algumas tarefas. Em uma economia basicamente agroexportadora, o trabalho era fortemente marcado pelo escravismo e pela depreciação do trabalho manual (Lopes, 2019).

Na época do Brasil Império, a formação da força de trabalho era uma tarefa das associações religiosas e filantrópicas, com a preocupação de oferecer um ofício à população de rua, especialmente às crianças, para que não se tornassem adultos desocupados. Nesse momento histórico também se viu desponta as Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros que, por sua vez, surgiram com a intenção de formar um contingente profissional para atuar na Marinha e na guerra (Garcia et al, 2018). Dentre muitos outros, esses fatos sociais indicam que a Educação Profissional dessa época existia fundada basicamente na transferência de saberes e técnicas pela observação, pela prática e pela repetição. Os variados conhecimentos iam sendo tecidos e organizados, de modo que auxiliassem no funcionamento das sociedades, sendo, dessa forma, transportados através das gerações. Em 1827, Dom Pedro I determinou a instalação de escolas para as primeiras letras em todas as instituições escolares e vilarejos da época (Correa e Costa, 2019).

O documento elaborado pelo Ministério da Educação em comemoração ao Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em 2009¹ faz uma explanação sobre a história da educação profissional no Brasil a partir dos anos de 1800, mostrando que, nessa época, foi adotado o modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros, destinado a atender as crianças e jovens das camadas carentes da sociedade. Nos centros destinados à aquisição dos ofícios, era oferecido o acesso às primeiras letras do ensino primário.

Em 1809, foi criado o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público no país, destinado à formação de artífices e aprendizes vindos de Portugal (Garcia, 2000).

1 https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, representa o marco histórico de uma política nacional de formação profissional no Brasil, embora não tenha significado a integração trabalho-educação; o ensino profissional era orientado para a prática, destinado à formação de mão de obra, voltado para as classes desprovidas, enquanto a educação era considerada de base teórica, voltada para a formação das classes dirigentes (Colombo, 2020).

Essas escolas foram instituições criadas inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (MEC, 2009), em atendimento à crescente demanda advinda da indústria que buscava mão de obra qualificada, tendo como público-alvo as classes menos favorecidas, os chamado “desvalidos da sorte” (Candeia, 2013).

O foco das Escolas de Aprendizes Artífices era a aprendizagem profissional descolada da formação educativa, no sentido de uma educação destinada ao trabalho manual, prevalecendo os interesses da produção orientada para a indústria (Batista e Müller, 2021). Nessa esteira e a despeito do caráter fragmentado no qual foram instituídas as Escolas de Aprendizes Artífices, elas foram a base da criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, “cujas atividades iniciais eram instrumento de uma política voltado para as “classes desprovidas” e hoje se configura como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (MEC, 2009).

Por ter sido um momento de grandes transformações e mudanças consideráveis no que se refere a educação profissional, consideramos importante trazer momentos da Era Vargas, época em que ocorreu a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino, onde o ensino profissionalizante foi regulamentado para todo o território nacional, com o objetivo declarado de formação de mão de obra especializada a fim de atender às demandas de um país em desenvolvimento (Batista e Müller, 2021). Assim pensado, o sistema educacional é conformado à divisão socioeconômica do trabalho, tendo de um lado o ensino secundário e, de outro, o profissional, subdividido em Industrial, Comercial, Agrícola e Normal (Lopes, 2019).

Não obstante o fato de as Leis Orgânicas do Ensino reforçarem a dicotomia entre a educação propedêutica e a educação profissional, em virtude da organização curricular mais estruturada, é inegável a importância dessas leis, tendo em vista que foi por meio desse evento que a regulamentação do ensino foi levada a efeito, com a estruturação do ensino industrial, comercial e secundário.

Após a Reforma Capanema, o ensino do Brasil sofreu várias modificações em sua estrutura, ficando a educação regular organizada nos níveis básico e superior. Nesse contexto de transformações educacionais, o setor econômico brasileiro também passou por modificações

nos processos produtivos, devido à expansão no setor industrial, o que exigiu do Estado uma maior aproximação de suas políticas educacionais com a economia emergente do país. Assim, as circunstâncias políticas, econômicas e sociais forjaram mudanças nos rumos que o ensino profissional tomaria (Assis et al, 2022).

Como vimos, a Educação Profissional no Brasil foi criada com um caráter assistencialista para atender crianças, jovens e adultos que viviam à margem da sociedade. As primeiras escolas que constituíram a Rede Federal de Educação Profissional tinham a função de instruir tais indivíduos através do ensino de um ofício ou profissão (Tavares, 2012) que respondessem a interesses sociais especialmente inspirados nos interesses das elites políticas e econômicas (tendência que se seguiu no decorrer do século XX, com a Rede Federal de Educação Profissional se adequando às novas demandas sociais, políticas e econômicas).

Neste processo, o ensino técnico atravessou uma gama de momentos, sendo estes de maior ou menor proximidade e equivalência com relação à educação básica propedêutica. Nos anos de 1990, por exemplo, as vagas oferecidas pelas Escolas Técnicas Federais eram bastante disputadas, sendo possível constatar que até mesmo os jovens pertencentes às classes mais favorecidas manifestavam interesse em tais vagas, tendo em vista que os egressos destas instituições apresentavam desempenhos satisfatórios e, conseqüentemente, elevados índices de aprovação nos exames de vestibular. Nas regiões onde a oferta de bom ensino preparatório para o vestibular era escassa, as Escolas Técnicas acabaram se tornando a opção de estudos propedêuticos (Brasil/CNE/CEB, 1999).

1.1.2 Período Democrático Desenvolvimentista

O período compreendido entre os anos de 1946 a 1964 caracterizou-se pela presença de um regime democrático e pela implementação de um modelo econômico desenvolvimentista, direcionado à industrialização e à modernização nacional.

Com o fim do Estado Novo², em 1945, foi promulgada a Constituição de 1946, que restituía as liberdades políticas, os direitos civis e as eleições diretas. Os vários governos —

² O Estado Novo foi o período em que Getúlio Vargas governou o Brasil logo após um golpe de Estado, em 10 de novembro de 1937. O Congresso Nacional foi fechado e os partidos políticos, extintos. Vargas se aproximou dos trabalhadores por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas e teve o Departamento de Imprensa e Propaganda como aliado na construção da imagem de “pai dos pobres”. Getúlio Vargas foi deposto do poder em 29 de outubro de 1945 por militares insatisfeitos com os oito anos de governo autoritário.

como os de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart — que atravessaram esse período agiram no sentido de promover o crescimento econômico com forte intervenção do Estado, estimulando a criação de empresas nacionais, a infraestrutura e as indústrias de base.

A fase mais expressiva dessa época ocorreu dentro do governo Juscelino Kubitschek (1956–1961) e seu Plano de Metas, com o lema “*50 anos em 5*”, representando o anseio de promover um rápido progresso econômico. Contudo, o período também foi assinalado por fortes desigualdades sociais, crises econômicas e instabilidade política. O Programa de Reformas de base impulsionado por João Goulart (reforma agrária, tributária, educacional e bancária) suscitou forte reação das classes dominantes e dos militares.

Essa conjuntura teve como desfecho o golpe militar de 1964, que aniquilou o regime democrático e iniciou uma era de 21 anos de ditadura.

Apesar das tensões, foi um momento de expansão da participação política e de fortalecimento de partidos como o PSD, PTB e UDN.

Foi nesse contexto que a Lei nº 5.692/71 estabeleceu como obrigatória a profissionalização dos estudantes do ensino secundário. Não apenas para atender as necessidades do mercado, mas também para reduzir a demanda por vagas no ensino superior, causada por um excedente de estudantes que vinham pressionando o governo pelo acesso aos cursos superiores (Agência Senado, 2017). No entanto, após algum tempo, essa lei se mostrou bastante ineficaz, expondo as dificuldades das escolas e dos governos na implantação do ensino profissionalizante, com a falta de professores especializados, equipamentos e instalações (Agência Senado, 2017). Assim, a grande maioria das instituições não se viu capaz de atender aos propósitos do ensino secundário, nem propedêutico, nem profissionalizante. Mesmo sem admitir formalmente o fracasso da Lei 5.692/71, o Estado resgatou a possibilidade de as escolas fazerem a escolha entre a oferta de ensino propedêutico ou técnico profissionalizante, por meio da Lei 7.044/82.

Conforme Tavares (2012) a redemocratização do Brasil (com a Reforma do Estado) foi permeada pela lógica neoliberal, impactando a educação. Houve uma expansão da rede privada em detrimento da rede pública, especialmente no Ensino Superior, consolidando a educação como mais um setor empresarial. A rede pública, passou – por sua vez – por um processo de intensa estagnação, acompanhada pela terceirização de serviços e o pagamento de taxas em instituições de ensino públicas, além de algumas tentativas de privatização do ensino público.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho incumbiram a Educação Profissional da função de formar o novo perfil de trabalhador a fim de se adequar às novas

formas de organização e gestão do trabalho, e aos interesses do mercado. Com esse fim, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foram estabelecidas mudanças profundas na legislação educacional, com destaque para o Decreto nº 2.208/97, que instituiu as bases para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil (Garcia, Dorsa e Oliveira, 2018).

Mas o resultado não foi exatamente a ampliação e o avanço da educação profissional no sentido de formação integral. O que se viu foi um distanciamento ainda maior entre o ensino propedêutico e aquele de formação profissional, mostrando o comprometimento do governo com o setor produtivo em detrimento aos anseios das classes trabalhadoras. O Decreto nº 2.208/97 criou organizações curriculares distintas entre o ensino técnico e o ensino médio, podendo o ensino técnico ser oferecido de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio, reforçando a dualidade estrutural histórica na educação brasileira, como observa (Carvalho, 2003, p. 83-84):

[...]embora oferta concomitante entre o ensino médio e o ensino técnico, a separação dos tipos de ensino, evidencia que eles não integram o mesmo processo formativo, mantendo assim uma dualidade até então existente [...] Atualiza-se uma antiga concepção da educação profissional, como uma alternativa de educação para os menos favorecidos, atrelada aos interesses do mercado de trabalho e descomprometida como o conhecimento teórico e prático dos trabalhadores. Tal decreto, embora se apresente como alternativa de romper com a dicotomia estrutural, pois separa, em sistemas independentes, o Ensino Médio, da Educação Profissional, acaba efetivamente, por manter o dualismo (Carvalho, 2003, p. 83-84).

Nos anos 2000, com a chegada do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil assumiu uma postura mais progressista no campo da educação, buscando romper com o ideário neoliberal dos governos anteriores, com destaque para a retomada do investimento público nas instituições de ensino federais, com a implantação de novas escolas técnicas e universidades federais pelo Brasil, embora a ampliação do atendimento continuou ocorrendo predominantemente na rede privada (Brasil/MEC/INEP, 2011).

Esse período foi marcado por uma profunda reformulação da Rede Federal, tendo seu ápice com a Lei nº 11.892/08 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2010) esclarecem que os Institutos Federais, na sua criação, foram definidos como

instituições de educação superior, mas também de educação básica, e, principalmente, profissional, pluricurriculares e multicampi; terão na formação profissional, nas práticas científicas e tecnológicas e na inserção territorial os principais aspectos definidores de sua existência. (Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho, 2010, p. 79)

O documento *Concepções e Diretrizes*³, do SETEC, traz a concepção dos Institutos Federais como um marco nas políticas educacionais no Brasil, revelando uma educação profissional alinhada com as políticas de inclusão e com um projeto de Nação, com foco na justiça social, equidade, competitividade e geração de novas tecnologias, respondendo de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional.

Na sequência dos governos Lula e Dilma, a expansão da Rede Federal apresentou um expressivo avanço, possibilitando a criação de várias unidades de ensino e de Institutos Federais em diferentes municípios brasileiros.

Atualmente, a Rede Federal conta com 686 unidades, 38 institutos federais, 112 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, 2 centros federais de educação tecnológica, uma universidade tecnológica federal, no Paraná, além do colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. São 10 mil cursos em diversas modalidades⁴.

Ao percorrermos a história da educação profissional no Brasil, é indiscutível o salto qualitativo observado na sua caminhada, sobretudo relativo à superação da concepção que ela assumia nos seus primórdios, que era de uma educação voltada aos “desvalidos da sorte”, com caráter assistencialista. Considerando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vislumbramos hodiernamente a formação profissional tecnológica com formação humana integral, concorrendo para o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, os interesses da sociedade de classes permeiam o desenvolvimento do conhecimento, garantindo que a educação esteja comprometida e a serviço do mercado.

Lopes (2019, p. 16) mostra que “a subordinação da educação profissional aos anseios do mercado é um problema complexo de nossa história educacional”, seguindo a lógica do capitalismo. Dessa maneira, a Educação Profissional continua sua trajetória em meio às contradições da sociedade do capital e inserida no contexto da dualidade permanente na educação brasileira.

Nesse contexto, nosso estudo se propôs a responder a seguinte problemática: Quais avanços e desafios puderam ser percebidos, em termos de concepção de formação para o mundo do trabalho no Curso Técnico em Eletrotécnica no período da sua oferta desde o CEFET-PB (*Campus João Pessoa*) ao IFPB (*Campus João Pessoa*)?

3 https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf

4 <https://www.camara.leg.br/noticias/1155754-especialistas-apontam-necessidade-de-reforçar-numero-de-servidores-na-rede-federal-de-educacao-profissional/>

Objetivando, pois, compreender quais os rumos formativos que a criação do IFPB (*Campus* João Pessoa) deu à preparação para o trabalho em relação àquilo que era praticado no CEFET-PB, traçamos os seguintes objetivos específicos para viabilizar o alcance do acima proposto: a) examinar as categorias teórico-conceituais implicadas na discussão sobre formação para o mundo do trabalho na Educação Profissional e Tecnológica; b) desenvolver um estudo sobre as origens do Curso Técnico em Eletrotécnica, do Instituto Federal da Paraíba (*Campus* João Pessoa); c) empreender uma busca para compreender a percepção dos docentes do referido curso no tocante à criação dos Institutos Federais e as mudanças advindas desse processo; d) analisar que mudanças puderam ser verificadas no contexto do curso com o processo de transição do CEFET-PB para O IFPB; e) desenvolver, como Produto Educacional, um documentário, contendo relatos de professores do Curso Técnico em Eletrotécnica que, tendo participado da comunidade acadêmica do CEFET-PB (*Campus* João Pessoa), vivenciaram o processo de criação do IFPB e seus sucedâneos, com vistas a reunir informações acerca do modo como concebem – em suas experiências formativas dentro do referido curso – o fenômeno da preparação para o mundo do trabalho.

Assim como todo e qualquer trabalho acadêmico objetiva, através dessa pesquisa buscamos uma forma de colaboração para estudos posteriores dentro do entendimento da Educação Profissional e Tecnológica, de modo a contribuir para uma maior compreensão e consciência sobre esse assunto tão importante, especialmente, no universo dos Institutos Federais. É fato que a Educação Profissional e Tecnológica vem adquirindo grande espaço e importância nos últimos anos, quando percebemos suas propriedades de formar e empoderar estudantes com uma gama de habilidades e técnicas para ingressar no mundo do trabalho, possibilitando que estes se apresentem como profissionais qualificados, atuantes e em constante evolução junto às inovações do mundo do trabalho, considerando as tecnologias que estão sempre surgindo, cada vez mais inovadoras e impactantes. Dessa forma, eles encontram condições de firmarem-se em posição de permanente atualização, acompanhando as transformações e se abastecendo de novos ensinamentos. Afinal, as políticas públicas para a EPT objetivam fazer avançar e melhorar o conhecimento e as informações sobre as ações desenvolvidas a partir dessas políticas e, secundariamente, oferecer elementos para seu aperfeiçoamento ou reformulação, considerando para tal, as mudanças verificadas no mundo do trabalho, advindas da reestruturação produtiva e acumulação flexível.

Pautada sobre tantos elementos positivos, a Educação Profissional e Tecnológica transporta, ainda, a possibilidade de inclusão social, atenuando as desigualdades e assegurando que indivíduos de comunidades afastadas geograficamente e bastante distintas, do ponto de

vista social e econômico, alcancem iguais oportunidades. Isso demonstra a relevância desse estudo e nos conduz à compreensão de que a EPT não apenas configura uma modalidade de educação, mas um caminho para se promover a formação de pessoas, em todas as suas dimensões, não simplesmente profissionais hábeis para o trabalho, mas, pessoas com amplas capacidades para atuar e participar dos processos de produção.

Isto posto, apresentaremos a abordagem metodológica a ser adotada na pesquisa, com o objetivo de atingir a meta desejada.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: DESCREVENDO A PESQUISA

2.1 ESTADO DA ARTE DA PESQUISA

A fim de buscarmos subsídios para nortear o estudo, debruçamo-nos em trabalhos acadêmicos, tais como artigos, dissertações, teses concernentes aos temas fulcrais desta pesquisa, cujos resultados serão apresentados a seguir.

Ao longo das décadas, diversas foram as mudanças que marcaram a história da EPT no Brasil, verificando-se avanços e retrocessos, variando de acordo com as conjunturas políticas e econômicas de cada época. Na grande maioria das vezes, essa modalidade de educação se apresentou revestida em um ensino técnico aligeirado, tecnicista, desvinculado da formação geral, reafirmando a dualidade estrutural típica de uma sociedade cindida em classes.

Podemos perceber que, desde a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, o sentido assistencialista da educação profissional foi presença assídua nessa modalidade de educação, somente objetivando assistir aos desvalidos da sorte, ofertando-lhes uma ocupação, com o interesse em formar mão-de-obra barata para suprir as necessidades do mercado e do brutal sistema capitalista. Foi nessa linha em quase todos os momentos da trajetória da Educação Profissional, somente passando a germinar uma projeção de mudanças mais significativas nos anos 80, quando do processo de redemocratização, em que vários grupos de educadores progressistas passaram a reivindicar uma educação que refletisse verdadeiramente os interesses das classes mais pobres.

A partir do ano de 1937, o ensino profissional passou a ser ofertado de forma obrigatória dentro das instituições de ensino. Em 1930, surgiu a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico – posterior superintendência – por ocasião da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

De acordo com o trabalho “História da Educação Profissional no Brasil: do período colonial ao Governo Michel Temer” (Silva e Ciasca, 2021), percebemos que, com a promulgação da Constituição de 1934, a educação profissional conseguiu, então, ocupar uma posição bastante privilegiada, pois pela primeira vez passava a ser tratada em artigo específico e artigos subsequentes traziam pontos importantes sobre o aprendizado para o trabalho⁵.

Segundo o trabalho “Origem, expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil” (Corrêa Filho, Paixão e Nogueira, 2022)⁶, a Educação Profissional e Tecnológica se apresenta como assunto divergente e polêmico em diversos governos, principalmente a partir das Escolas de Aprendizes Artífices.

Essa polêmica acerca da forma como a educação profissional deve ser colocada e posta em prática, continuou nas marcas de duas legislações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a LDB, de 1996 e com o Decreto 2.208/97, seguindo em 2004 com o Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, quando dentro de um novo cenário político, no governo do Presidente Lula, a Educação Profissional e Tecnológica passou a ser vinculada à Educação Básica de Nível Médio, podendo ser ofertada em mais modalidades de cursos técnicos, sendo também neste governo que foi dado o passo de maior importância para a EPT até então: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em todo o referido trabalho, os autores procuram relatar as rupturas e continuidades enfrentadas pela Educação profissional brasileira até a virada do século XXI, configurando este um caminho tortuoso, com diferentes e descontínuas políticas públicas em cada um dos momentos.

A obra “Processo histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: das origens da Educação Profissional à criação dos Institutos Federais” (Mineiro e Lopes, 2020)⁷ traz uma densa explanação sobre a Educação Profissional e das respectivas transformações ocorridas ao longo dos anos, pontuando as perspectivas políticas de cada governo, bem como seus desdobramentos e reflexos, que culminaram com a política pública de criação dos Institutos Federais, em 2008.

De acordo com Mineiro e Lopes (2020), a educação profissional e tecnológica no Brasil atravessou diversos momentos, passando por transformações significativas, sobretudo no período republicano. Se nas sociedades primitivas, a divisão do trabalho se baseava na distinção de sexo e idade, com o desenvolvimento das sociedades novas formas de organização foram

5 Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/677>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

6 Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2022000300996. Acesso em: 10 de julho de 2024.

7 Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60233>. Acesso em: 05 de julho de 2024.

surgindo e, com elas, os instrumentos e condições de trabalho se aperfeiçoaram, gerando maior complexidade na sua divisão social.

O trabalho busca traçar os mais importantes marcos dentro dessa história. Os autores destacam de forma significativa as políticas públicas verificadas em cada momento e as formas de enxergar a educação profissional, sendo esta, na maioria das vezes, sob a ótica de assistencialismo, bem como de produzir operários para movimentar e fazer funcionar com fluidez e efetividade as engrenagens do sistema capitalista.

De acordo com o trabalho “Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: notas históricas” (Lima et al., 2023)⁸ a discussão atual a respeito da Educação Profissional e Tecnológica é a flexibilidade com a qual as escolas devem lidar para estabelecer um currículo em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o mercado de trabalho. Essa lógica, dada pelas diretrizes determinadas pela Câmara Plena do Conselho Nacional de Educação não representam nenhum avanço realmente considerável na trajetória da EPT, mas sim, impõem processos de fragmentação educacional sob o viés da flexibilização de impacto ainda desconhecido na estrutura educacional, mas bastante claro na linguagem das ocupações do mercado de trabalho (Ciavatta, 2021)

Os autores do citado trabalho apontam que em meio a tantas transformações evidenciadas pelos aspectos histórico e legais que moveram e movem as políticas estabelecidas no âmbito da EPT no Brasil, que dicotomizam e continuam a dicotomizar a educação profissional, é possível perceber que esta modalidade de ensino possui um caráter ascendente na esfera educacional brasileira. Ou seja, ao tempo que se percebe um crescimento na importância dessa modalidade de ensino, se reconhece a necessidade de preparar uma geração apta a operacionalizar frente às exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo⁹.

A Educação Profissional e Tecnológica, em sua concepção, pressupõe o trabalho como princípio educativo e uma formação que possibilite a leitura de mundo através do desenvolvimento do pensamento crítico. Entretanto, na prática se consitiu um desafio, por estarmos inseridos em uma sociedade capitalista e envoltos em complexas questões referentes ao mundo do trabalho, como explana Marques (2016). A autora considera que a educação profissional é vista como motivadora no sentido de induzir o “sujeito à busca por uma

8 Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/955>. Acesso em: 08 de setembro de 2024.

9 Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/955>. Acesso em: 08 de setembro de 2024

qualificação como possibilidade de ascensão de classe” (Marques, 2016, p. 82) , desvirtuando o sentido do trabalho proposto pela EPT.

Na dissertação “A extensão e suas relações com o mundo do trabalho: proposta de um guia de visitas técnicas gerenciais em educação profissional e tecnológica¹⁰” (Pontes, 2021) é demonstrado que a formação integrada passa pela mediação do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, propiciando a emancipação do indivíduo e sua participação no desenvolvimento da sociedade em que está inserido.

Pontes (2021, p. 24) alerta para que a “relação histórica dos Institutos Federais com o mundo do trabalho não signifique uma subordinação ao mercado de trabalho”, na contramão dos princípios norteadores da EPT, que visam à superação da divisão entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Dessa maneira, o processo formativo deve ser conduzido no sentido de formar sujeitos com pensamento crítico, visando não apenas a empregabilidade - embora no contexto capitalista, inevitavelmente, exista essa subordinação – mas, sim, a emancipação e participação ativa dos cidadãos na vida em sociedade.

As pesquisas realizadas, sobretudo no Portal de Periódicos da CAPES, não conduziram a trabalhos que remetem especificamente à temática abordada; os achados trouxeram alguns pontos que puderam ser aproveitados, porém em um contexto mais amplo. Sendo assim, não foram encontradas produções voltadas, exatamente, ao tema da presente pesquisa, embora exista uma quantidade significativa de estudos relativos à Educação Profissional e Tecnológica de modo geral e esmiuçada em aspectos diversos, inclusive relativamente ao mundo do trabalho, ainda que em uma abordagem diversa daquela proposta neste trabalho.

Em vista disso, pretendemos, com este estudo, suprir a lacuna e colaborar com futuras investigações acerca do tema.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

¹⁰Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11560935. Acesso em: 22 de setembro de 2025

Esse é um tipo de pesquisa teórica, com abordagem de caráter qualitativa¹¹. Quanto aos objetivos, esta pesquisa se apresenta como explicativa¹² e documental¹³. Utilizamos uma busca por arquivos e documentos históricos relacionados à criação do Curso Técnico em Eletrotécnica, integrado ao Ensino Médio, do IFPB (*Campus* João Pessoa), o qual foi escolhido por ser um dos cursos mais antigos da instituição, bem anterior à criação dos Institutos Federais e as escolas que lhe precederam. Assim, buscamos compreender a problemática estudada, empreendendo uma análise atenta aos detalhes de cada momento da história da EPT, evidenciando, ainda, como cada um desses momentos concebeu e concretizou a Educação Profissional e Tecnológica e quais políticas foram adotadas para esses desdobramentos.

Essa etapa foi desenvolvida por meio de uma investigação documental acessando o acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP), situado atualmente no prédio da Reitoria do IFPB, no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa/PB. A principal fonte de pesquisa foi o livro “Da Escola de Aprendizizes Artífices da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba – Memórias do Ensino Técnico” (Lima et al, 1995).

A segunda etapa ocorreu através de entrevistas semiestruturadas com docentes do Curso Técnico em Eletrotécnica que transitaram entre o CEFET-PB e a implantação do IFPB. Embora existindo o roteiro, houve espaço para expansão dos debates, o que proporcionou um resultado mais rico. Inicialmente, vislumbrávamos entrevistar estudantes egressos do período de transição CEFET-IFPB; no entanto, não se viabilizou em virtude da dificuldade em contatar esses sujeitos, inclusive pelo espaço de tempo entre a fase das entrevistas e a conclusão da pesquisa ser relativamente curto. Contudo, não houve prejuízo para o objetivo do estudo.

2.2.1 Universo, amostragem e amostra

11 Esse perfil de pesquisa se justifica pelo fato de que nosso problema de nossa pesquisa “trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002, p.24). Nesse tipo de pesquisa que projetamos, as informações coletadas buscam descrever um tema, a partir de pontos de vistas e opiniões dos entrevistados, o que justifica o caráter aberto e mais abrangente da investigação.

12 A pesquisa explicativa tem como objetivo registrar, classificar, analisar e interpretar os fenômenos ou fatos observados, a fim de buscar e compreender suas causas, seus fatores, suas variáveis e suas consequências. Esse tipo de pesquisa aprofunda-se na realidade, em busca do conhecimento verdadeiro (Gil, 2008).

13 A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes, distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas (Fonseca, 2002, p. 32). A pesquisa documental muitas vezes se confunde com a bibliográfica, mas, segundo Gil (2002) a primeira se diferencia da segunda por se valer de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, como documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, ou outros documentos pessoais, como diários, cartas pessoais, fotografias, ofícios, entre outros. Mas também há documentos que já passaram por alguma análise anterior, como relatórios de pesquisas, relatórios de empresas, tabelas estatísticas (Gil, 2002).

Essa pesquisa foi desenvolvida seguindo os critérios de amostragem não probabilística, onde o propósito é “captar participantes que possam oferecer informações, significados e perspectivas privilegiadas acerca da temática em estudo” (Campos e Saidel, 2022, p. 410). Isso se justifica porque o universo da pesquisa é composto por docentes do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio do IFPB (*Campus* João Pessoa). As motivações para a escolha desse universo dizem respeito ao fato desses entrevistados serem sujeitos privilegiados à memória daquilo que constitui o recorte objetivo de nossa investigação sobre a história recente da EPT.

Os sujeitos da pesquisa foram 05 docentes do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio do IFPB (*Campus* João Pessoa), caracterizando-se como uma amostra não-probabilística, selecionada por acessibilidade e conveniência, considerando os sujeitos que vivenciaram o período de transição entre CEFET e implantação dos Institutos Federais. Em virtude dessa especificidade, a amostra foi definida em pequeno número.

2.2.2 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturadas, com um roteiro pré-definido, no entanto, flexível, possibilitando um debate mais amplo, o que resultou em contribuições que não se restringiram aos questionamentos previamente definidos. As entrevistas foram realizadas no IFPB (*Campus* João Pessoa), sendo gravadas a fim de comporem o produto educacional – um documentário.

Os entrevistados foram instruídos sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) bem como o Termo de Solicitação de Uso de Imagem e Som, de acordo com as recomendações da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, e que deverão ocorrer de forma espontânea, clara e objetiva, baseada em uma relação de confiança entre o pesquisador e o participante da pesquisa. Os termos foram assinados, ficando uma via com o docente entrevistado e outra com a pesquisadora. Os referidos termos, assim como os procedimentos realizados nessa pesquisa, foram aprovados pelo Comitê de Ética do IFPB, conforme atesta o Anexo II.

As entrevistas foram compostas das seguintes indagações:

1. Quais foram as principais mudanças verificadas no Curso Técnico em Eletrotécnica, considerando o processo de transição dos CEFETs em IFs?

2. Enquanto docente do Curso Técnico em Eletrotécnica, você percebe(u) mudanças no perfil da formação discente comparando o período em que o curso funcionou no CEFET (*Campus* João Pessoa) e o período em que funcionou/funciona no IFPB (*Campus* João Pessoa)?
3. Como você percebe a proposta de formação para o trabalho oferecida pelo Curso Técnico em Eletrotécnica no CEFET-PB (*Campus* João Pessoa) e/ou no IFPB (*Campus* João Pessoa)?
4. Você percebeu que o contexto político de então influenciou o modo como - em sua época de estudante e/ou professor(a) - o curso foi sendo pensado no sentido da formação para o mundo do trabalho?
5. Você acredita que a transformação entre CEFET - PB (*Campus* João Pessoa) e IFPB (*Campus* João Pessoa) influenciou, de alguma forma, o modo como estava estruturado o currículo e a estrutura desse curso?

2.2.3 Análise de dados

A análise dos resultados obtidos nos procedimentos de coletas de dados se deu em conjunto com o professor-orientador desta pesquisa, optando-se pela Análise de Conteúdo de Laurence Bardin como estratégia de tratamento de dados, por permitir uma apreciação crítica do que está por trás do significado das palavras durante a análise da comunicação e por ser

uma das mais empregadas nas pesquisas sociais e no campo educacional, uma vez que os dados produzidos nesse tipo de pesquisa são registrados por meio de entrevistas, questionários, observação, grupo focal, entre outras técnicas que procuram captar aquilo que os sujeitos compreendem em relação ao objeto de estudo (Dalla Valle e Ferreira, 2025)

De acordo com Bardin (2016, p.123), a análise de conteúdo passa por três etapas, a saber: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados.

Relativamente à pesquisa documental, foi realizada a leitura detalhada de cada documento para investigar os principais fatos que marcaram o Curso Técnico em Eletrotécnica desde os seus primórdios, destacando seus desafios e conquistas ao longo do tempo.

Quanto à etapa das entrevistas, as falas foram ouvidas e analisadas buscando atentamente as minudências, a fim de “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (Chizzotti, 2006).

As entrevistas foram realizadas com professores que analisaram mudanças a partir de um determinado “lugar”, de experiência docente, de gestão e certamente apresentaram suas percepções completas ou incompletas do que guardaram do processo vivido.

Os dados obtidos por meio da pesquisa documental e das entrevistas subsidiaram o desenvolvimento do produto educacional, com formato de audiovisual, a ser apresentado detalhadamente mais adiante.

2.3 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional no Brasil possui um histórico de intensas transformações e estágios diversos, tendo início no Brasil Império, passando pelas Escolas de Aprendizes Artífices, pelos Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), culminando no que temos hoje, com o modelo inovador de Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nos anos 1840, surgiram as Casas de Educandos Artífices. Ao todo, foram instaladas dez dessas casas, em capitais brasileiras, no período de 1840 a 1865. A primeira delas foi instalada no Pará, no ano de 1840, e serviu como modelo para as demais. A sequência de instalação das casas ficou assim: Pará (1840), Maranhão (1841), São Paulo (1844), Piauí (1847), Alagoas (1854), Ceará (1856), Sergipe (1856), Amazonas (1858), Rio grande do Norte (1859) e Paraíba (1865) (Cunha, 2000).

O Asilo de Meninos Desvalidos foi o mais importante estabelecimento de ensino destinado ao amparo de órfãos e à qualificação profissional (Cunha, 2000). O regulamento de instrução pública do Rio de Janeiro de 1854, avaliado por Cunha (2000), previu a necessidade de criar casas de asilo para abrigar meninos menores, entre 6 e 12 anos, que vivessem em estado de mendicância, para fornecer-lhes inicialmente o ensino elementar, podendo avançar para os níveis mais elevados, dependendo do desempenho de cada um. A ideia foi colocada em prática, em 1875, 20 anos depois da publicação do documento, pelo ministro do império, João Alfredo Corrêa de Oliveira. “O ensino compreendia três partes. A primeira era a instrução primária. A segunda era constituída das seguintes disciplinas: álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes; escultura e desenho; música vocal e instrumental” (Cunha, 2000, p. 116).

Com a chegada da Família Real no Brasil no começo do século XIX, avanços significativos contribuíram para o crescimento do país, como a abertura dos portos e a autorização para a instalação de fábricas, além da implantação de escolas superiores nas áreas de medicina, matemática, comunicação, artes, arquitetura, engenharias, direito, as quais o

príncipe regente tentou implementar (algumas delas) como escolas técnicas de nível médio superior, o que foi rechaçado pela elite brasileira (Silva, 2020).

O início do desenvolvimento técnico-industrial no Brasil se deu no governo de Afonso Pena, com a proposta de criação de um projeto que “previa a criação de campos e oficinas escolares em que os alunos dos ginásios poderiam ser habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho” (Cordão; Moraes, 2017, p.40), sendo, nesse período, criada a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

As ações de criação dessas instituições seguiram a convergência dos ideais do positivismo com a visão industrialista de desenvolvimento, que requeria a formação técnico-profissional como meio de busca pelo progresso.

De acordo com Silva (2020), foi a partir de 1927 que o ensino profissional passou a ser ofertado de forma obrigatória dentro dos estabelecimentos educacionais. Em 1930, foi criada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que posteriormente passou a ser chamada de superintendência. Essa iniciativa ocorreu junto com a fundação do Ministério da Educação e Saúde Pública, ao qual ficariam vinculadas as Escolas de Aprendizes Artífices (Silva, 2020).

Começava a surgir uma nova era na história do Brasil, um período que vinha carregado de mudanças extremamente significativas para o cenário educacional do país. Com a Revolução de 1930, emergiu uma das figuras mais importantes da história política do Brasil, Getúlio Vargas. Ele chegou ao poder após um período em que a população estava insatisfeita com os rumos da Velha República (período de 1889 a 1930), governado por oligarquias. Dessa forma, Vargas se destacou nacionalmente como um líder forte e popular, e o país passou por uma das suas maiores transformações na política, economia e sociedade, conhecida como a Era Vargas, que ocorreu entre 1930 e 1945.

Imediatamente após a sua posse, uma das primeiras medidas do novo governo foi a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930, dirigido por Francisco Campos, que veio a constituir uma nova forma de ordenamento, que trouxe a Reforma do Ensino Secundário e revolucionou, de certa forma, o cenário educacional do país. Após essa iniciativa, a educação do país passou a ser regida e regulamentada por um sistema nacional, com ampla participação da União. Com essa mudança de gestão das escolas profissionais em nível nacional, abria-se um novo horizonte e “surgiam esperanças, que o tempo tornaria em realidade, de obtenção de maiores recursos financeiros, de modo a tornar possível a melhoria geral dos prédios e das instalações das oficinas” (Cândido, Jucá e Silva, 2019 apud Fonseca, 1961).

Em 1932, a Educação vigente passou por questionamentos e debates que levaram a propostas de reformulação, culminando com o Manifesto Pioneiro da Educação Nova, que ganhou destaque, sendo apoiado por renomados estudiosos da época (Silva, 2020). Este foi um documento organizado por Fernando Azevedo e assinado por 26 intelectuais brasileiros, que defendiam o Movimento de renovação educacional. Esses Educadores eram advindos de um movimento de reconstrução educacional, inspirados em novos ideais de educação. O documento criticava o sistema vigente e defendia uma educação acessível a todos os cidadãos, propondo uma reformulação radical nos moldes da educação nacional, reverberando nas políticas públicas e reformas educacionais subsequentes, contribuindo para a construção de um sistema mais inclusivo e democrático (Nascimento e Pinto, 2024).

O início do período ditatorial da Era Vargas, iniciada em 1937, trouxe a elaboração de uma nova Constituição, a Carta Magna de 1937, “que não teve a mesma amplitude da anterior, no que tange à Educação, mas continuou atribuindo à União, o poder de legislar, privativamente, sobre as diretrizes da educação nacional” (Caires; Oliveira, 2016, p. 58). A Carta Constitucional de 1937 já evidenciava algumas mudanças e maiores preocupações com a questão do Ensino Profissional, ao tratar do “ensino pré-vocacional voltado às classes menos favorecidas”, no artigo 129 (BRASIL, 1937).

A Constituição de 1937 foi promulgada no governo de Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, marcando o início do Estado Novo (1937–1945).

A justificativa apresentada por Vargas para a implantação do novo regime foi a chamada “ameaça comunista”, simbolizada pelo suposto Plano Cohen (um documento forjado que alegava a preparação de uma revolução comunista no Brasil).

A Constituição de 1937 foi a primeira a tratar e a realmente levar a sério a temática da Educação Profissional, dando-lhe certa relevância, no entanto, ela incorporava em seu teor diversos elementos típicos de regimes fascistas, como a exaltação exacerbada da ideologia nacionalista e o corporativismo estatal, a concentração absoluta de poderes nas mãos do presidente, restringindo a atuação do Congresso e suspendendo as eleições diretas. Também a extinção dos partidos políticos e da liberdade de imprensa, inclusive com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que agia como um órgão de controle e fiscalização sobre as mídias impressas e audiovisuais, bem como sobre espetáculos de teatro e cinema.

A criação do DIP centralizou, sob o controle do governo, todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, departamentos e autarquias federais. O órgão

também ficou responsável por organizar homenagens a Vargas, transformando-se em um poderoso meio de exaltação pessoal do presidente, de sua família e das demais autoridades.¹⁴

Ainda sobre a pauta da Educação, era estabelecida a obrigatoriedade de se criarem escolas nas indústrias e sindicatos para os filhos dos operários, bem como a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário. Ainda na citada Constituição, era estabelecida a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Apesar de tantos avanços, verificou-se, ainda, respingos bem expressivos da tradicional dualidade da Educação, tendo em vista que, mesmo demonstrando intensa preocupação com a temática da Educação para o trabalho, essa Lei oficializou o Ensino Profissional como ensino destinado aos pobres e, assim, o Estado passou a instituir oficialmente – através da escola – a discriminação social (Romanelli, 2005). Tudo então permanecia imutável, dentro dos moldes da dualidade, que já se conhecia.

A industrialização que acontecia em profusão no país possibilitou a urgência de uma maior organização, ampliação e fortalecimento do ensino industrial. Todas essas transformações exigiram um posicionamento do Estado diante dessa nova necessidade. Ao lado da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), das instituições do salário mínimo e da criação da carteira de trabalho, as Leis Orgânicas do Ensino integraram um conjunto de ações estruturantes do Governo Vargas, que visava atender às demandas desse processo de industrialização durante a primeira metade do século XX.

Na área educacional, durante os anos de 1942 a 1946, o então Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – instituiu a *Reforma Capanema - Leis Orgânicas do Ensino Brasileiro*, caracterizadas por uma série de transformações no sistema educacional do país, as quais podemos destacar: a criação do SENAI; a organização do ensino industrial; a organização do ensino secundário em dois ciclos – ginasial, com quatro anos e colegial, três anos; além da reformulação do ensino comercial (Silva, 2020).

Com a Reforma Capanema ocorreu a reestruturação do ensino técnico profissional, passando a ser constituído pelos cursos Normal, Industrial Técnico, Comercial Técnico e Agrotécnico, que funcionavam paralelamente ao ensino secundário e não certificava para o ingresso ao ensino superior, sendo necessário para isto a realização de exames de adaptação, o que não garantia a aprovação, uma vez que os conteúdos exigidos no referido exame não eram contemplados nos currículos dos cursos técnicos. Dessa maneira, era nítida a tentativa de se

¹⁴ Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7791>

obstaculizar o acesso aos cursos superiores para os menos favorecidos, os quais não tinham senão a opção de se qualificarem para o mercado de trabalho, reafirmando a organização dualista do sistema educacional brasileiro.

Podemos, portanto, inferir que a proposta da Reforma Capanema buscou atender às demandas do mercado, em virtude da expansão da industrialização, desta forma

Consolidou-se assim a partir da Reforma Francisco Campos, a dualidade dentro do sistema público de Ensino, levada as últimas consequências na dualidade de sistemas, resultado final da gestão Capanema no que tange ao ensino técnico-profissional (Xavier, 1990, p. 114).

Na perspectiva de criação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se garantia a hegemonia intelectual da elite dominante, foram criados em 1942 e 1946, respectivamente, o SENAI e o SENAC, sistemas de controle privado do ensino técnico, com o intuito de atender às demandas oriundas da divisão social e técnica do trabalho.

Não obstante a manutenção da dualidade estrutural no sistema educacional brasileiro, é incontestável a importância que a Educação Profissional adquiriu no país após a instituição da Reforma Capanema, com a definição de “leis específicas para a formação profissional em cada ramo da economia e para a formação de professores em nível médio” (Moura, 2007, p.9).

No processo de avanço da Educação Profissional, no início dos anos de 1950 foram promulgadas leis que ampliaram as possibilidades de acesso aos demais níveis de ensino para os estudantes oriundos da educação profissional. Em 1950, a Lei nº 1.076, assegurou aos estudantes egressos dos cursos de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola o direito à matrícula nos cursos clássico e científico (BRASIL, 1950), garantindo a continuidade dos estudos e avanço para os níveis seguintes.

Em 1953 a Lei nº 1.821 estabeleceu a “equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores” (BRASIL, 1953), viabilizando o ingresso ao nível superior de ensino, o que anteriormente era uma possibilidade remota.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas adquiriram status de autarquias, com autonomia didática e de gestão, sendo denominadas Escolas Técnicas Federais, com foco em atender as demandas da indústria (Silva, 2020).

No início da década de 1960 foi instituída a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, simbolizando uma grande conquista para o Ensino Técnico e Profissional, pois estabeleceu-se a equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, rompendo, assim, com a dualidade estrutural de forma normativa, embora, na prática,

os currículos se encarregavam de mantê-la, uma vez que a vertente do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior e, portanto, destinada às elites, continuava privilegiando os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior, ou seja, as ciências, as letras e as artes. Enquanto isso, nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos em favor das necessidades imediatas do mundo do trabalho (Moura, 2007, p. 11).

No período da Ditadura Militar, houve a preocupação com a escolaridade e a qualificação profissional tendo em vista serem fatores determinantes para o desenvolvimento industrial do país, fazendo com que uma parcela cada vez maior da população almejasse o ingresso no ensino secundário e consequentemente, o ensino superior. Por outro lado, o governo passou a ver com “maus olhos” a pressão dos estudantes pelo acesso ao ensino superior, uma vez que um maior acesso à universidade pela população representava uma grande ameaça para sua solidez e o risco de se agravar o movimento de contestação ao regime político.

Durante o governo militar, a Lei 5692/71 promoveu uma profunda reforma da educação básica com, dentre outras mudanças, a instituição da compulsoriedade do ensino de segundo grau com formação profissionalizante, visando a preparação de mão de obra qualificada a fim de garantir sua inserção em um mercado de trabalho em expansão, impulsionado pelo crescimento da industrialização.

Naquela época, o país vivia um período de grande desenvolvimento econômico, conhecido como o “milagre brasileiro”, que foi o período compreendido entre os anos de 1968 a 1973, em função das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.)¹⁵. Uma notável característica dessa época foi a constatação do crescimento econômico acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos.

Entre 1968 e 1973, o contexto internacional apresentou condições excepcionalmente propícias, resultantes da conjugação de variáveis externas favoráveis, como termos de troca positivos, forte crescimento do comércio mundial, juros reduzidos e abundante oferta de crédito no exterior.

Nesse contexto, o Brasil pôde, durante vários anos, aproveitar os benefícios da conjuntura internacional sem enfrentar os desequilíbrios no balanço de pagamentos normalmente associados aos períodos de crescimento acelerado. Tal situação foi possível não apenas pela ampla disponibilidade de crédito externo, que viabilizava o financiamento do

¹⁵ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyfKdd893mk/?format=pdf&lang=pt>

déficit em transações correntes, mas também pela expansão do volume exportado e pela melhora nos termos de troca, fatores que ampliaram a capacidade de importação do país.¹⁶

A realidade é que esse cenário de prosperidade e crescimento acelerado foi marcado por profundas desigualdades, proporcionando benefícios à apenas uma pequena camada da sociedade, tendo em vista a forte concentração de renda, acarretando na intensificação das desigualdades sociais, pois enquanto uma minoria se beneficiava do consumo, a maioria da população sofria com baixos salários e altos preços dos produtos.

Esse momento de expansão econômica foi acompanhado de forte repressão política, censura e supressão de direitos trabalhistas, priorizando o crescimento econômico em detrimento do bem-estar social, o que levou, anos depois, à crise da dívida e à estagnação econômica no início da década de 1980.

As expectativas de êxito da Lei 5692/71 não se efetivaram e o fracasso se estabeleceu em virtude de desafios como a falta de recursos, a desarticulação com o mercado de trabalho, a manutenção da estrutura classista da sociedade e a precarização do ensino.

A formação dos jovens ficou comprometida com o empobrecimento da cultura geral; a preparação para os cursos superiores passou a depender cada vez mais dos cursinhos; não se estabeleceu a correlação entre os técnicos formados e as necessidades do mercado; a profissionalização efetiva não ocorreu, tendo sucesso apenas nos sistemas de treinamento (como as escolas do Senai e do Senac); e os próprios educadores começaram a indagar se seria pedagogicamente aceitável impor ao jovem uma tomada de decisão precoce sobre seu futuro profissional. (Agência Senado, 2017)

Diante dos insucessos, a profissionalização compulsória foi definitivamente eliminada em 1982 pela Lei Federal nº 7.044, retornando o ensino de 2º grau a se constituir em escolas técnicas profissionalizantes e escolas de educação geral (Frattini, 2011), reestabelecendo a equivalência entre ensino técnico e propedêutico para ingresso no curso superior.

Nesse ínterim, em 1978, surgiram os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), como consequência do encerramento de algumas Escolas Técnicas Federais (Silva, 2020).

Em 08 de dezembro de 1994, Itamar Franco instituiu – através da Lei 8.948 – o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, passando então a converter em CEFETs todas as Escolas Técnicas Federais. Essa Lei possibilitou aos CEFETs ofertar cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Engenharias, Tecnologias e Licenciaturas, objetivando formar

¹⁶ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyfKdd893mk/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 10 de novembro de 2025.

professores para o Ensino Médio e para a formação de tecnólogos. Esse foi o primeiro passo para criação da Rede Federal de Educação Profissional.

Alguns anos após a promulgação da Constituição de 1988, no Governo Fernando Henrique Cardoso, é criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 em 1996. Nessa Lei, a relação entre educação e trabalho surge apontada como essencial à ação educativa, podendo ser observada em toda essa legislação.

Após intensos debates, que perduraram por vários anos, foi aprovado em 1996, um texto que basicamente foi alimentado pelas propostas de dois grupos distintos, sendo que um desses, que era organizado por setores da sociedade civil, demonstrava grande preocupação com o controle social do sistema de ensino. A segunda proposta era defendida pelos Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Corrêa e previa uma estrutura de poder mais centrada nas mãos do governo. Apesar de apresentar em seu teor alguns elementos levantados pelo primeiro grupo, o texto final da LDB acabou dando mais destaque às ideias levantadas pelo segundo grupo, que contou com forte apoio do governo FHC nos últimos anos da tramitação.¹⁷

2.3.1 Os novos contornos da Educação Profissional na Era Lula

Com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao poder, em 2003, inúmeras mudanças e reformas no país foram gestadas. Várias discussões político-educacionais foram mobilizadas, tendo em vista que a educação era uma das principais pautas do governo Lula face ao projeto de desenvolvimento social que vislumbrava ao país. Nesse horizonte, despontou o desejo de unir/integrar o Ensino Médio e a Educação Profissional. Nessa época foram várias as iniciativas nessa área: criação e expansão de universidades, criação de escolas técnicas e de cursos de formação profissional, sobretudo em regiões mais distantes, disseminando possibilidades educacionais para além dos grandes centros urbanos.

No que diz respeito à Educação Profissional, uma trajetória de reconstrução dessa modalidade educacional enquanto política pública se forjou com vistas a corrigir distorções de conceitos e de práticas advindas de medidas tomadas pelo governo anterior que, de modo explícito, efetuavam uma dissociação entre a Educação Profissional e a Educação Básica, tornando mais aligeirada a formação técnica (concebido em módulos fragmentados e estanques)

17 Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/entendendo-o-sistema-educacional-brasileiro.htm#:~:text=A%20primeira%20conhecida%20como%20Projeto,apresentado%20na%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados>. Acesso em: 02 de julho de 2024.

e possibilitando um teor de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, MEC, 2005).

Promovendo grandes modificações no ensino profissional no país e revogando o Decreto 2.208/97, o Decreto 5.154, de 2004, estabeleceu uma nova organização à Educação Profissional com a criação das seguintes modalidades formativas: cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; cursos de formação técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio, como também de forma concomitante ou subsequente; e cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação (Brasil, 2004).

Em 2005, por meio do Decreto 11.129, foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), programa instituído com a finalidade de reintegrar à escola jovens de 18 aos 24 anos que ainda não haviam concluído o Ensino Fundamental, a fim de que retomassem os estudos. Esse processo previa a oferta de qualificação profissional e acesso a ações de cidadania, cultura, esporte e lazer. Através de convênios com estados e municípios, o PROJOVEM, possibilitava tanto a elevação do grau de estudos aos jovens quanto a disponibilização - aos alunos - de um incentivo financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Seguindo a trajetória da Educação Profissional, esse programa era revestido de enfoque assistencialista, apesar de compreendermos que políticas públicas dessa natureza se fundamentam numa emergência de reparar danos decorrentes da dívida histórica com as classes menos favorecidas da sociedade (Silva, 2020).

Em 2006, foi criado, através do Decreto 5.840, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Este Programa nasceu com a finalidade de retomar a oferta pública do ensino médio integrado à Educação Profissional de nível técnico buscando ampliar e garantir o direito de jovens e adultos à educação básica, promovendo a elevação da escolaridade e da qualificação. No entanto, segundo Otranto (2011), a articulação entre o EJA e a Educação Profissional apresentou muitas dificuldades por serem duas modalidades bastante distintas, com universos e realidades bem delimitados, como explica Machado e Oliveira (2010, p.8)

Enquanto a EP se preocupava com a qualificação de trabalhadores para as constantes alterações no mundo do trabalho, a EJA procurava atender aos que não tiveram acesso à Educação básica na “idade própria”, ou mesmo que não chegaram a se alfabetizar, muitas vezes por meios de práticas equivocadas e que pouco contribuíram para uma formação cidadã. Assim, era como se a elevação da escolarização por meio da EJA, não dissesse respeito à elevação da qualificação de jovens e adultos trabalhadores.

Diante das dificuldades e com o firme propósito de colocar em prática a Educação de Jovens e Adultos, o MEC tomou a iniciativa de deixar bastante evidente no documento Base sobre o PROEJA (BRASIL, 2007), a necessidade de articulação com a Educação Profissional, para atender ao grande número de jovens que não tiveram oportunidade de concluir a educação básica na idade própria e necessitavam de uma formação profissional de qualidade. Alguns autores enxergaram o Programa como facilitador dessa integração, conforme apontado pelo Decreto 5.154/2004 que, por sua vez, abriu a possibilidade dessa integração e revogou o Decreto 2.208/97, que a impedia legalmente.

O objetivo de integrar educação profissional com educação básica apresentou resultados satisfatórios, porém, a questão da integração entre o médio e o técnico (legalmente possibilitada pelo decreto 5.154/2004) não foi possível de concretização, como aponta Feitosa (2005), tendo em vista que os professores não tinham a consciência da prática quando aplicavam essa integração, preocupando-se apenas com o cumprimento da lei, além de acreditar que seria necessário apenas juntar as duas modalidades e que isso já resultaria na integração almejada, não levando em consideração a questão dos processos formativos. Defendendo que essa integração somente se concretizará dentro da concepção de Politecnia, Saviani (1987, p. 19) defende que a politecnia

envolve a articulação entre trabalho intelectual e trabalho manual e envolve uma formação a partir do próprio trabalho social, que desenvolve os fundamentos, os princípios, que estão na base da organização do trabalho em nossa sociedade e que, portanto, nos permitem compreender o seu funcionamento.

Percebe-se, portanto, através da observação das práticas existentes nos espaços educacionais, o quanto estamos longe de alcançar essa integração.

Não obstante às dificuldades, o PROEJA cumpriu seu papel político como promessa de campanha do Governo Lula - oferecer educação para todos. Para sua implementação, por meio do Decreto 5.840/2006, foram destinadas 10% das vagas nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para o público alvo do programa. Mais adiante, a Lei 11.892/08 determinou a obrigatoriedade e permitiu que cada instituição determinasse a sua porcentagem, na tentativa de reverter o quadro que apontava para o baixo atendimento de alunos da EJA, na Rede Federal. O programa enfrentou alguns reveses, como a falta de capacitação adequada dos docentes do Programa, e a lacuna, no que se refere à implantação de um currículo interdisciplinar, acarretando numa grande evasão, tendo em vista que esses cursos eram

ministrados por professores desmotivados para colocar em prática uma proposta realmente viável que pudesse atender às necessidades educacionais dos estudantes (Otranto, 2011).

Em 2007, através do Decreto 6.302, foi criado o Programa Brasil Profissionalizado, com o objetivo de incentivar a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, possibilitando uma formação técnico-profissional para condução ao mundo do trabalho, principalmente para pessoas mais carentes e com pouca escolaridade (Brasil, 2007). Abaixo, podemos observar os objetivos do programa.

- I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;
- II – desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;
- IV - fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância;
- V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;
- VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos;
- VII - fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e
- VIII - fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio. (Brasil, 2007)

Silva (2020) infere que o Programa Brasil Profissionalizado proporcionou, sobretudo,

a expansão, com a ampliação das redes estaduais de educação profissional em termos pedagógicos, com a possibilidade de oferta de formação aos profissionais da educação; além do aumento da quantidade de vagas e ajustes, por meio da construção, reforma e modernização de escolas e equipamentos. (Silva, 2020)

Ciavatta (2010), por sua vez, embora reconhecendo o mérito da iniciativa, desconfia dos interesses escusos, porquanto o programa é amplamente apoiado e incentivado pela iniciativa privada.

Se nossa interpretação é correta, primeiro, não se trata de política pública, de ensino médio obrigatório e gratuito, como é, por lei, o ensino fundamental, mas de programas com expressivo apoio do setor privado, ONGs e empresários. Seria apenas um louvável trabalho comunitário, se não tivéssemos na educação brasileira o viés da privatização e da prevalência da formação voltada para as empresas e/ou o mercado a partir da educação profissional, em detrimento da formação geral (Ciavatta, 2010, p. 166).

Sabemos que, no capitalismo, há jogo de interesses entre os setores empresarial e educacional no que se refere ao papel da educação na formação do ser humano, e que esse

sistema econômico almeja a formação de mão de obra para manter sua sustentação. Nesse contexto, emerge a problemática sobre os limites da educação como promotora de mera capacitação técnica, pensando-a – por exemplo – em vistas da emancipação humana, do desenvolvimento do senso crítico dos sujeitos e da transformação social. Neste sentido, nosso estudo segue a inquietação de Para Freire (2002), para quem a educação é prática social, cuja principal finalidade é a formação humana que leva à mudança social, o que resulta numa sociedade mais justa, democrática e solidária. Essa concepção crítica pareceu ganhar fôlego no primeiro governo Lula.

O Governo Lula muito se empenhou no sentido de valorizar a questão da Educação Profissional e ampliar a Rede, especialmente para romper com o projeto político do Governo FHC que tratava a Educação Profissional como um mero projeto econômico¹⁸. Nesse governo, o Decreto nº 5.154/2004 trouxe uma definição mais clara da Educação Profissional, redefinindo os níveis e formas de articulação com o Ensino Médio, possibilitando a formação técnica integrada, mas mantendo as formas concomitante e subsequente. No ano de 2005, a Resolução nº 01/2005 do Conselho Nacional de Educação – CNE definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com a implantação de carga horária mínima e mudanças nas nomenclaturas dos cursos e programas de Educação Profissional, que passaram a ter as seguintes denominações: Educação Profissional de nível básico passou a denominar-se Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores; Educação Profissional de Nível Técnico mudou para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e Educação Profissional de nível tecnológico passou a denominar-se Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Esses dois documentos – Decreto nº 5.154/2004 e Resolução nº 01/2005 – serviram de base para a Lei nº 11.741 de 16/07/2008, que alterou alguns artigos da LDB, criando uma seção para tratar da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, passando a ser considerada como parte da Educação Básica, garantida pelo Estado como educação pública, direito de todos os cidadãos brasileiros. Essa alteração teve por objetivo redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura (Silva, 2020).

Além desse avanço, houve a expansão da rede pública federal em todos os níveis, culminando na criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com

¹⁸ Nessa perspectiva foi revogado o Decreto 2.208/97, por meio do Decreto nº 5.154/2004.

a implantação dos Institutos Federais.

2.3.2 Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa lei é um marco na expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Brasil, estabelecendo uma rede de instituições com autonomia para oferecer educação em diferentes níveis e modalidades.

Em consonância com as mudanças que vinham ocorrendo, especialmente com relação à Educação Profissional, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mais precisamente 38 institutos, a partir da adesão de 75 instituições, dentre as 102 que poderiam optar (Otranto, 2011). Estes foram criados com o objetivo de oferecer educação em diferentes níveis e modalidades, sendo um marco na expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Brasil. Os Institutos Federais constituem uma síntese de tudo o que a Rede Federal construiu ao longo da História.

Segundo a Lei 11.892/2008:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008)

O Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, estabeleceu as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando cada instituto criado

como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas...(Brasil, 2007).

Ao longo da fase de transformação e reestruturação da rede, foram observadas variadas reações por parte de algumas das instituições que compunham a mesma, tendo em vista que alguns CEFETs almejavam alcançar o nível de Universidade Tecnológica, em especial os CEFETs do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Por outro lado, o Conselho de Dirigentes dos CEFETs elogiou a proposta governamental, contribuindo com sugestões em documento elaborado em agosto de 2007, sendo quase todas incorporadas ao texto oficial. Dentre essas sugestões, havia a adoção de um processo de implantação disposto em lei única e a inclusão dos IFs entre as entidades constituintes do Sistema Federal de Educação, possuindo direitos equivalentes aos das universidades. Diante das incorporações, a maioria dos CEFETs se tornaram Institutos Federais, com exceção das instituições do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que continuavam em suas lutas de reivindicação por patamar equivalente ao de Universidade Tecnológica. Essa postura acarretou em represálias, no que diz respeito à abertura de novas unidades descentralizadas, reposição dos quadros de docentes e técnicos administrativos, entre outros (Otranto, 2011).

Por fim, a Lei nº 11.892/98 foi sancionada, sendo criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da adesão de 75 instituições em meio as 102 que poderiam optar. Aderiram todas as Escolas Agrotécnicas, 31 dos 33 CEFETs e oito das 32 Escolas Vinculadas.

Conforme a legislação que os institui, os Institutos Federais foram idealizados como centros de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular e qualificar-se como referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições

públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização aos docentes. Além de realizar e incentivar a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, orientando sua oferta formativa, em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais, mapeando as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, em cada Instituto Federal. (Brasil, 2008)

Se a Rede de Educação Profissional e Tecnológica nasceu trazendo em seu âmago um projeto nacional-desenvolvimentista, objetivando, pois, atender as demandas tecnológicas de mão de obra qualificada oriundas das exigências dos períodos de crescimento da industrialização, atualmente a Rede Federal de Educação se encontra no maior processo de expansão já verificado desde 1909. Até 2002, já haviam sido construídas 140 escolas técnicas no Brasil, atendendo a 120 municípios. Com a expansão ocorrida desde 2002, em 2025 a Rede Federal já conta com 686 unidades, 38 institutos federais, 112 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, 2 centros federais de educação tecnológica, uma universidade tecnológica federal, no Paraná, além do colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (Agência Câmara de Notícias, 2025).

2.3.3 A Educação Profissional no Plano Nacional de Educação

As políticas públicas direcionadas para a Educação Profissional são de extrema necessidade, na medida em que servem para articular os esforços de diversos segmentos da sociedade, no sentido de prover os recursos essenciais para seu pleno desenvolvimento. Entretanto o que percebemos no cenário nacional acerca da Educação Profissional foi uma série de lacunas, políticas descontinuadas e falta de comprometimento por parte das autoridades, dificultando imensamente a sua consolidação.

A Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, aprovou o Plano Nacional de Educação¹⁹ com duração de dez anos (2001-2010), determinando que cada estado elaborasse seus planos de educação. A Educação Profissional, então, figurava entre as prioridades do PNE 2001-2010 no sentido de ampliação da oferta, apresentando uma ideia de formação do sujeito produtivo, moldado para atender às demandas do mercado, sob a ótica da educação para o mercado de trabalho, completamente imerso na visão capitalista. O PNE criou metas para a implantação de

¹⁹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece em seu artigo 9.º, inciso I, que é atribuição da União “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios” (Brasil, 1996).

uma nova Educação Profissional. Dentre essas metas, podemos destacar as de número 9, 10 e 11, que enfatizam bastante a Educação Profissional:

9. Transformar, gradativamente, unidades da rede de educação técnica federal em centros públicos de educação profissional e garantir, até o final da década, que pelo menos um desses centros em cada unidade federada possa servir como centro de referência para toda a rede de educação profissional, notadamente em matéria de formação de formadores e desenvolvimento metodológico.

10. Estabelecer parcerias entre os sistemas federal, estaduais e municipais e a iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de educação profissional.

11. Incentivar, por meio de recursos públicos e privados, a produção de programas de educação a distância que ampliem as possibilidades de educação profissional permanente para toda a população economicamente ativa (Brasil, 2001, s. p)

No horizonte do Plano Nacional de Educação, a oferta da Educação Profissional técnica de nível médio na forma integrada ao Ensino Médio foi implementada a partir da adoção de um currículo alicerçado na politecnia marxiana e na escola unitária gramsciana e consolidada na indissociabilidade do trabalho como princípio educativo, da ciência, da tecnologia e da cultura vinculando, desse modo, a formação geral com à formação profissional (Moura, 2010).

O segundo Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005 em 2014, e previsto para o período de 2014-2024, apresenta 20 metas e 254 estratégias.

Em seu Artigo 2º trouxe como diretrizes:

- I – Erradicação do analfabetismo;
- II – Universalização do atendimento escolar;
- III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – Melhoria da qualidade da educação;
- V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- VIII – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – Valorização dos (as) profissionais da educação;
- X – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (Brasil, 2014)

Além de pontuar na Lei as diretrizes com vistas à melhoria da qualidade e formação para o trabalho, de todas as metas do PNE referentes à Educação Profissional, merece destaque a seguinte:

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (Brasil, 2014).

No ano seguinte, em 2015, começou o segundo mandato do governo da presidente Dilma Rousseff. Com sua eleição, o país entrou em um conturbado clima político desencadeado, principalmente, pela recessão que assolava o Brasil e a insatisfação daqueles que foram derrotados no pleito eleitoral. Em dezembro desse mesmo ano, a Câmara dos Deputados abriu o processo de impeachment contra a presidente por suposto crime de responsabilidade fiscal, o qual teria seu desfecho com a destituição em agosto do ano subsequente. Logo após assumir o poder, em 2016, em decorrência do impeachment da Presidente Dilma, Michel Temer estabeleceu medidas impactantes para a educação, dentre elas a Medida Provisória (MP) nº 746 (Brasil, 2016), que definia novas diretrizes para o ensino médio e instituía a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em tempo Integral.

Essa MP, após ter sido alvo de intensas críticas oriundas de diversos segmentos da sociedade, sobretudo pelas mudanças que acarretaria, foi aprovada pela Câmara e pelo Senado e convertida na Lei 13.415, de 2017, que promoveu alterações significativas na LDB, passando então a ser conhecida como a Reforma do Ensino Médio.

Verificamos em toda a proposta dessa reforma a ênfase no currículo, atendendo a proposições decorrentes da Base Nacional Comum Curricular que, no período, ainda encontrava-se em discussão. Destacam-se as alterações propostas para o Art. 36 da LDB:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional. (Brasil, 2017).

Além de estabelecer itinerários formativos, por meio de arranjos curriculares, essa reforma flexibiliza e propõe o aumento da carga horária, faz uma redistribuição dos conteúdos (dando prioridade ao ensino de língua portuguesa e matemática ao tempo que firma o inglês como língua estrangeira obrigatória a partir do sexto ano do ensino fundamental) e possibilita novos rumos para o ensino técnico e incentiva a ampliação de escolas em tempo integral.

Pelissari (2023) afirma que a Reforma do Ensino Médio representou um rompimento do movimento de construção de identidade para o Ensino Médio que vinha se desenvolvendo, embora de forma lenta. Acrescenta, conforme Piolli e Sala (2020), que esta reforma se caracteriza como contrarreforma, ao reivindicar a novidade e liberdade de escolha dos jovens, sob a liderança do capital privado que atua na área educacional.

Para Araújo (2019), a reforma do ensino médio menospreza o desenvolvimento do pensamento crítico-racional do indivíduo, à medida em que se retira a relevância de matérias importantes para a formação da juventude, impactando negativamente no comportamento autônomo e cidadão, levando a um aprofundamento ainda mais intenso da dualidade na educação brasileira.

Em 2019 o governo federal anuncia o Programa Novos Caminhos (PNC), destinado à oferta de cursos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica com o objetivo de apoiar “as redes e instituições de ensino no planejamento da oferta de cursos, alinhadas às demandas do setor produtivo, e na incorporação das transformações produzidas pelos processos de inovação tecnológica” (Brasil, 2021). Esse programa surgiu como base de sustentação à Reforma do Ensino Médio, no intuito de atender aos estudantes oriundos deste que, após o cumprimento da base comum curricular, optarem por um caminho formativo técnico e profissional, visando a inserção no mercado de trabalho. Vislumbramos, assim, uma estratégia de vinculação entre o Novo Ensino Médio e a EPT (Pelissari, 2023). No entanto, o que se observou foi a flexibilização excessiva na EPT (Araújo, 2019), desvirtuando seu sentido precípuo, que é a articulação entre educação e cultura, trabalho e produção, ciência e técnica.

Essa conclusão decorre especialmente do que tratam as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), documento publicado em 2018, que permite que o itinerário formativo curricular seja desenvolvido por meio de cursos técnicos ou de qualificação profissional, denominados de Formação Inicial e Continuada (FIC), possibilitando que a carga horária do referido itinerário seja preenchida não apenas de forma separada do currículo da formação geral, mas também por meio de uma soma de cursos de curta duração. Os cursos de Formação Inicial e Continuada se caracterizam como aqueles de apresentação inicial de processos laborais ou de renovação de conhecimentos sobre técnicas e procedimentos por trabalhadores em serviço, tendo seus currículos diversos daqueles cursos de formação técnica articulada e de longa duração, que sistematiza os princípios mais rigorosos de uma profissão. (Pelissari, 2023)

A Portaria MEC nº 1.718/2019 autoriza a oferta dos cursos de EPT por instituições privadas e nestas há uma tendência natural em promover Formação Inicial e Continuada,

portanto, essa pode ser vista como uma estratégia utilizada para impor a concomitância como regra geral da relação entre formação geral e educação profissional.

Concordando com Araújo (2019), mais uma vez podemos observar que

Essa Reforma dá continuidade a uma série de medidas de igual teor que foram implementadas desde a década de 1990 no Brasil, que visavam subordinar a educação e, em particular, o Ensino Médio, às demandas imediatas dos setores produtivos, conferindo-lhe um caráter mais instrumental.

Relativamente à Educação Profissional e Tecnológica, a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, atendendo reivindicações da comunidade científica e escolar da EPT, mas, ao mesmo tempo desmontando as bases e a identidade que vinham sendo construídas até então para a EPT, com o comprometimento de seus princípios que a norteiam, como o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral.

Conforme Pelissari (2023) um dos pontos problemáticos do documento se refere à generalização da perspectiva posta pela pedagogia das competências, passando a ser apresentada como princípio estruturador de todos os cursos de EPT, dando ênfase em sua característica profissional, exclusivamente voltadas ao mercado de trabalho, confirmando o modelo fragmentado da reforma, além de uma aproximação com o setor privado na área educacional.

Diante das reformas apresentadas nesta pesquisa, podemos depreender que as políticas implementadas estão voltadas para uma formação tecnicista, fragmentada, desassociada da formação humanística e distanciada da proposta de formação integral. O que se constata é um modelo de educação com foco no mercado, evidenciando uma conformação à lógica do contexto mundial “[...] em que a educação, bem como os outros níveis ou dimensões da vida numa sociedade capitalista também termina sendo tratada, predominantemente, como uma mercadoria” (Silva, Moura e Souza, 2018, p. 203).

E assim segue a história da EPT no Brasil, com avanços e retrocessos, variando conforme o contexto político e econômico do país; porém, de maneira geral, tem-se um ensino técnico desvinculado da formação geral, ratificando a dualidade estrutural típica de uma sociedade cindida em classes.

2.4 DISCUSSÃO DAS CATEGORIAS DA PESQUISA À LUZ DA HISTÓRIA DA EPT

O processo histórico educacional brasileiro – sobretudo após os anos 1930 – é fortemente marcado pela luta obstinada de educadores e intelectuais, em busca de uma educação libertadora. Uma educação capaz de proporcionar a formação humana integral, bem como a criação de um cenário em que o Estado ofereça educação pública, gratuita e obrigatória, articulando educação e trabalho, com o propósito de superar a imensa lacuna entre trabalho manual e trabalho intelectual, correspondente, por sua vez, à formação omnilateral que faz referência a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado e pela divisão social do trabalho.

Em uma tentativa de se articular educação básica e profissional dentro dos moldes do ideário de uma formação emancipatória, a Lei nº 11.892/08 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O artigo 6º da Lei, prevê a Educação Profissional no sentido da politécnica e, no artigo 7º, prioritariamente, a oferta de Educação Profissional técnica de nível médio na forma de cursos integrados para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (Oliveira e Lima, 2022).

A criação dos Institutos Federais representou um passo de extrema importância dentro da perspectiva de uma formação integral, tendo em vista que, cem anos após a criação das primeiras instituições que oficialmente fizeram parte da Rede Federal de Educação, a saber, as Escolas de Aprendizes Artífices, surgiu um novo modelo formativo, permeado por novas políticas, engajado no propósito de ofertar uma educação inovadora, com viés emancipatório e reflexivo, promotora de uma inclusão social e de um ambicioso projeto de atenuação das desigualdades sociais. Um projeto que foi posto em prática no contexto de um governo popular e democrático, refletindo as ideias de uma educação politécnica, omnilateral, com o intuito de formar o indivíduo em todas as suas dimensões, reformulando sua capacidade crítica e sua intelectualidade, preparando-o para atuar no mundo do trabalho, de forma que possa se enxergar como um sujeito de habilidades e capacidades amplas.

A oferta do ensino médio integrado nos Institutos Federais foi uma possibilidade de superação da histórica dualidade no sistema educacional e da respectiva desagregação dos saberes. Nos dois primeiros anos do Governo Lula ocorreu um processo polêmico que envolveu educadores, formadores e diversos profissionais da área, numa disputa e luta teórica para a adequação político pedagógica do ensino médio integrado à educação profissional, buscando a revogação do Decreto 2.208/97, e abrindo novas possibilidades com a implantação do decreto 5.154/2004. O que se pretendia era a construção de um projeto educacional sedimentado sobre uma concepção emancipatória baseada na politécnica, embora não seja possível a implementação

plena de uma educação politécnica, devido às condições socioeconômicas da nossa sociedade; contudo, a possibilidade de integração entre ensino básico e técnico constitui uma condição necessária para a travessia rumo à politecnia (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005) e, nesse sentido, o Decreto 5.154/2004 foi um marco importante.

O reestabelecimento dessa garantia por meio do Decreto nº 5.154/2004, pretende reinstaurar um novo ponto de partida para essa travessia, de tal forma que o horizonte do Ensino Médio seja a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediada com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino (Ramos, 2008, p. 15).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia originam-se com a publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, em 2007. O Plano reuniu um conjunto de ações e programas no governo Lula, com objetivos de expansão²⁰ e melhoria da educação brasileira. Uma marca bastante relevante deste documento é a apresentação da necessidade de ressaltar as concepções de uma política de governo com vistas a direcionar esforços para programas sociais de inclusão e a consequente suplantação da dualidade estrutural, ao contrário do governo neoliberal anterior (Albuquerque, 2016).

Simões (2007) destaca que diante do cenário brasileiro do trabalho informal e do subemprego, a formação técnica, mesmo subordinada aos interesses do capital, tem assumido uma importância para a emancipação e para o desenvolvimento pessoal e coletivo de jovens trabalhadores. Na sua pesquisa sobre jovens de camadas populares que realizaram cursos técnicos, esse autor conclui que:

O Ensino Técnico articulado com o Ensino Médio, preferencialmente Integrado, representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social que está inserido (Simões, 2007, p. 84).

As finalidades e características dos Institutos Federais (expressas na Lei 11.892/2008) sofrem entraves oriundos dos processos de expansão e de reconfiguração institucional associadas a essas instituições e a sua trajetória histórica. As dificuldades envolvem aspectos como o propósito de formar para o trabalho no mundo contemporâneo; relação entre expansão e o eixo dos campi com a sociedade e suas demandas; a pluralidade dos IFs em sua oferta versus

²⁰ A expansão da Rede Federal no século XXI pode ser considerada um dos marcos históricos das políticas do Estado brasileiro. O governo Dilma (2011 a 2014) apresentou o maior crescimento de escolas da Rede, com 208 unidades inauguradas (Brasil, 2011).

a tradição e a representação histórica das instituições de Educação Profissional e Tecnológica; a política de cortes orçamentários posta em prática pelos últimos governos; entre tantos outros.

A questão da formação ofertada pelos Institutos Federais abre espaço para intensos debates, como a formação de professores para atuar nessa modalidade de ensino. Tendo em vista que os cursos superiores de licenciaturas não discutem as especificidades desse tipo de educação em seus currículos, não havendo, assim, um preparo para professores atuarem nessa área. Para Machado (2008, p.18):

[...] é pressuposto básico que o docente da educação profissional seja, essencialmente, um sujeito da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e cooperativa, comprometido com sua atualização permanente na área de formação específica e pedagógica, que tem plena compreensão do mundo do trabalho e das redes de relações que envolvem as modalidades, níveis e instâncias educacionais, conhecimento da sua profissão, de suas técnicas, bases tecnológicas e valores do trabalho, bem como dos limites e possibilidades do trabalho docente que realiza e precisa realizar.

Outra dificuldade enfrentada se constata na questão da prática de um currículo que integre o Ensino Médio à Educação Profissional. Para Ramos (2008), essa integração deveria ser pautada na formação omnilateral, na indissociabilidade entre a formação profissional e a educação básica e na integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade.

A diversidade de cursos ofertados pelos Institutos Federais (cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia e de formação inicial e continuada de trabalhadores, além da pós-graduação *lato e stricto sensu*) proporciona efeitos bem positivos, possibilitando uma gama de oportunidades para uma sociedade marcada pela exclusão; entretanto, essa verticalização cria novas demandas e dificuldades internas para que tais ações venham a se concretizar com êxito.

Um dos desafios impostos pela verticalização diz respeito à exigência quanto à qualificação dos professores da EPT, aos quais é requerida uma complexa bagagem de conhecimentos, que lhe permita transitar pelos mais variados níveis de ensino, sem grandes dificuldades, já que, em função da verticalização do ensino, própria da natureza dos IFs, ele precisa ministrar aulas desde a educação básica até a educação profissional e educação superior de graduação e pós-graduação (Pasqualli, Viella e Vieira, 2023 apud Helmer e Reyes, 2015).

Tendo em vista que o presente trabalho adentra um universo de variados conceitos, que foram se produzindo e se disseminando por entre as paredes do sistema educacional, através de discussões e debates fervorosos ocorridos em diferentes épocas desde o surgimento da

Educação Profissional, se faz conveniente abordar aqui tais conceitos – inclusive – para situar o leitor de como cada um deles se apresentou em cada momento dessa trajetória.

2.4.1 Mercado de Trabalho *Versus* Mundo do Trabalho

A história da Educação Profissional no Brasil é construída sobre a base da relação entre educação e trabalho, ancorada pelo sistema do capital, tornando, então, evidente que as forças produtivas sempre foram as responsáveis pela divisão social e técnica do trabalho. O objetivo de obter lucros cada vez maiores para os donos dos meios de produção, utilizando, para isso, a força de trabalho, a mão de obra debilitada do operariado, desconsiderando suas necessidades e realidades fora das fábricas, seus sonhos, suas ambições ou qualquer vislumbre de projetos futuros. O trabalhador é tratado como um mero fragmento de uma máquina, devendo permanecer apático, quieto, para não incomodar o sistema com suas insatisfações. Esta sempre foi a base das relações de trabalho, acomodada dentro das redomas do mercado, favorecendo as classes abastadas, o empresariado, enquanto à classe trabalhadora, somente restava colher uma quantidade irrisória desse lucro, insuficiente para prover suas vidas e seus projetos. O mercado de trabalho sempre priorizou o enfoque nas políticas para a Educação Profissional.

Em épocas bem anteriores ao Brasil Império, quando não se tinha a compreensão da necessidade de políticas públicas de formação profissional, o que regia esse processo era o mercado de trabalho. As políticas se apresentavam, a princípio, sob a forma de assistencialismo, buscando atender aos mais desfavorecidos da sociedade, sendo pautada em uma formação fragmentada e instrumental²¹, sem intencionar o desenvolvimento da intelectualidade e do senso crítico, visando a preparação de mão de obra preponderantemente ao setor privado (Miranda e Carmo, 2021).

Desde o surgimento da Educação Profissional, em especial na ocasião da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, esta sempre esteve articulada com os interesses do mercado, dos empresários, produzindo, dessa forma, a divisão da sociedade, iniciada pela divisão do trabalho, que se constitui estratégia fundamental do modo de produção capitalista e que age em prol de um sistema educacional classista, sempre criando categorias distintas de

²¹ A educação fragmentada é uma importante base de sustentação do capitalismo, já que a esse sistema interessa apenas o conhecimento necessário para compor a máquina produtiva do capital, atendendo e mantendo a hegemonia das classes dominantes (Mészáros, 2008).

trabalho, assim como de classes sociais. O sistema capitalista produz, em seu universo dividido, um indivíduo unilateral, mutilado, alienado.

Segundo Cunha (2000), a decisão da criação das Escolas de Aprendizes Artífices estava embasada na ideologia industrial, vista como “antídoto” à entrada de ideias exóticas no proletariado²² brasileiro por operários imigrantes vindos, principalmente, da Europa e inculcado de ideologia anarco-sindical. Em consonância com esta face conservadora da ideologia industrialista, associava-se outra, mais progressista, que, segundo o autor, consistia na atribuição à indústria de valores como progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização, creditando à indústria a solução dos problemas econômicos que assolavam o Brasil, ao propiciar o desenvolvimento das forças produtivas.

Na concepção de Pochmann (2020), o mundo do trabalho tende a “sofrer impactos diretos das possíveis trajetórias dos sistemas produtivos, bem como do formato pelo qual a regulação se estabelece sobre o funcionamento do mercado de trabalho”, não se apresentando, portanto, estável ao longo do tempo, enquanto percepção do envolvimento distinto dos seres humanos com o conteúdo e relações laborais.

O mundo do trabalho representa o diferencial dentro da Educação Profissional e Tecnológica. Nele, o trabalhador possui valores e condições de se enxergar como um ser munido de habilidades únicas, de capacidades produtivas, de senso crítico para compreender as situações que lhe rodeiam e que podem moldar sua vida; de ter consciência sobre as relações dos processos de produção. Ele é, então, um indivíduo valorizado, por suas ações e atividades exercidas dentro desse mundo, auxiliando no processo de desenvolvimento econômico e tecnológico, participando de todas as etapas deste. Ele não se configura apenas uma parte de uma máquina; um indivíduo elaborado de forma calculista pelo sistema para contribuir com o ganho de lucros do sistema. Sua formação é focada numa qualificação profunda, lhe permitindo conhecimentos técnicos e capacidades de se manter em constante evolução com os processos produtivos.

²² Em “*As metamorfoses da questão social*” (1995), Robert Castel interpreta a questão do Operário a partir da sua situação social e da relação com o trabalho e a proteção social; o autor analisa como o trabalho assalariado se tornou o principal vínculo de integração social nas sociedades industriais. Na perspectiva de Castel, o operário representa o grupo social desprovido de garantias materiais e de reconhecimento social, que vive em condições de vulnerabilidade e instabilidade, dependendo unicamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Ele entende o operário como a expressão da “desfiliação social”, isto é, a perda dos vínculos que integram o indivíduo à sociedade — como o trabalho estável, a renda e a proteção social.

Esse é o modelo de uma educação voltada à formação integral, rompendo com o modo fragmentado, propondo uma formação de “cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (Gramsci, 2004, p. 33). Entretanto, em uma sociedade capitalista, onde o processo de formação humana é mediado pela propriedade privada, é praticamente impossível o desenvolvimento integral do ser humano, sobretudo da classe trabalhadora, especialmente devido à divisão do trabalho e à exploração de uma classe sobre as outras.

2.4.2 Classe social

Para Marx (1848), o conceito de classe social está diretamente ligado à posição que os indivíduos ocupam nas relações de produção, ou seja, pela forma como se relacionam com estes. Ele distingue fundamentalmente duas grandes classes na sociedade capitalista:

- A Burguesia, que detém os meios de produção;
- O Proletariado, que não possui meios de produção e sobrevive na sociedade pela venda de sua força de trabalho.

Em “*O Manifesto Comunista*” (1848), Marx e Engels afirmam que a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes, destacando que as mudanças históricas ocorrem a partir dos conflitos entre grupos com interesses opostos.

Em “*O Capital*” (1867), Marx traz com mais aprofundamento essa análise, ao demonstrar como o sistema capitalista se sustenta na exploração da força de trabalho e na acumulação de capital.

Esse conflito representa a contradição entre os interesses da burguesia, voltados à acumulação de capital, e os do proletariado, que vivem numa luta constante por melhores condições de vida e de trabalho.

2.4.3 Classe Operária

A partir da leitura de Thompson (1987), em sua obra “*A formação da classe operária inglesa*”, a concepção histórica e cultural de classe, apresenta-se de forma distinta das abordagens estruturalistas que a definem apenas por sua posição nas relações de produção.

Para o autor, a classe trabalhadora não é uma categoria estática ou preexistente, mas um processo histórico em construção, que passa a se formar a partir das experiências

compartilhadas de exploração, resistência e solidariedade. Nesse sentido, “a classe surge” quando indivíduos, ao se enxergarem vivenciando condições sociais semelhantes, desenvolvem uma consciência comum de seus interesses e passam a se reconhecer como parte de um mesmo grupo social. Dessa forma, Thompson (1987) destaca a importância da ação e da cultura na formação da classe trabalhadora, entendendo-a como um sujeito histórico ativo, cuja identidade se constrói a partir das lutas e das práticas sociais do cotidiano.

2.4.4 Memória

Para Halbwachs (1950) a memória é concebida como um fenômeno essencialmente social, sustentado pelos chamados quadros sociais da memória, que são as estruturas coletivas — como a família, a religião, a escola e a classe social — responsáveis por moldar e dar sentido às lembranças individuais. Para o autor, recordar não é um ato puramente individual, mas uma reconstrução do passado mediada pelas relações sociais e pelos valores do presente. Assim, a memória coletiva constitui-se como um instrumento de coerência e identidade dos grupos sociais, distinguindo-se da história, que busca uma narrativa objetiva e distanciada do vivido.

Nesse sentido, a memória, para o autor, mantém-se viva enquanto houver grupos que a compartilhem e atualizem em suas práticas e representações. “A memória individual está sempre inserida em quadros sociais da memória.”.

Isso significa que a lembrança não é um ato puramente individual, mas um processo socialmente construído, moldado pelas interações, pelos grupos de pertencimento e pelas instituições (como família, escola, religião, Estado). Assim, a memória coletiva é o resultado das relações sociais que determinam o que e como se lembra dentro de uma sociedade.

Ricoeur (2000) destaca o caráter ético e interpretativo da memória em sua obra: “*A memória, a história, o esquecimento*”.

Conforme explica Ricoeur (2000), a memória representa a possibilidade de reviver o passado no presente da consciência, instaurando um ato de reconhecimento que é sempre mediado pela interpretação. Para o autor, lembrar é reconstruir, e não reproduzir o vivido, sendo o esquecimento parte integrante desse processo, pois permite à memória organizar e dar sentido às experiências. Ao distinguir memória e história, o autor ressalta a questão da dimensão ética da lembrança, expressa no dever de memória, que busca garantir a permanência da memória histórica e evitar o silenciamento das experiências humanas, particularmente das que revelam traços de sofrimento e injustiça social.

Para ele, a memória é um ato de reconstrução que envolve tanto lembrança quanto esquecimento, e que está intimamente ligado à identidade e à narrativa de indivíduos e coletividades. Ricoeur enfatiza que a memória não é apenas uma reprodução do passado, mas uma interpretação mediada pela linguagem, pelo tempo e pelas relações sociais.

2.4.5 Politecnia

Moura, Filho e Silva (2015) mostram que Marx, nas *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório* da Associação Internacional dos Trabalhadores, de agosto de 1866, defende a união entre o trabalho produtivo e a educação, integrando educação intelectual, física e tecnológica, sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação omnilateral, concepção incorporada à tradição marxiana sob a denominação de politecnia ou educação politécnica. A integração entre educação intelectual, a educação física e a instrução tecnológica deve transmitir os princípios gerais de todos os processos de produção, se contrapondo ao modo fragmentado.

A educação politécnica compreende uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica (Chisté, 2014) e o ensino baseado nessa concepção não apenas atua diretamente sobre o desenvolvimento do indivíduo, mas concomitantemente, contribui para a transformação da sociedade (Moura, 2015 apud Machado, 1989).

Conforme a visão de Ciavatta (2023, p.13), “a formação para os ofícios e profissões veio sempre acompanhada do preconceito contra o trabalho manual, incutido pelas elites nativas, até hoje presente nas atividades técnicas”. Dessa forma, a formação profissional se fez com o ensino das primeiras letras e a separação das escolas de ensino profissional das escolas de nível secundário, vindo essa estrutura a se modificar nos anos de 1950, por meio das Leis de Equivalência, permitindo o acesso ao ensino secundário, e nos anos de 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, viabilizando o acesso dos egressos dos cursos técnicos ao ensino superior (Ciavatta, 2023).

Ao longo do tempo, A Educação Profissional e Tecnológica vem travando batalhas para reafirmar seu compromisso com o resgate do ser humano enquanto ser integral, dentro de uma perspectiva de educação politécnica, articulando o labor e a formação humana, opondo-se a proposta de formação castradora, marcada pela profissionalização estreita e com uma educação geral e produtivista.

Na visão de Antunes (2009) a Politecnia configura uma alternativa crítica à formação fragmentada e tecnicista que o capitalismo impõe à classe trabalhadora. Ele destaca que o capitalismo organiza a educação para atender às demandas imediatas do mercado, promovendo uma formação parcial, utilitarista e pragmática. A politecnia, por outro lado, busca uma formação integral, onde haja a articulação entre ciência, técnica, cultura e trabalho, despontando como contraponto às formas de educação profissional subordinadas ao capital, que transportam a ideia do trabalhador adaptado à lógica da produtividade, eficiência e competitividade. O autor observa que Gramsci reforça essa perspectiva, quando propôs a ideia de escola unitária, voltada à formação omnilateral, na qual a separação entre trabalho manual e intelectual seja superada.

O autor discorre sobre a politecnia, compreendendo-a como um projeto educativo, com intenções de romper com a fragmentação capitalista do saber e do trabalho, caminhando em direção à formação integral e emancipatória do ser humano.

2.4.6 Educação Integrada

A histórica dualidade educacional, resultante da divisão social do trabalho, consolidou a separação entre a educação geral (destinada à preparação para o acesso a níveis superiores de ensino) e a educação específica (de caráter técnico profissional). Dessa forma, se materializou uma formação distinta, a saber, uma formação intelectual para os ricos e, às classes menos favorecidas, uma formação simples, superficial, unicamente para o trabalho manual, com foco exclusivo em atender as demandas do mercado.

Nesse contexto, a ideia de Ensino Médio integrado surge na perspectiva de estabelecer que a educação geral se torne inseparável da educação profissional e que a relação entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos seja construída sob as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura (Brasil, 2007), propondo o desenvolvimento das potencialidades humanas na perspectiva de uma formação integral ou omnilateral, contribuindo para a construção de uma sociedade justa (Saviani, 2007). Dessa maneira, a educação integral é entendida como um processo que se volta para o desenvolvimento do pensamento crítico e emancipador, não se limitando às exigências do mercado (Brettas et al, 2025).

Para que o Ensino Médio Integrado (EMI) se efetive é imprescindível que haja um conjunto de práticas funcionando na perspectiva da superação do atual modelo vigente, ou seja, um EMI capaz de englobar as relações entre trabalho e educação, a educação profissional e a educação básica. Um exemplo disso é a pesquisa, que como princípio pedagógico é o caminho para a implementação de um currículo integrado, possibilitando o desenvolvimento de atitude

científica, buscando soluções e propondo alternativas, tornando a aprendizagem mais significativa e qualificando o processo de aprendizagem dos sujeitos estudantes (Valer, Brognoli e Lima, 2017).

Valer, Brognoli e Lima (2017) demonstram que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica especificam a pesquisa como princípio pedagógico, sendo definida como uma atividade escolar, orientada e motivada pelos professores, que

[...] implica na identificação de uma dúvida ou problema, na seleção de informações de fontes confiáveis, na interpretação e elaboração dessas informações e na organização e relato sobre o conhecimento adquirido. [...] a prática de pesquisa propicia o desenvolvimento da atitude científica, o que significa contribuir, entre outros aspectos, para o desenvolvimento de condições de, ao longo da vida, interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar ideias fechadas, aprender, buscar soluções e propor alternativas, potencializadas pela investigação e pela responsabilidade ética assumida diante das questões políticas, sociais, culturais e econômicas (Brasil, 2013, p. 218).

A partir da possibilidade de integrar formação geral e formação técnica em atividades que envolvem a pesquisa, através de projetos articulados, surge a brecha para superar a divisão entre a formação para o trabalho manual e o trabalho intelectual. O EMI traz a possibilidade de pôr em prática um projeto educacional que pode promover de maneira bastante intensa a melhoria da escolarização para a classe trabalhadora, na perspectiva das concepções da Educação Politécnica e da formação omnilateral.

A formação humana integral, ou omnilateral é entendida como um desenvolvimento total do ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica (Ciavatta, 2005), revelando as potencialidades que cada sujeito possui, propiciando, assim, sua emancipação.

Na concepção de Frigotto e Ciavatta (2012, p.267)

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza.

Ramos (2008) afirma a necessidade de uma organização curricular que atenda a proposta de integração fundamentada por dois pressupostos filosóficos: a concepção de homem como ser histórico-social e a realidade concreta como uma totalidade, síntese de múltiplas

relações. A concepção de integração a ser mencionada no currículo implica a superação da hierarquia existente entre as disciplinas e a classificação como de formação geral e de formação específica e da justaposição entre conhecimentos básicos e específicos.

A importância de compreender o currículo integrado na perspectiva da totalidade quando:

[...] a integração de conhecimentos no currículo depende de uma postura nossa, cada qual de seu lugar; o Professor de Química, de Matemática, de História, de Língua Portuguesa etc podem tentar pensar em sua atuação não somente como professores da formação geral, mas também da formação profissional, desde que se conceba o processo de produção das respectivas áreas profissionais na perspectiva da totalidade (Ramos, 2008, p. 16)

Nesse sentido, desponta a ideia de uma transformação da postura pedagógica, rompendo com a política de fragmentação de conteúdos e com a hierarquização de conhecimentos. Nesse sentido, para que o currículo integrado efetivamente funcione, são necessárias práticas pedagógicas que coloquem como prioridade o trabalho coletivo e possam aniquilar de vez as barreiras que promovem o isolamento dos professores, em especial, os professores da área propedêutica e da área técnica, com a finalidade de integrá-los e integrar seus planejamentos de ações educativas. O desenvolvimento de práticas pedagógicas integradas não configura uma tarefa fácil, também por ser uma proposta contrahegemônica, que vai de encontro aos interesses das classes dominantes.

No início da gestão de Lula, pressões de educadores, do MEC, da Rede Federal de Escolas Técnicas e das Secretarias Estaduais de Educação levaram à revogação do referido decreto, o qual foi substituído pelo Decreto nº 5.154/2004, com a proposta do retorno à formação integrada unindo conteúdos gerais com os saberes técnicos e tecnológicos (Ciavatta, 2023).

Como mencionado anteriormente, o Decreto nº 5.154/2004 retomou o enfoque da articulação/integração entre a Educação Básica e a Educação Profissional, por meio do Ensino Médio Integrado, explicitando no seu artigo 4º como seria dada essa integração:

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I – Integrada – Oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno (Brasil, 2004).

Em sintonia com esses princípios e fundamentos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), em seus artigos 39 e 40, estabelece que a Educação Profissional deva ser integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à

tecnologia para que o indivíduo possa se encontrar em constante desenvolvimento intelectual, aprimorando de maneira contínua suas aptidões e capacidades para a vida produtiva, devendo essa educação ser articulada com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada. Para regulamentar a proposta de Educação Profissional prevista na LDB, o Decreto no 5.154/04 trouxe a possibilidade de integrar o ensino médio ao ensino profissional, entre outras providências.

Intensos foram os debates acerca da educação nos anos 1980, quando a comunidade de intelectuais e profissionais da área reivindicavam uma reformulação na educação brasileira, pautada no ideal de uma educação pública, gratuita, laica, obrigatória e de qualidade para todos; inclusive, era notória a preocupação da classe educacional com a questão da educação integrada, conectando o Ensino Médio à profissionalização, tendo o trabalho como princípio educativo. Após esses debates, surgiu o projeto da nova LDB, que foi aprovada em 1996, contendo, no entanto, pouquíssimos pontos relacionados às reivindicações dos educadores, gerando a necessidade de outras reformas.

Percebemos, dentro desses apontamentos, a imensa resistência, por parte dos governos, de posicionar a Educação Profissional na direção do mundo do trabalho. O ensino médio sempre esteve situado no caminho do mercado de trabalho, operando como um preparador para que o indivíduo se abastecesse de condições para ingressar na vida profissional e encontrar sua ocupação na divisão social e técnica do trabalho e somente isso. Dessa forma, ele teria sua vida profissional restrita a um trabalho sobre o qual sequer teria consciência para questionar se lhe trazia realização pessoal, se lhe permitia um desenvolvimento intelectual, uma vez que estava inserido num modelo delineado pelas forças produtivas; sua formação aligeirada e tecnicista lhe preparava até o ponto que fosse conveniente para produzir lucros para o mercado. Enquanto numa educação direcionada para o mundo do trabalho, o indivíduo seria parte colaborativa e compreensiva dos processos de produção, permanecendo em contínuo processo de desenvolvimento.

A educação faz parte do mundo do trabalho na medida em que participa do conhecimento gerado pelos processos de transformação da natureza e da sociedade. Formar para a vida significa garantir o direito de acesso aos conhecimentos produzidos ao longo da história para que o indivíduo possa adaptar-se às incertezas do mundo contemporâneo.

Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1073) asseguram que:

As políticas educacionais dos anos 1990 estabeleceram, em seu conjunto, a separação obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional e submeteram o currículo à pedagogia das competências, intensificando o

caráter instrumental da educação, especialmente no campo da educação profissional.

O Decreto nº 5.154/2004 deu margem à integração entre o ensino médio e a educação profissional, sinalizando um possível avanço em direção à politecnia; no entanto, as formas subsequente e concomitante previstas no documento, representaram posições contraditórias.

As contradições se confirmaram, reafirmando o viés da separação entre a educação básica e a educação profissional, no sentido de intensificar a dicotomia histórica. Essa intenção ficou evidente com a divisão da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) em Secretaria da Educação Básica (SEB) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). A SETEC ficaria responsável pelo ensino médio da rede federal. A SEB, por sua vez, se responsabilizaria por todo o ensino médio, incluindo o ensino propedêutico e o integrado desenvolvido nas outras redes públicas (Moura, Filho e Silva, 2015).

Moura, Filho e Silva (2015) destacam a elaboração das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM) e para o ensino médio (DCNEM), cujos textos apresentavam propostas pautadas na politecnia e formação humana integral, por meio de um currículo centrado na concepção de integração, tendo como eixos norteadores trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Não obstante os esforços, a proposta de DCNEPTNM aprovada pelo CNE (parecer CNE/CEB nº 11/2012) retoma concepções concernentes à perspectiva de fragmentação e de competências para a empregabilidade.

Assim, em que pese as conquistas já alcançadas ao longo do tempo, a tradição histórica da educação fragmentada ainda mantém raízes fortes e o enfrentamento requer a superação das barreiras estruturais, com a implementação de políticas que priorizem a educação integral como um bem comum.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção – retomando a discussão precedente – dispomos uma apresentação e posterior análise dos resultados coletados. Nesse sentido, trataremos inicialmente da investigação documental acessada no acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP), cuja fonte principal de consulta foi o livro “Da Escola de Apredinzes Artífices da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba – Memórias do Ensino Técnico” (Lima et al, 1995). Na sequência, considerando que a segunda etapa ocorreu através da pesquisa de campo, por meio das entrevistas e relatos de Professores do Curso Técnico em Eletrotécnica, que vivenciaram o momento de transição do CEFET-PB para o IFPB,

procuramos estabelecer uma articulação com as contribuições teóricas apresentadas.

As entrevistas foram realizadas com cinco docentes do IFPB (*Campus* João Pessoa) e um Professor do IFPB (*Campus* Campina Grande) - que foi aluno do Curso Técnico em Eletrotécnica - pertencentes ao quadro de Docentes do Curso Técnico Integrado de Eletrotécnica. Todas as entrevistas passaram por captura de vídeo e áudio. Os áudios passaram por um processo de transcrição e logo após, por um processo de disposição, organizando as perguntas e respostas.

O processo de entrevistas possibilitou a apuração de impressões e depoimentos de todos os participantes acerca de suas experiências e vivências dentro do contexto analisado.

A seguir, apresentaremos os resultados advindos da pesquisa documental. Na sequência, serão expostos trechos dos depoimentos dos docentes com as devidas ponderações.

3.1 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAÍBA – ATUAL IFPB (*CAMPUS* JOÃO PESSOA)

As Escolas Técnicas surgiram no Brasil, como já citamos anteriormente, sob a denominação de Escolas de Aprendizes Artífices, tendo como objetivo inicial o assistencialismo, passando-se, um tempo depois, a se perceber a necessidade de criar e aperfeiçoar mão de obra para diferentes ramos da indústria, que vinha surgindo e anunciando grandes avanços.

Figura 1 - Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, localizada em Curitiba.



Fonte: Curitiba Histórica (2010)

Figura 2 - Escola de Aprendizes Artífices, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro



Fonte: Portal IFF (2023)

Figura 3 - Primeiros mestres e alunos da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba – 1910.



As ideias de criação dessas Escolas foram fortemente impulsionadas pelo espírito empreendedor e pelo dinamismo de algumas personalidades, como Nilo Peçanha e seu idealizador Francisco Montojos.

A Lei Provincial nº 06, de 01 de outubro de 1859, criou, na Paraíba, uma Escola de Educandos Artífices, sob a forma de internato, dispondo de oficinas de marcenaria, sapataria e

alfaiataria. Essa instituição foi bem sucedida por um tempo, porém, em 1874, com a alegação, por parte dos seus diretores, de falta de recursos, a escola acabou sendo extinta.

Figura 4 - Escola de Artífices, Paraíba



Fonte: Instagram Jampa das Antigas (2024)

Figura 5 - Escola de Aprendizes Artífices do Paraná



Fonte: Curitiba Histórica (2025)

O panorama nacional da época ganhava contornos industriais, com a implantação de fábricas, possibilitando grandes transformações e exigindo a necessidade de uma formação qualificada para atender a esse mercado que vinha nascendo. Esses fatores foram determinantes para o surgimento das escolas de ensino industrial no país. Fatores políticos também

desempenharam papel fundamental na criação das instituições precursoras das Escolas Técnicas Federais. O massivo aumento da população e da urbanização, ocasionaram, inevitavelmente, em problemas de natureza distintas.

Movimentos sociais surgiram, reivindicando melhorias para essa classe operária, que vinha nascendo e, ainda, o aumento considerável da população carente, os desvalidos da sorte, ou seja, aquela camada da população, que vivia em situação de vulnerabilidade. Preocupado com eventuais levantes dessas populações, que se encontravam munidas de grandes insatisfações, os governantes da época procuraram mecanismos para que essas classes abandonassem tais pensamentos revolucionários e se mantivessem ocupadas, direcionando-as ao trabalho. Assim, foram criados estabelecimentos que acolhiam essas camadas humildes, como asilos, casas de correção e escolas profissionalizantes, como forma de contenção dos problemas sociais emergentes.

Nasceram, dessa forma, as antigas Escolas Técnicas Federais do Brasil, sob a designação de “Escolas de Aprendizes Artífices”, em 23 de setembro de 1909, através do Decreto nº 7.566, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, que obedecia a fins acanhados, porém, com preocupação em amparar as classes pobres.

O então Ministro da Agricultura, Rodolfo Nogueira da Costa Miranda, remeteu as instruções de 15 de janeiro de 1910, regulando o funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices, estando a da Paraíba instalada em um dos ambientes do quartel da força policial.

A princípio, funcionavam apenas as oficinas de marcenaria, tipografia e encadernação, serralharia e sapataria. Apesar das várias adaptações realizadas, o prédio não dispunha ainda de acomodações suficientes e adequadas para o pleno funcionamento das atividades.

O primeiro Diretor da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba foi o Dr. Miguel de Medeiros Raposo. O início das aulas ocorreu no dia 15 de fevereiro de 1910, com 33 alunos matriculados, porém, como as matrículas foram prorrogadas até o mês de maio, a escola conseguiu somar 134 alunos matriculados. Contudo, a Escola não possuía ainda credibilidade junto à sociedade, tendo em vista o estigma com que era enxergada a educação profissional, na época.

A educação brasileira, de caráter elitista, estava mais a serviço das classes dominantes. Mas as transformações sociais, políticas e econômicas demandavam uma urgente reformulação das bases de formação social do trabalho e, aos poucos, essas instituições foram conseguindo se firmar no processo educacional do país e adquirir respeito e confiabilidade, correspondendo a uma necessidade histórica: criação de força de trabalho que assegurasse o desenvolvimento do país, à medida que preenchia a deficiência de mão de obra especializada.

Nessa época, ainda era muito perceptível a forma preconceituosa de se enxergar algumas formas de trabalho e, especialmente a questão da educação profissional; dessa forma, essas escolas eram depreciadas, ao invés de serem consideradas como alavancas do progresso e instrumento de construção social. Os alunos que ingressavam nessas escolas pertenciam às camadas pobres da população e não tinham consciência do valor e da importância da formação especializada.

Nos primeiros anos, foram numerosas as adversidades da escola, incluindo problemas como a precariedade das instalações, escassez de recursos e um mercado de trabalho ainda acahado e insuficiente para atender aos formados, que não tinham onde aplicar seus conhecimentos, tendo em vista as lacunas, em se tratando de indústrias fabris no estado. Dessa forma, o número dos diplomados da primeira turma foi muito baixo, somando apenas cinco alunos.

Mesmo sendo a única instituição profissionalizante gratuita existente na época, sendo então destinada aos mais pobres, a escola não obteve a aceitação que se esperava. Somente alguns anos mais tarde, quando perdeu a feição paternalista²³, impregnada no seu nascimento, é que conseguiu, então, o reconhecimento e o respeito junto à sociedade como um todo.

Os cursos profissionais da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba se distribuíam em cursos de Marcenaria, Serralheria, Alfaiataria e Encadernação. Em 1912 foi criada uma Associação cooperativa escolar, para oferta de assistência médica-farmacêutica aos aprendizes que necessitassem desse benefício. Em 1918, o Decreto 13.064 conferiu um novo regulamento à essas escolas, estabelecendo a obrigatoriedade de curso primário para os destituídos de certificados de exames finais das escolas estaduais e municipais.

²³ Concepção, segundo a qual, as pessoas que detém as autoridades devem desempenhar, para aqueles sobre os quais é exercida, um papel análogo ao do pai para com o filho. (Dicionário Online Priberam de Português).

Figura 6 – Salão de Desenho – Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas



Fonte: Brasileira Fotografia (2020)

O cenário pós-primeira guerra acelerou o processo de industrialização no país, tendo em vista as dificuldades que começou a existir nas questões das importações e, dessa forma, as escolas assumiram um importante papel nessa construção de mão de obra qualificada e especializada. Em 1906, o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon, oficializou, então a industrialização do ensino profissional.

No seu período inicial, a Escola foi dirigida por Miguel de Medeiros Raposo e Eugênio Gomes Outeiro. Após a aposentadoria do primeiro, em 1920, a Direção passou a ser exercida pelo Escriturário Coriolano de Medeiros, que permaneceu no cargo até 26 de outubro de 1921.

Assim, foi surgindo uma mudança de mentalidade e a educação profissional passou a ser vista de uma forma mais respeitosa. Impulsionados pela boa reputação do ensino e pela confiabilidade, então conferidas à Escola, ocorre, em 1920, a ampliação das atividades e um aumento crescente do número de alunos matriculados, motivando à necessidade de um espaço maior e exclusivo para as atividades escolares. Em 1922, teve início a construção de um prédio, que abrigaria a escola sete anos depois. Nesse mesmo ano, foi instituída, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a merenda escolar, como uma forma de despertar o interesse do operariado pela educação industrial.

O Professor Coriolano de Medeiros estabeleceu a criação de uma merenda simples, composta apenas de pães e frutas, passando a se constituir de refeições mais completas quando a programação da instituição passou a exigir maior tempo de permanência e, em 1929, já no novo prédio, a escola passou a contar com cozinha para o preparo de refeições como o almoço, tendo em vista que os alunos e os professores passavam muitas horas na escola.

Em maio de 1935, a escola recebia a visita do Dr. Francisco Montojos, Diretor da Divisão do Ensino Industrial, que, na ocasião, realizou uma inspeção em todo o ambiente escolar.

A Escola ficaria autorizada a receber encomendas, ficando as despesas das matérias-primas e mão de obra sob responsabilidade das partes interessadas.

O Professor Coriolano se posicionou contrário a tal proposta, argumentando que essa industrialização do ensino iria enfraquecer ou até mesmo anular a essência do ensino ministrado nas escolas, convertendo-as em estabelecimentos mercantis.

Com a criação – pelo Governo Federal – do Ministério da Educação e Saúde Pública, a escola passou a ser subordinada por este. Em 1937, o Ministro Gustavo Capanema promoveu a reestruturação do Ministério da Educação e Saúde, acarretando, assim, na criação do Departamento Nacional de Educação, a que passou a pertencer a Divisão do Ensino industrial. Nessa época, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser chamadas de Liceus industriais.

Os programas curriculares, que nos primeiros tempos da escola eram bastante simplificados, foram enriquecendo seus conteúdos e adquirindo uma maior complexidade e, no final dos anos 30, já possuíam grandes semelhanças com os programas dos cursos destinados aos alunos que pretendiam fazer cursos superiores.

Com a nomeação do Professor João Rodrigues Coriolano de Medeiros para Direção da escola, o sistema formador ganhou um novo impulso, com a iniciativa da construção do edifício que, de 1929 a 1961, lhe serviu de sede, situado na avenida João da Mata, no centro da cidade de João Pessoa.

O Professor Coriolano possuía uma ampla visão acerca da educação profissional e ambicionava a consolidação de um projeto que tivesse como princípio a formação do homem em todas as suas dimensões, pretendendo fazer do simples artífice um sujeito apto e capaz de compreender seu meio e os processos produtivos deste meio, contribuindo para o enriquecimento e engrandecimento do país, bem como, de si próprio. Foi movido por esse espírito idealizador que o Professor Coriolano providenciou novas máquinas e equipamentos para as oficinas, com o objetivo de aprimorar as atividades, preparar o aluno e conferir à formação profissional uma base humanística.

A Escola Industrial da Paraíba ministrava, a princípio, apenas o curso industrial básico nas áreas de Serralharia, Marcenaria, Alfaiataria, Artes de couro, Tipografia e Encadernação.

O alto custo das importações, promovido pela Segunda Guerra fez com que o Brasil necessitasse, urgentemente, aumentar o número de suas indústrias e, conseqüentemente, de mão de obra especializada. A propagação do ensino profissional passou, então, a ser uma preocupação e uma meta a ser seguida.

Em 1942, os Liceus industriais passaram a se chamar Escolas industriais. Nesse mesmo ano foi nomeado, como Diretor, o agrônomo Carlos Leonardo Arcoverde, com grande espírito empreendedor, promovendo um notável desenvolvimento à escola, ambicionando equipar os espaços, as salas de aulas e oficinas e aprimorar o corpo docente. Logo no início, percebeu que a indústria necessitava de pessoas habilitadas para operar a nova maquinaria.

Figura 7 – Fachada principal Escola Industrial Coriolano de Medeiros



Fonte: Portal IFPB (2021)

Figura 8 – Escola Industrial da Paraíba



Fonte: Portal IFPB (2021)

Em dezembro de 1948, a escola diplomava a maior turma desde sua fundação, com 24 alunos. Essa escola crescia, a demanda aumentava e o espaço ia se tornando pequeno para as máquinas e instalações bem como para o funcionamento completo de todas as atividades. Foi então que o Diretor, após exaustivas reuniões junto às autoridades federais, conseguiu autorização para comprar um espaçoso terreno, onde seria construída a nova Escola Técnica Federal da Paraíba.

Em 17 de maio de 1947, através do Decreto nº 24.973, ocorria a desapropriação de um terreno no Sítio Novo e Velho, destinado à construção da nova sede da escola. No ano de 1962, no intuito de otimizar as relações do processo ensino-aprendizagem, as aulas teóricas dos cursos passaram a se realizar no prédio novo, na Avenida Primeiro de Maio, enquanto o antigo prédio era reservado às aulas de oficinas e laboratórios.

No Governo de Juscelino Kubitschek ocorreu a descentralização das Escolas Industriais, conferindo autonomia técnico-administrativa-didática e financeira para essas instituições. Com a nova Lei orgânica do Ensino industrial, as escolas passaram a ser administradas por um Conselho de Representantes (com membros nomeados de uma Lista tríplice pelo Presidente da República) e por um Diretor, nomeado pelo Presidente do Conselho de Representantes. Esse sistema, se por um lado, permitia às escolas maior liberdade de ação, acarretou, em algumas instituições, diversos conflitos entre o Diretor e o Presidente do Conselho.

O primeiro Conselho da Escola Industrial de João Pessoa teve como Presidente o Doutor Fernando Duarte de Sousa e como Vice-Presidente o industrial Alexandre Ramalho; para o cargo de Diretor Executivo foi designado o Professor José Jurema Carvalho.

Nessa época, a Escola Industrial de João Pessoa viveu uma fase difícil. Embora a escola tivesse autonomia de funcionamento, de 1959 a 1964 as dificuldades administrativas foram se intensificando, culminando com a destituição do Conselho de Representantes e demissão do Diretor, ficando a instituição sob regime de intervenção de 1963 a 1964, respondendo pela direção da escola, o Professor Genebaldo Cavalcanti de Avellar.

Em 1963, o Professor Moacir Benvenuti assumiu a direção da instituição, nomeado pelo Ministério da Educação. A crise se explanava em inassiduidade habitual dos alunos, perturbações internas, falta de controle didático, administrativo e financeiro. Houve uma grande preocupação por parte do interventor em restaurar a imagem da escola junto a sociedade, utilizando, para tanto, intenso programa de publicidade, com exposições e dias de visitas abertos ao público.

Em 1961, em virtude do surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a escola instalou os seus dois primeiros cursos de segundo ciclo: Técnicos em Estradas e Técnicos em Construção de Máquinas e Motores.

Em agosto de 1964, teve fim o processo de intervenção federal na administração da escola e assumiu como diretor o Professor Manoel de Barros Moreira. O ano de 1965 marcou a transferência da escola para a nova sede, na Avenida Primeiro de Maio, no bairro de Jaguaribe, embora o prédio estivesse ainda inacabado.

Nesse mesmo ano, a escola recebeu a denominação de Escola Industrial Federal da Paraíba e o Professor Manoel de Barros Moreira oficializou a denominação do prédio de “Edifício Coriolano de Medeiros”. Através de Portaria de 1967, o Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra estabeleceu o novo nome da instituição, que passaria a se chamar de Escola Técnica Federal da Paraíba.

Com o acelerado crescimento da indústria e a expansão da construção civil, as escolas passaram a assumir um importante papel no processo desenvolvimentista do país e a ETF-Paraíba implantou os cursos de Eletrotécnica, Edificações e Saneamento. A escola passou a funcionar nos três turnos, de acordo com as necessidades básicas do meio industrial e empresarial e adotou um novo modelo de ensino, de cunho humanístico.

Na década de 1960, houve um considerável aumento do número de matrículas, sendo incluída, como uma grande inovação, a população feminina, sob iniciativa do Professor Botto Targino, já que outrora elas não tinham chance de frequentar a escola.

Em 1961, o ensino de primeiro ciclo – curso industrial básico – veio a ser transformado em ginásio industrial, retirando-o do objetivo de profissionalização e dando-lhe a finalidade de explorar as aptidões dos educandos, orientando-os na escolha de oportunidades de trabalho e de estudos posteriores.

3.1.1 O Curso Técnico em Eletrotécnica do IFPB (*Campus João Pessoa*)

O Ensino da Eletrotécnica foi implantado, nos anos de 1960, em caráter experimental, no período da noite, sendo sua primeira turma formada por 44 alunos, em sua maioria ex-alunos da Escola e funcionários da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA e indivíduos que já estavam inseridos no mercado de trabalho, em ocupações técnicas ou operacionais, muitas vezes ligadas à área elétrica, construção civil, manutenção ou serviços públicos. Esses alunos viam o curso como uma oportunidade de ascensão profissional e estabilidade, especialmente em órgãos estatais (como a antiga CHESF, TELPA, ou companhias de energia) e empresas privadas em expansão durante o processo de industrialização.

As precárias condições de funcionamento e o alto índice de evasão ocasionaram na dissolução dessa turma.

No ano de 1964, o curso já estava bem melhor estruturado, no entanto, contava apenas com uma turma de 25 alunos, com o objetivo de proporcionar ao aluno formação teórica e prática, possibilitando exercer um trabalho profissional nas seguintes áreas:

- Instalações elétricas, domiciliares e industriais;
- Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos;
- Enrolamento de motores;
- Geração, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica;
- Elaboração e execução de projetos elétricos;
- Manutenção e instalação de motores, geradores e transformadores;

Em 1966, o curso já possuía um formato mais estruturado e foi consolidado. Nessa época, a Companhia Eletrica do Ceará – COELCE absorveu praticamente uma turma inteira de concluintes. Em 1967/1968, o curso passou por uma ampla reformulação, se adaptando aos padrões de qualidade da época. Dessa forma, foram adaptadas as instalações do antigo refeitório para os laboratórios de Máquinas Elétricas, Enrolamento de Motores, Eletrônica, Instalações domiciliares e Instalações industriais, com 511 metros quadrados. Nesse ano de 1968, houve um número de quatro formados. Em 1969, diversas foram as aquisições para o curso, sendo

estes discriminados em motor trifásico, transformador, instrumento de bobina móvel, frequencímetro para demonstração, tacômetro, capacitores, entre outros.

Em 1970, o curso já dispunha de 430 alunos matriculados, distribuídos em três séries, dos quais 60 eram estagiários e foi enriquecido, em 1974, com a inclusão, em seu currículo, da disciplina “Eletrônica”, possibilitando, assim, uma maior articulação entre a escola e as indústrias locais.

Nessa época, surgiu uma grande preocupação com relação à pesquisa e em se estruturar um ambiente apropriado de maneira que o aluno pudesse se conscientizar e se concentrar nas atividades práticas e de laboratório, sem as quais sua formação profissional ficaria incompleta. Assim sendo, a Coordenação do Curso de Eletrotécnica, com o apoio da Direção da escola, promoveu a ampliação da área laboratorial, que já dispunha de um laboratório de máquinas elétricas.

Em 1980, eram 569 alunos matriculados, sendo 106 meninas e 463 meninos. O número de concluintes chegou a 59 alunos. Em 1987 houve 47 candidatos concorrendo às suas vagas. Em 1988, o número aumentou para 78 candidatos, sendo selecionados 47 alunos. Em 1992, foram matriculados 212 alunos, sendo 74 na habilitação de Eletrotécnica.

Para que o leitor possa compreender as entrelinhas e o perfil do profissional dessa área, trazemos uma breve descrição dessa temática:

A Eletrotécnica traça caminhos diversos dentro do contexto da Eletricidade, buscando viabilizar aplicações técnicas da eletricidade. O técnico em Eletrotécnica atua como um elo entre o engenheiro e o operário, desenvolvendo atividades de projetos elétricos, pesquisa tecnológicas, supervisão, coordenação e manutenção de serviços elétricos, além da prestação de assistência técnica na compra, venda e atualização de produtos equipamentos elétricos.

O mercado de trabalho para este profissional pode ser bastante vasto, podendo este atuar em empresas de navegação aérea, marítima e terrestre, indústrias automobilísticas, usinas hidrelétricas e termelétricas, empresas de rádio difusão, entre outros.

Conforme explica o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica, de 2006, o técnico em Eletrotécnica é um profissional de fundamental importância para as indústrias, para as empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, para os setores da construção civil e de prestação de serviços em eletrotécnica no estado da Paraíba, sendo então, a indústria a maior fonte de oportunidade para os técnicos em Eletrotécnica, de acordo com os dados da época em que foi construído o Projeto Pedagógico do Curso, que

indicava que 42,5% das vagas surgiram diretamente nas indústrias no estado. Além disso, boa parte da prestação de serviço são empresas que voltam as suas atividades para a indústria.²⁴

3.1.1.1 Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica

3.1.1.1.1 O perfil da formação integrada

Conforme aponta o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica, de março de 2006, o perfil profissional foi definido pela identidade da formação integrada, considerando o nível de autonomia e responsabilidade do técnico a ser formado, os ambientes de atuação, os relacionamentos necessários, os riscos a que estará sujeito e a necessidade de continuar aprendendo e se atualizando, estabelecendo a definição das respectivas competências:

3.1.1.1.2 Competências Básicas da Formação Geral

1. Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemáticas, artístico-culturais e científico-tecnológicas;
2. Conhecer e utilizar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais;
3. Construir e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para a compreensão e fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artístico-culturais.

3.1.1.1.3 Competências Básicas da Habilitação Eletrônica

Profissional com atuação na área de projeto, execução, supervisão e manutenção de instalações elétricas prediais, industriais e de redes de distribuição de energia elétrica rural e urbana com a capacidade de:

1. Conhecer métodos e técnicas de projeto, execução, supervisão e manutenção de instalações elétricas prediais, industriais e de redes de distribuição de energia elétrica rural e urbana.

²⁴ Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Eletrotécnica; Versão encaminhada ao Conselho Diretor, em 31 de março de 2006.

2. Ser capaz de assimilar novas tecnologias.
3. Conhecer os princípios de organização do trabalho dentro dos sistemas de produção.
4. Projetar e manter as instalações elétricas operando com eficiência.
5. Ter visão empreendedora, sendo capaz de detectar oportunidades de negócios e realizar projeto ou plano de negócio.
6. Ter consciência ambiental e social, no que tocante aos procedimentos e técnicas da sua área de atuação.²⁵

3.1.1.1.4 Organização Curricular

A organização curricular atua em consonância com o perfil de formação do Currículo Integrado, definido coletivamente pelos Grupos de Trabalho e confirmado junto à comunidade escolar.

Profissional habilitado com bases científicas, tecnológicas e humanísticas para o exercício da profissão, numa perspectiva crítica, pró-ativa, ética e global, considerando o mundo do trabalho, a contextualização sócio-político-econômica e o desenvolvimento sustentável, agregando valores artístico-culturais (IFPB, 2006).

Considerando o Parecer CNE/CEB 15/98, que dispõe das Diretrizes Nacionais para o ensino médio, na perspectiva da lei não dissociar a preparação geral para o trabalho da formação geral do educando, identificamos como princípios formadores da interface integradora do currículo:

- a) A preparação básica para o trabalho;
- b) O exercício da cidadania: a formação humana como síntese de formação básica e formação para o trabalho - as práticas sociais e política e as práticas culturais e de comunicação, incluindo a vida pessoal, o cotidiano e a convivência, bem como as questões de meio ambiente, corpo e saúde;
- c) O trabalho como princípio educativo: o trabalho na sua dimensão de criação do ser humano (ontocriativo) e nas formas históricas que o trabalho assume nas sociedades de classes, no sentido de desenvolver os fundamentos das diversas ciências, facultando aos jovens a capacidade analítica tanto dos processos técnicos que engendram o sistema produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e quantos se destina a riqueza produzida, na medida

²⁵ Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Eletrotécnica; Versão encaminhada ao Conselho Diretor, em 31 de março de 2006.

em que o trabalho permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes;

d) A diretriz de que ao final do ensino médio “o educando demonstre domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna (Artigo 36,§ 1º,Inc. I);

e) Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos comuns tanto a, educação técnica de nível médio com ao ensino médio;

f) A interdisciplinaridade e a contextualização: eixo organizador da doutrina curricular expressa na LDB, visão do conhecimento e a forma de tratá-lo para ensinar e para aprender, dando significado integrador as dimensões do currículo;

g) A Educação Ambiental.

Figura 9 – Grade curricular do Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica

CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ELETROTÉCNICA										
DISCIPLINAS	1.a Série		2.a Série		3.a série		4.a série		Total	
	a/s	h.r	a/s	h.r	a/s	h.r	a/s	h.r	h.a	h.r
Português e Literatura Brasileira	3	100,0	3	100,0	3	100,0			360	300,0
Inglês	2	66,7	2	66,7					160	133,3
Informática Básica	2	66,7							80	66,7
Geografia	3	100,0	2	66,7					200	166,7
História Geral e do Brasil				0,0	3	100,0	3	100,0	240	200,0
Sociologia				0,0			2	66,7	80	66,7
Matemática	3	100,0	3	100,0	2	66,7	2	66,7	400	333,3
Física			2	66,7	2	66,7	2	66,7	240	200,0
Química	3	100,0	2	66,7	2	66,7			280	233,3
Biologia	2	66,7	3	100,0	2	66,7			280	233,3
Subtotal Form. Geral - turno 01	18	600,0	17	566,7	14	466,7	9	300,0	2320	1933,3
Des. Básico e Técnico	2	66,7							80	66,7
Gestão Organizacional							2	66,7	80	66,7
Desenho Auxiliado p/Computador - 2d			2	66,7				0,0	80	66,7
Empreendedorismo S1							2	33,3	40	33,3
Trabalho e Educação S2							2	33,3	40	33,3
Subtotal Form. Básica - Trabalho	2	66,7	2	66,7			4	133,3	320	266,7
Eleticidade Básica I - Física	3	100,0							120	100,0
Iniciação à Prática Profissional	2	66,7							80	66,7
Eleticidade Básica II			3	100,0					120	100,0
Instalações Elétricas Prediais			3	100,0					120	100,0
Desenho Auxiliado por Computador - 3d			2	66,7					80	66,7
Projeto de Instalações Elétricas					3	100,0			120	100,0
Instalações de Redes de Distribuição					3	100,0			120	100,0
Maquinas Elétricas					3	100,0			120	100,0
Eletrônica Básica					2	66,7			80	66,7
Automação Predial e Industrial							2	66,7	80	66,7
Comandos Elétricos							3	100,0	120	100,0
Eletrônica Industrial							2	66,7	80	66,7
Conservação, Eficiência e FAE							2	66,7	80	66,7
Manutenção Industrial							2	66,7	80	66,7
Subtotal Habilitação	5	166,7	6	200,0	11	366,7	11	366,7	1320	1166,7
TOTAL 01 TURNO	25	833,3	25	833,3	25	833,3	24	800,0	3960	3366,7
Artes	2	66,7							80	66,7
Educação Física-Téorica	1	33,3	1	33,3	1	33,3			120	100,0
Educação Física-Prática	2	66,7	2	66,7	2	66,7			240	200,0
Iniciação ao Xadrez - Optativa	1	33,3							40	33,3
TCC/Metodologia do Trabalho Científico*							2	66,7	80	66,7
Subtotal-Turno 2	6	200,0	3	100,0	3	100,0	2	66,7	560	466,7
TOTAL 02 TURNOS	31	1033,3	28	933,3	28	933,3	26	866,7	4520	3833,3

Disciplinas pagas semestralmente /2 aulas semanais, didaticamente mais viável.
 Eleticidade Básica I define uma interface com a Física da Formação Geral
 *. A disciplina Metodologia do Trabalho Científico co-orientará o TCC

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Eletrotécnica (2006)

3.1.1.2 Transformações vivenciadas pelo Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica

Nos anos de 1970, a Escola se impôs decisivamente junto à comunidade pela qualidade do seu desempenho e adquire consistência, ocupando um espaço sólido no cenário educacional brasileiro. O contexto econômico dos anos 70 proporcionou mudanças no perfil do alunado da escola e o ensino técnico passou a ser bem mais valorizado, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico da época.

A partir de 2001, o Curso Técnico em Eletrotécnica passou a ser ministrado tendo como foco principal não mais o conteúdo das disciplinas, mas nas competências profissionais.

Atualmente (2025), o Curso Técnico em Eletrotécnica do IFPB (*Campus João Pessoa*) é um curso de formato presencial, do período matutino, com uma carga horária mínima de 4.208 horas, com um prazo de integralização de quatro anos e com uma média de 68 (sessenta e oito) vagas anuais.

3.2 TRANSIÇÃO CEFET-PB – IFPB (*CAMPUS JOÃO PESSOA*) NA VOZ DE QUEM VIVEU A HISTÓRIA POR DENTRO DO CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

3.2.1 Mudanças e Transformações

Quando perguntamos “Quais foram as principais mudanças verificadas no Curso Técnico em Eletrotécnica, considerando o processo de transição dos CEFETs em IFs?”, todos os Professores entrevistados relataram a percepção de uma gama de mudanças verificadas por ocasião desse processo, tendo em vista que não estava ocorrendo uma alteração apenas na nomenclatura das instituições, mas de seu projeto educacional e toda sua estrutura pedagógica.

Para o Entrevistado 01:

“Começou-se, embora tenha sido quando eu saí, final de 2008, mas começou-se a realmente procurar melhorar a estrutura dos laboratórios com compras, tá? Era bem propício à época, tá? Tinha, inclusive, uns programas que, eu acho que dos convênios do governo federal com algumas empresas, que se conseguia até gratuitamente. Então, basicamente, foi mais isso a nível de curso técnico, né? E eu soube depois, claro, de um tempo, já estava aqui, que muitos laboratórios realmente melhoraram bastante a estrutura em termos de quantidade de equipamentos e de material de consumo. Basicamente isso.”

Para o Entrevistado 02:

“Bom, na época, em 2008, o Curso de Eletrotécnica era em quatro anos, então uma das principais mudanças com a chegada dos IFs, foi assim, a transformação de quatro para três anos. Então, com isso, com a chegada,

com a transformação dos IFs, houve assim, muitos avanços, principalmente a questão de você ter normas, no caso, a gente começou no curso de Eletrotécnica, a utilizar as normas NBR 5410, como também, é.. teve mudança no PPC,, onde se valorizou muito a questão também da pesquisa e da extensão com a chegada dos IFs, foi um avanço, né.. como também houve mudanças também com relação às novas tecnologias que foram surgindo.”

[...] Tivemos também a atualização dos laboratórios teve também a questão, tanto da área de novas tecnologias e também a questão da pesquisa e da extensão, que a gente não tinha isso... e também a questão do PPC, com a atualização tanto do estágio como também do PPC, além disso também teve a questão das competências e habilidades. [...] e uma maior atualização entre a teoria e a prática.”

Para o Entrevistado 03:

“O curso de Eletrotécnica é um curso, assim, tradicional aqui na escola, aqui na instituição, que desde a mudança do perfil da escola, que deixou de ser uma Escola de Aprendiz e Artífices e passou a ser uma Escola Industrial, que o curso de Eletrotécnica, ele se estabeleceu junto com o de Mecânica, junto com o de Edificações, que eram as bases tecnológicas da época, né.. estou falando dos anos 60, então, o curso de Eletrotécnica, o ano passado completou sessenta anos de existência e aqui nós estamos num laboratório histórico do curso, o laboratório de máquina, que foi um dos primeiros a serem montados e equipados; muitos desses equipamentos ainda são da época da fundação, e eles continuam atuais ainda, isso aí é o importante, porque é uma área fundamental da Eletrotécnica, área de máquinas elétricas; então, durante esse processo, a Eletrotécnica sempre se manteve como uma dessas bases dos processos econômicos e ainda hoje é assim e o que eu pude perceber do tempo de escola técnica pra cá, e aí passa pela época de CEFET e chega a essa época atual, é que o curso, ele foi se adequando às propostas pedagógicas de cada época, então, por exemplo, no CEFET, o que marcou e o que eu me lembro, foi a separação do ensino profissional do ensino médio, então essa separação fez com que a gente passasse um tempo sem ter o curso de Eletrotécnica, o Curso técnico de Eletrotécnica junto com o ensino médio, que antes nós tínhamos; embora não era o ensino médio que era chamado de segundo grau na época, não era o segundo grau completo.. aí eu passei por esse processo como aluno.

[...] então, no processo de cefetização, nós passamos uma época, um tempo em que ensino médio aqui era só ensino médio, sem ter a parte profissional e o curso de Eletrotécnica ficou só com as disciplinas do núcleo profissionalizante, nós tínhamos turmas manhã, tarde e noite só nesse modelo.. [...] com a cefetização, a partir de 2018 é que retomamos o que a gente chama hoje de técnico integrado.

[...]então, foram essas mudanças principais na organização pedagógica do curso. No tocante às bases tecnológicas que sempre trabalhamos aqui.. é, na Eletrotécnica, é, nesse período começou a haver a introdução da eletrônica no curso de Eletrotécnica, começou a haver também a introdução da informática.. foram as diferenças...

[...] novas bases tecnológicas começaram a ser necessárias devido às mudanças no mundo do trabalho. [...] então foram essas mudanças que foram acontecendo, essa mudança de perfil institucional.”

Para o entrevistado 04:

“Eu fui aluno do curso de Eletrotécnica aqui, no modelo que era integrado, a gente não tinha essa distinção, era ensino de segundo grau na época, mas que tinha um curso técnico atrelado e aí é fácil de perceber as modificações que foram acontecendo porque a Rede Federal, ela é um grande laboratório das mudanças pedagógicas do governo; toda vez que o governo pretende fazer uma mudança, o primeiro lugar que ele implanta é dentro dos Institutos, dentro das Escolas Técnicas, dentro dos CEFETs; foi assim com os CEFETs, foi assim com os IFs também. E existem acertos e existem desacertos, digamos assim, coisas que a gente não, que as pessoas pensam, mas na hora de implementar, não corresponde à realidade.

[...] a questão da orientação pedagógica, o que é o curso técnico, qual é a função, isso foi mudando ao longo do tempo, e é uma visão do governo, mas existe uma outra visão que guia as instituições de ensino profissionalizante, que é o mundo do trabalho e o mundo do trabalho mudou.. então o surgimento do CEFET e a transição para o IF também tinha que acompanhar a transição que existia no mundo do trabalho.

[...] o curso de eletrotécnica também tinha que refletir essa mudança; além disso, também tinha que refletir uma mudança da sociedade... como a sociedade via a formação técnica, então, a instituição não está isolada em seu contexto, ela está inserida e ela reflete essa exceção. Então, essa mudança, e é um processo contínuo... vai modificando e levou ao modelo que nós temos hoje. Essa, pelo menos é a minha visão. Em resumo, a principal mudança que teve, é a maneira como o aluno dos cursos de eletrotécnica, principalmente, o aluno que eu falo, o aluno integrado, não estou falando do aluno do sequencial, ele se vê na sociedade. Ele não se vê necessariamente como uma pessoa que vai se preparar para ir imediatamente ao mundo do trabalho, mas ele enxerga aquela preparação como algo que vai permitir ele continuar a sua formação ao longo da vida.”

Para o Entrevistado 05:

“Sempre houve evolução, especificamente no curso de Eletrotécnica.

[...] É um curso sexagenário, completou agora em 2024, 60 anos de sua fundação e tem uma história, né.. da mesma forma que essa nossa instituição, ela tem a habilidade de se metamorfosear, em relação às mudanças que existem na sociedade, nas tecnologias, né.. ela tem que procurar estar online, ontime com essas evoluções; e assim, o curso de Eletrotécnica, desde a sua fundação, em 1964, ele passou por várias transformações.. a partir da Escola Técnica Federal, que já foi uma evolução, no tempo da Escola de Artífices e Aprendizes, Escola Industrial.. vários nomes e não foram só mudanças de nomes, foram mudanças de filosofias, de trabalho, contextualização com o desenvolvimento social e tecnológico, como eu já disse.. e um currículo que tem que ser dinâmico... então, se você comparar nosso primeiro currículo, de 60 anos atrás com o atual, seguindo essa lógica da evolução, que não foi só mudança de nome, mas, mudança de concepção, até chegar hoje ao que nós somos, Instituto Federal.. então, o Curso de Eletrotécnica está nessa transição de Escola Técnica, CEFET, Instituto. Então, ele, com certeza, ele evoluiu.. você pode ter, às vezes, uma mesma partitura pedagógica, programas, currículo e, dentro desses currículos, ele pode até aparentar ser estacionário, mas os seus conteúdos disciplinares têm que mudar, têm que

evoluir, né.. e como evoluiu toda a tecnologia, em especial, o curso de Eletrotécnica, por exemplo, com o advento da informática, né... trouxe muitas coisas, em termos de metodologias, muitas mudanças, que praticamente levou toda a sociedade envolvida, no caso, a instituição, os professores, o curso a se evoluir. Feito aquela letra de uma música, que pode ser cantada em vários ritmos, né.. se troca conteúdo, se aperfeiçoa, se introduz novos tópicos dentro, às vezes até de um currículo, que aparentemente é estanque; então, nós temos dentro de nossos currículos, limitações em função do próprio projeto do curso, que é focado no profissional.

[...] então, nesse tempo, enquanto Escola Técnica, por exemplo, nós... foi o nosso tempo mais longo, né... praticamente trinta e dois anos enquanto escola técnica, né, depois, em 1998, mudamos pra CEFET e já trouxe novas concepções porque nessa mudança de escola técnica pra CEFET, surgiram nossos primeiros cursos superiores de tecnologia. Até então não existia, havia apenas a Educação básica, o ensino técnico e por 10 anos, de 1998 até 2008, com a Lei 11.892, de 28 de dezembro de 2008, foi a lei da criação dos Institutos Federais. Eu diria que o nosso curso também teve as suas transições necessárias pra isso.. [...] não é apenas mudança de nome, é mudanças de concepção.

[...] Os Institutos trouxe, assim, algo diferente... ele trouxe uma abertura, um novo horizonte, que cada instituição no seu status quo sentiu-se desafiada a abranger, abarcar, caminhar nessas novas perspectivas, principalmente quando você passou a ser, a ter aquela concepção de ensino, entre o ensino da educação básica, os cursos técnicos integrados e sequenciais, subsequentes e os cursos de nível superior.

[...] Então, essa convivência entre alunos do ensino médio, educação básica e de ensino superior, eu diria que é um espaço até de observação, de comportamento, de indução... ele é indutivo pra quem faz o ensino básico, o ensino técnico porque convive nos mesmos laboratórios, até, os mesmos laboratórios pra todos, a gente mostra os conteúdos.. a diferença tá, talvez na metodologia, mais focada pra o aluno, uma matemática mais específica; é isso, o que promoveu algo diferente na nossa instituição. Eu diria até que os Institutos Federais, ele chegou num momento que, se você perguntar: essa instituição, ela foi treinada, capacitada pra receber mais uma insígnia de promoção e atuar nesse nível? [...] não foi surpresa, era algo assim que um dia aconteceria. Eu diria até que ele chegou antes e com mais prerrogativas do que se esperava. Então toda a comunidade institucional teve que se adequar, evoluir, crescer, estudar, se capacitar, inclusive, né, pra esses novos desafios.

[...]A nossa instituição, ela é camaleônica, muda de cor de acordo com as circunstâncias, ela aperfeiçoa seus métodos, procura sempre estar em sintonia com o tempo.

[...] A Academia sempre tá aquém das novas tecnologias, do mercado, o mercado sempre tá na frente; temos que estarmos perto dessas evoluções, até pra trazer para a própria instituição. E ao mercado, que eu chamo, eu chamo de fábrica, em todos os nossos contextos, e a Eletrotécnica procura fazer isso; sempre presente nas indústrias, nas empresas de geração, de distribuição, de operação de energia.

[...] veja, uma reconceituação que tivemos que fazer, em termos curriculares; as energias alternativas, a solar, eólica, atômica, química.. isso tudo fez com que a Eletrotécnica tivesse que ampliar sua visão, não só pra frente, mas de forma periférica.

[...] o Curso de Eletrotécnica, na minha concepção é aquele curso que nunca vai deixar de ser uma necessidade pra o mercado, pra sociedade.

*[...] Eu diria até que a gente precisa ampliar essa oferta, formar mais, com mais qualidade. A qualidade do nosso aluno, competitivo, ele tá indexado às variáveis internas, intrínsecas, né, e as observações que a gente faz externamente daquilo que ainda precisa se enquadrar pra poder formar.
[...] A Eletrônica embarcada no curso de Eletrotécnica, a Tecnologia da informação embarcada no curso de Eletrotécnica. E hoje, com essas novas evoluções, novas tecnologias muda todo um sistema de gestão e com ele, os profissionais que precisam trabalhar pra operar esses sistemas e fazer a coisa acontecer.”*

Na opinião de todos os entrevistados o processo de transição do CEFET-PB para IFPB foi condutor de consideráveis mudanças dentro do contexto educacional do país e, especificamente no ensino da Eletrotécnica (*Campus* João Pessoa), sendo as principais apontadas: as significativas inovações nas instalações e nas estruturas das oficinas e laboratórios, possibilitadas pelo advento da informática; um olhar mais abrangente e atencioso para a questão da pesquisa e da extensão; a conexão imprescindível entre teoria e prática, compreendendo-se que ambas devem constituir uma relação dinâmica, onde uma complementa e transforma a outra, visando a transformação social; o surgimento de formas alternativas de energia, atreladas ao universo da Eletrotécnica, que se firmaram e possibilitaram que o curso passasse a criar ramificações a fim de expandir seus horizontes, proporcionando a formação de novos profissionais, redimensionando seus saberes e impactando o mundo do trabalho, onde iriam atuar.

Articulando os sentidos percebidos nos depoimentos dos entrevistados com as contribuições dos autores que sustentam a análise, trazemos aqui as reflexões de Saviani (2010), que relata que os Institutos Federais promoveram um avanço expressivo em prol da materialização da educação politécnica, ou seja, uma educação que articula trabalho, cultura, ciência e técnica, já que contribuem de forma a proporcionar aos alunos mais do que o domínio prático, mas também os conhecimentos científicos e históricos dos processos produtivos.

Os IFs, segundo Saviani (2020) chegaram e se consolidaram enquanto protagonistas de inovações significativas, expandindo a educação profissional e tecnológica para localidades distantes e minimamente assistidas, possibilitando conectar currículos e formas de atuação com os arranjos socioeconômicos locais. Isso viabilizou a redução das desigualdades regionais e tornou a educação profissional mais acessível para as necessidades locais. Para o autor, os Institutos Federais possuem condições favoráveis para superar a dualidade entre formação geral e formação profissional.

De acordo com o entrevistado 04, dialogando com as ideias do autor citado acima, as mudanças constatadas dentro dos institutos e, especificamente dentro do Curso Técnico em

Eletrotécnica, derivaram como consequências das transformações sociais, que incluíram tanto a visão depreciativa da sociedade em relação à formação técnica quanto a forma como o próprio aluno passou a se perceber nesse contexto, não como um indivíduo formado unicamente para o mundo do trabalho, mas como um sujeito preparado para continuar a sua formação ao longo da vida, uma formação politécnica.

Os relatos dos entrevistados conversam diretamente com pensamentos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) quando mencionam a questão das possibilidades de integração curricular por meio da chegada dos Institutos Federais.

De acordo com o entrevistado 03, um dos maiores marcos da época de CEFET foi a separação do ensino profissional do ensino médio, período no qual o curso de Eletrotécnica teve seu currículo limitado às disciplinas do núcleo profissionalizante.

Segundo Ciavatta (2012), a defesa pela oferta de ensino médio integrado com a educação profissional busca assegurar a superação da dualidade educacional presente historicamente no Brasil, sustentada pela divisão entre a educação geral e a educação técnica.

Segundo a fala do entrevistado 05, os institutos trouxeram um diferencial, uma abertura, um novo horizonte, que cada instituição no seu *status quo* sentiu-se desafiada a abranger, abarcar, caminhar nessas novas perspectivas, principalmente quando se trata da questão da concepção de ensino, a educação básica, os cursos técnicos integrados e sequenciais, subsequentes e os cursos de nível superior. Ele destaca que a convivência entre alunos das mais variadas modalidades de formação, compartilhando dos mesmos espaços e equipamentos, constituiu um expressivo avanço no tocante à verticalização.

Dialogando com a fala do entrevistado 05, trazemos o pensamento de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que argumentam que “a verticalização rompe com a fragmentação do conhecimento e da formação, promovendo uma proposta de educação politécnica e unitária do ser humano”.

Quando o Decreto n. 2.208/97 instituiu o nível tecnológico como o nível superior da educação profissional, associado à imposição de separar médio e técnico e, posteriormente, o Decreto n. 2.406/97 consolidou a transformação de todas as Escolas Técnicas Federais em CEFETs sob esses moldes, concluímos que os cursos superiores de tecnologia passariam a exercer o papel dos antigos cursos técnicos de nível médio, enquanto o nível técnico cumpriria o papel de formar operários qualificado. Na verdade, com as mudanças da base técnica da produção e com os novos modelos de gestão do trabalho, os níveis técnico e tecnológico da educação profissional formariam, respectivamente, operários (com o título de técnicos) e técnicos (com

o título de tecnólogos) para o trabalho complexo, enquanto no nível básico seriam formados os operários para o trabalho simples. Um processo resultante da necessidade de se elevar a base de escolaridade mínima de todos os trabalhadores” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2010).

Considerando o exposto por FRIGOTTO, no texto anterior, os entrevistados não perceberam (mesmo alguns deles estando na Comissão que elaborou o documento - de março/2008 - que transformou o CEFET em IFPB) que o IFPB é o último ato de um processo de disputas que passa pela derrota sofrida com o Decreto 2208 de 17 de abril de 1997 (em que o governo FHC estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional) e passa por 2004, com o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, que regulamenta a educação profissional no Brasil durante o governo Lula, uma vitória política que foi consequência da vitória dos progressistas na eleição do Lula 1. Os entrevistados não perceberam os 2 momentos: 1997 (derrota e imposição do Capital) e 2004 (vitória política e derrota do Capital), aceitável por conta da relação estabelecida por FRIGOTTO. Ora, a necessidade de se elevar a base de escolaridade mínima de todos os trabalhadores fez com que progressistas ficassem felizes com o ensino integrado e os mais conservadores também: afinal, no conjunto das reformas, os operários continuavam sendo formados com o título de técnico e os técnicos continuavam sendo formados com o título de tecnólogos. Nada mais confortável para ambos.

Através dos respectivos relatos, constatamos também que ocorreu uma inquietação incorporada à nova roupagem dessas instituições, no que tange a questão da formação humana integral, passando-se a adotar uma visão mais alargada de educação. Aquele novo modelo educacional chegava, abrindo um novo e desconhecido caminho, onde a cidadania e os princípios humanos apresentavam-se acoplados à educação.

3.2.2 Perfil da Formação Discente

Segundo o Parecer CNE/CEB 15/98, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a preparação básica para o trabalho diz respeito ao uso, pelos sistemas e pelas escolas, da possibilidade de preparar para o exercício de profissões técnicas (parágrafo 2º do artigo 36 da LDB) ou da faculdade de oferecer habilitação profissional (Parágrafo 4º artigo 36, da LDB). A LDB presume uma diferença entre “preparação geral para o trabalho” e “habilitação profissional”. Por opção doutrinária a lei não dissocia a preparação geral para o trabalho da formação geral do educando, por essa razão que se dá ênfase neste parecer ao

tratamento de todos os conteúdos curriculares no contexto do trabalho.²⁶

Essa preparação básica para o trabalho engloba elementos essenciais na busca por cursar uma habilitação profissional e exercer uma profissão técnica. Estes elementos constituem os conhecimentos de caráter geral para a inserção no mundo do trabalho e aqueles que são ressaltantes ou indispensáveis para se seguir uma profissão específica.

No primeiro caso estariam as noções gerais sobre o papel, os produtos e o valor do trabalho, bem como as respectivas condições de produção. Em se tratando dos estudos que são imperativos para o preparo profissional, sendo em um curso formal ou no ambiente de trabalho, estaria por exemplo, a química para algumas profissões técnicas industriais, a física para as atividades profissionais ligadas à mecânica ou eletroeletrônica²⁷.

Muitos são os autores, dentro desse estudo, que abordam a questão da formação humana integral, tendo em vista as mudanças apreendidas com os novos panoramas do mundo do trabalho, que assinalam a necessidade de, através de uma educação emancipatória, se formar indivíduos aptos, em todas as suas dimensões e capazes de acompanhar e compreender os pormenores dos conhecimentos técnicos e os processos produtivos.

É a necessidade vital de produzir a própria existência por meio do trabalho o determinante para que os seres humanos dominem os conhecimentos e as práticas sociais necessários a essa produção [...]. (Moura, 2015, p. 1059).

Acompanhando o compasso das mudanças dentro do processo de transição do CEFET-PB para IFPB, ocorreram diversas e inevitáveis transformações no perfil da formação do(a) estudante do Curso Técnico em Eletrotécnica.

Dessa forma, foi feito o seguinte questionamento aos entrevistados: “Enquanto participante do Curso Técnico em Eletrotécnica, você percebeu mudanças no perfil da formação discente, comparando o período em que o curso funcionou no CEFET-PB (*Campus* João Pessoa) e o período em que funcionou/funciona no IFPB (*Campus* João Pessoa)?”

Para o Entrevistado 01:

“Assim, em termos de formação, não houve mudança significativa, não. Então, é claro que com a vinda dos equipamentos, isso torna melhor. Assim, eu posso dizer que torna melhor em termos de mais conhecimento nas práticas de laboratório. Realmente, isso deve ter acontecido lá, embora não tenha

²⁶ Disponível em: Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado de Eletrotécnica; versão encaminhada ao Conselho Diretor em 31 de março de 2006.

²⁷ Disponível em: Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado de Eletrotécnica; versão encaminhada ao Conselho Diretor em 31 de março de 2006.

presenciado. E foi exatamente do início dessa efetização, né? Que lá também aconteceu o mesmo que aqui. Embora lá tenha um perfil um pouco diferente do que aqui. Os alunos, por ser de interior, eles realmente viam um esforço maior, comparado a quando eu cheguei aqui em 2009, que eu vi como eram os alunos de capital, né? Embora não é capital. Então, lá eles sabem que tem que se esforçar mais para conseguir um lugar no mercado de trabalho. Isso realmente tinha uma diferençazinha.”

Para o Entrevistado 02, tais mudanças foram exatamente a questão das habilidades e competências.

“Sim, essas mudanças foram exatamente essa questão das habilidades e das competências e também o perfil em si, onde um estudante, um egresso, ele começou a ver essa questão dessas energias renováveis. [...] antes, praticamente, a gente só formava o técnico para a indústria e para o caso, na época era SAELPA e hoje é a ENERGISA, né.. mas, com essa nova transformação, o IF e essas energias renováveis, hoje o mundo do trabalho mudou muito pra o egresso do técnico em eletrotécnica”

Para o Entrevistado 03:

“[...] O que caracterizou a cefetização foi passarmos a ter cursos superiores, né.. e o primeiro aqui foi o Telemática, o de Telecomunicações foi o segundo; então, foi essa resposta de defesa do Ensino público, gratuito, de qualidade, que por outro lado, assim, talvez, a moeda de troca, talvez.. isso é uma leitura minha, foi o modelo pedagógico que o modelo de então implantou no CEFET, que era um aprofundamento da visão tecnicista da instituição e essa separação ensino médio do ensino técnico é a prova maior disso.. ou seja, olha, o que importa aqui é o treinamento para o mundo do trabalho, que nem se falava esse termo, esse termo passou a partir da época de IF, que aí muda o perfil de forma significativa. Então, na época do CEFET também, a questão da qualidade total, nós fazíamos aqui capacitação para implantar os métodos da qualidade total do Japão, né.. cinco Ss, etc.. e aplicar isso; E aí o aluno passa a ser cliente, as Coordenações passam a ser Gerências, então todo um linguajar do mundo corporativo, do mundo industrial, implantado dentro da escola foi essa época de CEFET, que foi a moeda de troca pela defesa do... assim eu entendo, a defesa da instituição. Então, foi assim, uma época do ponto de vista muito difícil pra gente aqui, como servidores, né... mas, em relação aos alunos, eles continuaram, apesar de tudo, continuaram tendo cursos de excelência aqui, então a duras penas, nós fomos conseguindo manter, né, o padrão, aquele nível de exigência que nós sempre tivemos com relação aos nossos alunos pra garantir uma formação sólida, né, uma formação profissional pra eles.”

Para o entrevistado 04:

“É bom destacar que nem sempre o aluno percebe a importância da base. Muitas vezes o aluno diz assim: ah, mas tem uma máquina assim na fábrica tal e eu não vi essa máquina na instituição.. sim, essa máquina existe hoje, mas não vai existir amanhã e o que é importante é que ele aprenda como

funcionam as máquinas e não a máquina A ou a máquina B, então o importante é que ele tenha essa base e essa base, ela vem justamente dessa formação, dessa formação que a gente chama formação da base científica, base tecnológica, que é o que permite que ele acompanhe a evolução. Isso, nem sempre o aluno entende, mas, ao longo da formação dele, ao longo da atuação profissional dele, aí ele percebe como era importante entender os fundamentos, os conceitos, porque é eles que permitem a evolução. E a gente procura passar isso pra os alunos, mas, lembre-se, nós estamos falando com adolescentes, então, nem sempre eles percebem a importância, mas com certeza, quando a gente se encontra com eles, ou numa empresa ou numa universidade ou num outro ambiente, eles reconhecem a importância dos fundamentos que tiveram;

[...] então, é, o perfil do aluno, ele se tornou mais ágil, digamos assim, com relação ao meu perfil quando aluno daqui da Escola Técnica, mas, com essa característica da qualidade, do fundamento, da importância de aprender o que permite evoluir, isso a gente sempre procurou manter.

[...] Em algum momento da Educação no Brasil, passou-se a se fazer uma diferença, como se fossem coisas diferentes; pensar e fazer fossem coisas diferentes e fazer é uma consequência do pensar. Se você não pensa, você não faz. [...] eu diria que o tempo mostrou que aquela proposta não era adequada para nossa realidade, e quando eu falo “nossa realidade” não é a realidade de instituição, é realidade do mundo que cerca a gente.”

Continuando a linha de raciocínio do Entrevistado 04, o entrevistado 03 complementa:

“Me permita, então, nesse ponto foi que isso ficou sob ameaça, a gente perder isso; então, na época de CEFET, o modelo pedagógico, quer era por competências e habilidades, os cursos focados com perfis de formação muito específicos, então, por exemplo, em Eletrotécnica, que era a Formação geral, nós tivemos que desdobrar em duas terminalidades, era o Técnico em Sistemas, Instalações Elétricas Prediais e o Técnico em Instalações Elétricas Industriais. Então, é isso só rodou, acho que um ano, só uma turma, que, primeiro nós fomos forçados, ou adere ou adere, senão a instituição não recebe recursos.. tinha essa ameaça, né... olha, o recurso aqui tá pronto pra fazer as mudanças, mas só recebe se fizer, se não aceitar, não tem.. então é uma pressão interna que a Direção recebia essa pressão externa. E, foi essa tensão nessa época.

[...] Nós somos uma instituição de formação profissional, que antes nós falávamos profissionalizante, e hoje não falamos mais esse termo, é formação, Educação Profissional, mas éramos uma Instituição de Educação Profissionalizante, que prezávamos por isso, era nossa característica, ainda é, porque nós brigamos nessa época para que isso não fosse perdido. Então, o aluno tem que entender como é que essa máquina funciona, como é que monta, como é que instala, como é que faz manutenção, mas ele tem que saber que ali dentro tem um campo girante, tem um campo magnético que faz esse negócio funcionar e isso é uma base científica; e, na época, se pensava num curso mais aligeirado, mais apressado, onde não daria tempo pra se falar essas coisas.

[...]Então, assim, o CEFET foi essa época também de tensão, de disputa mesmo, por essa defesa de um curso que tenha uma técnica profissionalizante, mas, com bases científicas.

[...] No Sul e Sudeste, os processos econômicos e até mesmo a força econômica dessas regiões permitiam a possibilidade de aproveitamento de

profissionais com conhecimentos muito específicos; aqui seria impensável isso, aqui um Eletrotécnico que só conheça da parte predial e não conheça da industrial vai ter dificuldades. Tem que ter uma formação generalista. Que o modelo de então pregava o contrário e nós defendemos esse modelo generalista. [...] hoje, o mundo do trabalho pede um profissional com a visão mais holística, pede esse profissional com a visão geral; [...] então esse conceito que nós defendemos, mostrou que era o correto, que hoje, mais do que nunca, é essa formação que nós precisamos.”

Para o Entrevistado 05:

“Ao longo dessa história, desse tempo enquanto Escola Técnica, alguma coisa foi notável para a sociedade... a grandeza da nossa instituição, atuávamos além dos nossos muros.[...] hoje a permanência nossa no tempo, por exemplo, eu fiz ginásio aqui... é diferente hoje, nessa mudança de concepção. A gente vê Professor que já chega aqui graduado, super graduado, ,Doutor, Pós Doc, primeiro emprego.. [...] o que capacitou a gente pra ser instituto, porque o projeto de instituto não era exatamente o que se queria, isso é um pouco polêmico, o objetivo era ser Universidade federal tecnológica, tá?[...] nós não esperávamos ser institutos..[...] instituto seria uma experiência que seria desenvolvida em uma unidade federativa. [...] os Institutos Federais, da forma como eles foram criados, da forma como ele cresceu exponencialmente, hoje já passa de 600 e 60 e poucas unidades, divididas nessas 42 instituições, já passa de quase um milhão e meio de alunos na Rede, cresceu em número de servidores, distribuiu esse modelo educacional de forma nacional. [...] Gerou nas instituições um novo desafio, principalmente o de superação, sair daquele posto que a gente estava, eu acho que gerou um abalo em todas as estruturas e a gente, até por obrigação, que se contemporaneizar, se modernizar, se adequar, buscar; aí veio a necessidade de estudar mais.. o aluno hoje é diferente, ele já chega informatizado, ele já faz parte do mundo, ele tem muitas virtudes, mas também muitos vícios pedagógicos e a instituição tem que entender... [...] a partir do momento que aquele aluno é selecionado, seja por qual critério for, passa a ser responsabilidade nossa essa transformação, e esse aluno, ao concluir o seu curso, ele tem que se tornar um cidadão, primeiro a formação de um cidadão apto para a vida e o mundo do trabalho, apto no sentido de , não um elemento treinado, ele é um elemento, um ser humano treinável, capaz de se moldar a diversas realidades porque ele está alfabetizado tecnologicamente naquele contexto; no trabalho, no espaço, ele vai desenvolver habilidades e construir novas competências.”

Através dos relatos dos entrevistados, fica bastante evidente que a proposta da Educação Profissional e Tecnológica se firma na intenção de formar indivíduos para atuar no mundo do trabalho, de modo que eles possam desenvolver e aprimorar, de forma ampla e diversificada, suas habilidades, sendo, então capazes de aplicar suas potencialidades sob formas diversas, compreendendo as várias etapas dos processos de produção. Um indivíduo com capacidade de compreender as funcionalidades e formas de manutenção de uma determinada máquina, mas

que também conheça e compreenda toda a base científica que envolve a sua criação, seus mecanismos e a disposição de suas engrenagens.

De acordo com a percepção dos entrevistados, o perfil da formação discente no IFPB (*Campus João Pessoa*), se comparado à época de CEFET-PB (*Campus João Pessoa*), adquiriu novos contornos, tornando esses alunos mais inteirados dos processos produtivos, inclusive por que a instituição, através de sua proposta inovadora da verticalização dos cursos, impulsionou uma nova identidade educacional para seus alunos, que por vezes, trilham toda uma estrada acadêmica dentro dos Institutos. A instituição promoveu o enriquecimento dos laboratórios e oficinas, transferindo para o aluno a compreensão da importância dos conhecimentos dos fundamentos e não apenas da prática em si, conduzida pela compreensão de que essa formação generalista abre horizontes e contribui para uma formação humana integral deste indivíduo no mundo do trabalho.

Acompanhando a linha de raciocínio dos entrevistados, trazemos as ideias de alguns autores que embasam esse estudo, dentre os quais Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), que abordam a importância da integração entre ensino médio e técnico, explicando a capacidade embutida nessa articulação, no sentido de traçar um novo perfil ao aluno e o quanto isso modifica esse aluno, que se enxerga não somente dentro da ideia de um curso aligeirado, com intenções de uma formação tecnicista e rasa, que vai lhe conduzir ao papel de mero figurante dos processos produtivos, mas, um indivíduo que caminha em busca da formação efetiva para o mundo do trabalho, carregando expectativas de formação cidadã, crítica, intelectualizada e de continuidade nos estudos superiores.

Conforme destaca Manacorda (1994, p. 246), “fábrica e escola nascem juntas, em um movimento que implica também a passagem definitiva da instrução das Igrejas para os Estados”, ressaltando a necessidade de articular conhecimento técnico e científico. Para o autor “era preciso que o trabalhador tivesse um conhecimento técnico, que dominasse o seu ofício” (Manacorda, 1995, p. 287), evidenciando, assim, que a educação profissional não pode estar limitada unicamente à prática mecânica, mas precisa se fundamentar em bases científicas e teóricas, que conduzam a uma formação emancipadora.

De acordo com o entrevistado 03, na época de CEFET a ênfase recaía sobre o treinamento voltado ao mundo do trabalho, restrito a atender prioritariamente às demandas do mercado e, existia então uma luta constante, por parte dos professores, para a efetivação de uma profissionalização orientada por fundamentos científicos.

Relativamente ao modelo pedagógico vigente no CEFET, segundo o entrevistado 03, configura-se de extrema importância a questão da compreensão das competências e

habilidades²⁸ no contexto atual, então revestido sob intensos debates em seu entorno, na busca por não se restringir apenas à reprodução das definições oficiais. É necessário haver uma análise ampla e reflexiva a respeito dos significados que essas categorias assumem no âmbito das práticas pedagógicas, principalmente em contextos marcados por precariedade e desigualdade. Tal questionamento não se dirige apenas aos conceitos em si, mas à maneira como estes vêm sendo mobilizados por políticas públicas que priorizam a produtividade, a adaptabilidade e a mensuração de resultados, colocando em segundo plano a questão da formação crítica, ética e cultural dos estudantes (SOTINI, 2025).

Segundo observa o entrevistado 04, é de grande relevância que o aluno compreenda os princípios científicos, promovidos por uma formação completa, que inclua bases científicas e tecnológicas, pois são estas que irão lhe promover uma evolução contínua ao longo de sua trajetória profissional.

Associando a ideia de Frigotto (2012), que coloca que a formação omnilateral traz a possibilidade de educação para todos os indivíduos, contemplando todas as dimensões do desenvolvimento humano, como a cognitiva, afetiva, física, social e cultural, podendo proporcionar a formação técnica para operar instrumentos produtivos, abrangendo a emancipação humana em todos os sentidos da vida humana, destacamos a colocação do entrevistado 05, que ressalta que o aluno formado nos Institutos Federais precisa sair para o mundo do trabalho com uma formação ampla e cidadã, não como um elemento treinado, mas como um ser humano treinável, adaptável às diversas realidades, porque ele está alfabetizado tecnologicamente naquele contexto.

Esse novo perfil discente não se limita mais ao aluno técnico, mas se configura como sujeito capaz de relacionar trabalho, ciência e cultura em sua trajetória formativa.

O IFPB (*Campus* João Pessoa) moldou um novo perfil formativo para seus alunos, conforme observaram os entrevistados. A ideia era, então, operar na formação de novos modelos de indivíduos para o mundo do trabalho, cientes de seu poder de transformação para o meio social, intelectualizados e pautados sobre fundamentos científicos.

²⁸ Segundo coloca Ramos (2006), na abordagem construtivista, uma competência é definida pela combinação de conhecimentos, experiências e comportamentos que se exercem em um determinado contexto, o que representa a integração de três saberes: o saber, o saber fazer e o saber ser, resultando em um "ser capaz de". No início dos anos 80, dentro do panorama de iminência de mudanças tecnológicas e de uma reestruturação produtiva, resultante da imposição de novas exigências, pelos novos modelos de produção, a ideia de competências passou a adquirir grande destaque e a ser amplamente discutida, com vistas à formação de novos contornos para a educação no país.

3.2.3 Formação para o Trabalho

Como vimos anteriormente, os Institutos Federais foram criados, em 2008, firmados na questão da formação do indivíduo em todas as suas dimensões, almejando preparar seus alunos para tornarem-se sujeitos protagonistas de uma transformação social, sob a concepção da educação politécnica, da formação humana integral, no intuito de conduzi-los ao mundo do trabalho, onde estariam protagonizando uma ação transformadora sobre a natureza e o mundo que os cerca, integrados à constância das mudanças e conscientes de seus papéis dentro da sociedade.

Nesse sentido, considerando o trabalho uma dimensão ineliminável da vida humana²⁹, a formação para o mundo do trabalho dentro dos Institutos Federais proporciona que o aluno se enxergue capaz de atuar de maneira abarcante, aplicando seus conhecimentos científicos em conjunto com a realidade do trabalho, estando amplamente articulado aos saberes técnicos que sustentam os processos produtivos. Dessa forma, eles são capazes de se tornarem indivíduos determinados, pautados sob princípios humanísticos, detentores de intelectualidade e de senso crítico para compreender e empreender questionamentos sobre toda a realidade ao seu redor.

Dentro dessa discussão, buscamos formular a terceira pergunta: “Como você percebe a proposta de formação para o trabalho, oferecida pelo Curso Técnico em Eletrotécnica no CEFET-PB (*Campus João Pessoa*) e/ou no IFPB (*Campus João Pessoa*)?”

Para o Entrevistado 01:

“A proposta é boa. É claro que precisamos realmente de melhorias. Mas, é claro, melhorou bastante. Eu posso falar em termos desse laboratório que eu presenciei.. ele antes dessa modificação, nessa estrutura. Ele não era assim. Mudou para melhor. De fato. Algumas coisas faltam ainda. Mas isso é questão também de política governamental. Às vezes, um governo tem mais verba, outro corta um pouco a verba. Atualmente, está um pouco também. Mas, embora, mesmo assim, está dando para a gente, pelo menos em termos desse laboratório de instalações elétricas, está dando para a gente ainda conseguir material. Está certo? Mas, realmente, deu uma diminuída de, podemos dizer, de 2019 para cá.”

Para o Entrevistado 02:

²⁹ Segundo Luckács (1981, p. 12), o trabalho é uma dimensão ontológica fundamental, pois, por meio dele, o homem cria, livre e conscientemente, a realidade, bem como o permite dar um salto da mera existência orgânica à sociabilidade.

“Bom, é, essa nova proposta, com adoção de novos laboratórios, valorizou muito essa questão do curso também.. com a atualização dos laboratórios, principalmente com essa questão das energias renováveis, melhorou muito essa questão do mundo do trabalho.. [...] além de que, também, com essa questão do PPC do curso, valorizou muito essa questão do empreendedorismo... ele pode, com as novas disciplinas que foram inseridas no curso, ele mesmo tenta montar seu próprio negócio pra o mundo do trabalho, tá certo? A questão do empreendedorismo, e também, essa questão de estar sempre se atualizando.”

Para o Entrevistado 03:

“Antes, as intenções eram veladas; nós tínhamos que ser muito críticos e atentos para a gente perceber as intencionalidades de cada ação, de cada modelo pedagógico. Com a transformação IF, do meu ponto de vista, tudo ficou claro, ficou claro o seguinte: nós, a instituição tem como bandeira principal essa formação pedagógica integrada, holística, ou seja, a formação profissional cidadã. Isso é uma grande diferença; o IF deixou isso claro, como modelo.

[...] Essa oportunidade da Ifetização foi uma oportunidade de unificação das ações como Rede e até a nossa logomarca, como a gente se apresenta pra sociedade, isso traz, dá um espírito de corpo pra Rede, isso fortalece a defesa dos princípios pedagógicos que a instituição sempre acreditou e, por conseguinte, nós também. Isso deu com a Ifetização. E, nessa ideia de agir em Rede é que surgiu o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. [...] se eu for olhar o curso de Eletrotécnica do IFPE ou de qualquer outra região, eu vou ver que há um fio condutor semelhante, isso é muito importante, não é só como algumas pessoas pensam, pra facilitar a transferência de aluno, isso é o mínimo. É uma questão de concepção institucional e a Rede toda segue isso. Isso nos dá mais forças pra sobreviver a possíveis desvios de rota, que governos de plantão podem proporcionar. Então, esse modelo deixa a instituição mais como instituição de Estado, ela fica mais estável e é isso que a gente vem percebendo.

[...] Na transição de CEFET para IF nós começamos essa discussão de cursos integrados e o trabalho como princípio pedagógico.

[...] é o fio condutor, assim, dos nossos cursos técnicos integrados e, de alguma forma, nós refletimos esse princípio nos cursos subsequentes também. E até mesmo nos nossos cursos FIC, nos nossos cursos de curta duração, de alguma maneira a gente procura também refletir essa ideia de uma formação que vai além das questões não só do mundo do trabalho, uma formação integral.

[...]Então, por exemplo, recentemente, nós recebemos aqui o curso, o Programa ENERGIF, o Programa de formação de instaladores de sistemas fotovoltaicos, então, esse curso, ele veio pronto do MEC, num é.. e aqui nessa instituição, nós ajustamos para que nele também fosse contemplado aspectos da formação cidadã, refletindo esse ideal que nós sempre procuramos defender e implementar de que os nossos estudantes, além da formação técnica, dura, lá da tecnologia, ele tenha uma formação científica e tenha uma formação pra a vida.”

Para o Entrevistado 04:

“Aí tem uma coisa que eu acho que é importante, que passou despercebido pra maioria: mas, foi a criação da Rede. Porque, em qualquer canto que eu chegar no Brasil hoje e achar esse símbolo, o I e o F, eu sei que eu estou diante de uma Instituição Federal de Educação Tecnológica. Então, isso daí cria o quê? Cria um suporte, digamos assim.. alguém pode querer mudar aqui, mas a Rede vai dizer: ‘Olha, tem essas experiências aqui, você pode olhar e verificar, antes de se aventurar...”

[...] Então, a criação da Rede e dos mecanismos que estão embutidos nessa Rede, como por exemplo, os Conselhos que gerenciam a Rede [...] isso deu uma segurança. [...] isso deu uma força pra apresentar propostas que são menos susceptíveis, propostas de formação, menos susceptíveis às ideias de momentos. Cria mecanismos que permitem a gente suportar ou se opor ou aderir, mas de acordo com a nossa visão, as propostas de momento. Porque todo momento, chega alguém que assume uma direção do Ministério de Educação, de uma Secretaria de Educação Tecnológica e chega com uma visão, mas a Rede ela tem, digamos assim, uma certa inércia que permite refletir um pouco mais e não necessariamente aderir por impulso.

[...] É mais ou menos assim, o fio condutor, a orientação existe, mas isso não impede que a gente evolua, isso não impede que a gente modifique.

[...] A gente não pode ver o trabalho como uma coisa isolada, o trabalho faz parte da vida, faz parte da nossa formação, mas o trabalho não pode ser o trabalho pelo trabalho. O trabalho faz parte da nossa vida, mas não necessariamente é a nossa vida. Então, o trabalho faz parte de um contexto.”

Para o Entrevistado 05:

“Há 60 anos atrás, o nosso curso técnico, se você olhar pra ele, você vai dizer: “esse é o currículo de 1964?”

[...] Foi assim que esse curso começou? Em que condições? Quais eram as condições daquele tempo? [...] na evolução do tempo, passamos por várias adequações; comparando o currículo de hoje com esse de sessenta anos, o de sessenta anos nunca deixou de existir, ele está presente, ele tá presente, talvez com disciplinas com outros nomes;

[...] então, toda a base da eletricidade moderna, ela vai de 1820 a 1839, 40; praticamente, a gente estuda as coisas do século passado, mas que elas foram se aperfeiçoando ao longo do tempo. [...] mas, surgiram novos elementos, novos materiais mais eficientes, menos perdas.. [...] essas tecnologias cresceram, se apropriaram e os conceitos, na verdade, até antigos, se confirmavam, mas algo diferente vinha acontecendo

[...] então, eu diria que os nossos currículos, eles procuram se contemporaneizar dentro desse armário curricular, de acordo com os cenários.. [...] Nos cenários hoje, tecnológicos referentes à área de Eletrotécnica, a gente tem outros conhecimentos que embarcaram dentro da Eletrotécnica tradicional, sem falar da inter-relação que você tem da própria Eletrotécnica com outras áreas de conhecimento; um exemplo, Eletromecânica, Eletroquímica, Eletrônica, as Telecomunicações, a própria Informática;

[...] Então, a eletrotécnica, como ciência, gera essa necessidade de relacionamento.

[...] Aí veio as energias alternativas, que levam ao aprimoramento dentro daquele armário curricular, onde cada gaveta são disciplinas, dentro daquela mesma gaveta, a gente adequou aquele nome daquela gaveta, com nomes de conteúdos que a gente fez uma miscigenação. Então, essa necessidade de

estar sempre contemporâneo, é uma premissa que a gente tem que estar sempre atento e a outra é a necessidade de professores, enquanto professor, você não pode viver isolado dentro de um laboratório, dentro de uma sala, você tem que ter relacionamentos com a sociedade produtiva.

De acordo com a fala do entrevistado 03, constatamos que as políticas de ensino do Instituto Federal da Paraíba (*Campus João Pessoa*) são edificadas dentro de uma visão holística, submersas na concepção da omnilateralidade, focalizadas no desenvolvimento humano integral, sempre buscando construir sujeitos completos, em todas as suas dimensões, não apenas para estarem atuando no mercado de trabalho, como meros personagens do sistema, utilizados unicamente para operarem os mecanismos do capitalismo, mas, cidadãos participativos e engajados dentro desse sistema.

[...] As Políticas de Ensino no IFPB estão baseadas na relevância da educação, com ênfase na qualidade, na construção dos conhecimentos técnico científicos, no respeito às culturas, na proteção ao meio ambiente e nas necessidades sociais do estado e da região. Devem almejar a criação de uma sociedade constituída de indivíduos motivados e íntegros, críticos e éticos, inspirados nos princípios humanitários, buscando desenvolver-se plenamente no campo dos conhecimentos científicos e tecnológicos e, sobretudo, no campo das relações sociais (IFPB, 2023).

O depoimento do entrevistado 03 dialoga com as ideias de Saviani (2022), quando este analisa que a educação dentro do ambiente escolar configura a forma mais eficaz para que a classe trabalhadora possa adquirir meios de participar das conquistas históricas da humanidade, se intelectualizando e desenvolvendo a consciência da necessidade urgente de apresentar sua colaboração e participar ativamente, dando continuidade ao processo histórico e conduzindo-o a um novo patamar.³⁰

Conforme aponta Saviani (2022), essa formação histórica e crítica deve ser articulada e composta de práticas de toda uma coletividade, metodicamente organizada como implica a pedagogia histórico-crítica, em sua ideia de compreender a educação como intersecção no interior da prática social tendo, pois, a própria prática social, ao mesmo tempo, como ponto de partida e ponto de chegada.³¹

Segundo os relatos dos entrevistados, a política de educação empreendida pelos

³⁰ SAVIANI, D.; Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 22, p. E13666, mar. 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf> Acesso em: 06 de agosto de 2025.

³¹ SAVIANI, D.; Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 22, p. E13666, mar. 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf> Acesso em: 06 de agosto de 2025.

Institutos Federais configurou-se como o grande diferencial no contexto dessas instituições, o que se traduz em uma política única para toda a Rede, com uma proposta pedagógica sólida e firmada em princípios de base humanística.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica viabilizou a oferta de uma forma de educação que precisa estar agregada ao trabalho, que entende o trabalho como princípio educativo, compreendendo que trabalho e educação precisam estar alinhados para uma completa formação do indivíduo.

Para Saviani (2007), o trabalho se denomina como “o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas”:

[...] a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (Saviani, 2007, p. 154)

Corroborando com o autor, destacamos a fala do entrevistado 04, quando ele observa que não se pode compreender o trabalho como algo isolado, pois este faz parte da vida e da formação humana, não podendo ser um fim em si mesmo.

Conforme os relatos dos entrevistados, a concepção de trabalho, no âmbito dos Institutos Federais, está orientada pela formação humana integral, sendo este compreendido como elemento essencial e formativo no processo de desenvolvimento do sujeito e da coletividade.

Com base nesse entendimento, apresentamos as reflexões de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que analisam que o trabalho é reconhecido como base formadora na elaboração dos conhecimentos, ou seja, como princípio educativo, no qual o aspecto intelectual é integrado ao trabalho produtivo, almejando a formação integral do ser.

A visão do trabalho como princípio educativo consiste na ideia de enxergá-lo dentro de uma concepção que ultrapassa o caráter mercantilista, que sempre lhe foi característico, e rompe as barreiras infligidas pela lógica capitalista da profissionalização.

Diante das narrativas dos entrevistados, compreendemos várias conexões entre os pensamentos destes com os autores abordados nesse estudo.

A fala do entrevistado 03 observa que, na ocasião da transição do CEFET-PB para IFPB, teve início uma discussão sobre cursos integrados e sobre a concepção de trabalho como princípio pedagógico, conduzindo à compreensão da importância de repercutir tais princípios sobre os cursos técnicos integrados e também sobre os cursos subsequentes, e até mesmo

abrangendo esse entendimento aos cursos FIC (Formação inicial e continuada) e aos cursos de curta duração, buscando refletir a ideia de uma formação que vai além das questões do mundo do trabalho, isto é, uma formação integral.

De acordo com o entrevistado 05, o professor não pode se limitar ao ambiente da sala de aula ou laboratório mas sim buscar estar em contato direto com a sociedade produtiva, objetivando maiores e mais práticos conhecimentos e seu aprimoramento e transformação, buscando uma constante evolução.

Assim, em consonância com o entrevistado 05, citamos Lukács (1978), que analisa o trabalho como sendo uma atividade inerente ao ser humano, algo com capacidade de moldar não apenas o mundo e a realidade ao seu redor, mas algo muito maior, com poder de transformar, sob várias formas, o indivíduo que o realiza. Para o autor, o trabalho produz os meios de existência na relação do homem com a natureza, com a cultura, mas por outro lado, ele pode vir revestido, em diferentes culturas na estrutura capitalista, de formas degradantes, distanciando-se dessa visão humanística.

3.2.4 Contexto Político

A conjuntura política de cada momento reflete de maneira clara sobre a questão da educação, atravessando os muros das instituições e implantando ali seus ideais políticos para tal. A depender de cada modelo de governo, essas políticas podem vir revestidas por moldes mais “conservadores”, permeadas densamente pelos ideais capitalistas, focando numa educação tecnicista ou podem se apresentar sob a forma de uma educação libertadora, baseada em princípios humanitários e na formação humana integral.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), as ações para a educação profissional no Governo Lula (aquele que viria a criar os Institutos Federais) representaram um papel estratégico e de grande impacto para o desenvolvimento do país e o discurso oficial deste governo foi persistente no objetivo de reconstruir tais ações como objeto de política pública, procurando, de maneira constante, reajustar eventuais deformidades decorrentes de decisões e medidas adotadas em governos anteriores.

Observamos, anteriormente que muitas e distintas foram as políticas implementadas, ao longo dos anos, para nortear instituições de educação profissional, e isso acabou por refletir diretamente sobre os projetos pedagógicos da instituição, inclusive sobre a forma de funcionamento e sobre os currículos de seus cursos, que, por diversas vezes, se viram impelidos a seguir projetos de cunho mercantilista, tendo em vista as pressões impostas pelos governos a

essas instituições.

Foi considerando tais análises que partimos para a quarta pergunta: “Você percebeu que o contexto político de então influenciou o modo como, em sua época de estudante e/ou professor, o curso foi sendo pensado, no sentido de formação para o mundo do trabalho?”

Para o Entrevistado 01:

“O que eu posso dizer, assim, quando eu fui aluno, não fui aluno de curso técnico, eu fui aluno apenas do primeiro ano aqui, nesse campus, do curso técnico de edificações. Apenas no primeiro ano, depois, eu me mudei para a Campina Grande, minha família. Assim, realmente, eu vejo que a gente, os alunos da minha época, isso é anos 80, meados dos anos 80, a gente, de fato, era bem mais preocupado, eu acho que a gente estudava um pouco mais. Mas, assim, o contexto político, influência, não havia, assim, eu, particularmente, não fiz o curso técnico completo, mas, mesmo na escola normal, já se falava em algumas palestras da importância para o mundo do trabalho, que um dia viria, eu, realmente, não me imaginava professor, mas passei a gostar. E, assim, era um pouco diferente. A questão da política da época era apenas, porque era próprio da época, aquelas disciplinas que tínhamos de organização social e política do Brasil, moral e cívica. Isso incutia na gente, assim, como aluno, uma, vamos dizer assim, eu posso dizer um, como é que se diz, uma importância maior para o nosso país, se nós tornarmos profissionais para o bem do nosso país. Eu acho que isso era um pouco mais, acho que era um pouco mais intenso isso, não muito, mas era.”

Para o Entrevistado 02:

“É, realmente, assim, o Governo Lula, ele realmente, ele deu uma valorização muito grande aos IFs.. a criação dos IFs foi exatamente no Governo Lula e realmente ele focou muito na expansão dos campi dos Institutos.. praticamente, a gente só tinha duas unidades.. João Pessoa e Cajazeiras; com a criação dos Institutos Federais, em 2008, houve uma expansão muito grande e valorizou muito essa questão do local, né.. das cidades.. isso aí é inquestionável. É tanto que hoje no IF, nós temos dois cursos de Eletrotécnica, campus João Pessoa e campus Patos e estão criando também agora no campus de Campina Grande. Curso técnico de Eletrotécnica em Campina Grande também..”

Para o Entrevistado 03:

“A instituição vai refletindo, não só a direção que o mundo do trabalho está indo, reflete, é.. como a sociedade se comporta e vê o mundo e etc.. e reflete o pensamento pedagógico do governo de plantão. E, no CEFET, isso ficou bem claro na época da cefetização, que não só a cefetização foi devido a uma visão, a um modelo educacional do governo, portanto algo que foi, vamos considerar assim.. externo à instituição pra dentro, mas também essa efetização ocorreu como um movimento de defesa da instituição, que naquele

momento havia o risco até de uma privatização da Rede ou que outras organizações assumissem a Rede e houve também essa preocupação e a cefetização foi essa resposta de afirmação, num é... porque o governo de então dizia: Olha, escola de nível médio é responsabilidade do Estado, não era nem privatização, era estadualização. Então, sempre a gente vai ter influência do contexto político e na época do CEFET, esse contexto político fortemente era o Estado Mínimo, né... era o que se defendia e o que se estava fazendo, agindo, não era só uma ideia, tinha ações concretas, então existia no Estado brasileiro uma instituição, uma organização de educação profissional, que isso não era pra existir na concepção dessas pessoas que tinham essa visão de Estado Mínimo, era pra eliminar isso, né.. depois de um tempo, poucos anos mais a frente, o pêndulo vai pra o outro lado, está agora um contexto político de que não, o Estado tem que favorecer garantias mínimas para a sociedade, incluindo a educação.

[...] E, nessa mudança de CEFET pra IF, claro, foi proporcionada por um governo que estava no momento em que passamos a falar em mundo do trabalho, passamos a falar em inclusão, passamos a falar como Rede e passamos a ter mais forte essa questão da educação para a cidadania e dentro da cidadania, o trabalho está. Então, isso ficou tudo mais claro, do meu ponto de vista como Servidor, como docente da instituição, que isso deu um ânimo em todos nós, por termos um modelo pedagógico claro e ele está em pé até hoje, é o mesmo.”

Para o Entrevistado 04:

“Veja bem, a decisão de expandir a Rede, por exemplo, você colocar instituições federais no interior, às vezes, a gente pensa só no interior, mas também nas grandes cidades, mas não nos locais menos atendidos, é uma decisão política. E aí, vem dois aspectos, o aspecto econômico e o impacto social. O peso de uma instituição federal numa região que não é assistida pela educação pública, ele é enorme, é imensurável, porque quando a gente pega um aluno, por exemplo, que veio lá do interior e esse aluno passa a trabalhar dentro de uma instituição, passa a conviver com a instituição, onde ele vai concorrer a uma bolsa, vai ter uma formação, sem enxergar isso como um favor e sim como um direito, isso tem uma, um... muda a cabeça dele. Então aquilo que era o clientelismo inverte, passa a ser uma obrigação do Estado. São decisões políticas. Então, os Institutos, os CEFETs sempre refletiram esses momentos... e aí existe toda uma briga, uma disputa, uma briga no bom sentido da palavra pra se alcançar esses objetivos. Mas, não é uma coisa isolada. A instituição, e eu diria hoje, a Rede, ela não está isolada da sociedade em que ela está inserida. Então ela vai sentir esses impactos, tanto impactos tecnológicos como impactos políticos, como os impactos humanísticos, da parte da convivência, né, das pessoas, isso tudo muda, e a gente vai refletir isso daí. Então, acho que na minha visão, a decisão de fazer uma expansão, a decisão de mudar o modelo pedagógico é um ato político.”

Complementando, o Entrevistado 03:

*“Essa influência é desde sempre e sempre vai continuar.
[...] E a gente, em alguns momentos não percebíamos isso, e aí vem da maturidade, da vivência, da mudança de papel, né.. o papel de estudante, o*

papel de docente, a gente vai ter olhares diferentes, o amadurecimento também de já ter visto vários carnavais vai nos possibilitando ver o que antes não víamos; mas essa luta sempre existiu e sempre vai existir e essa influência também, o que nós temos que aproveitar são as boas influências e eu acho que a mudança pra o IF houve várias boas influências, várias, né.. não só a questão de que ampliamos a quantidade de campus, isso foi uma coisa importante, ainda é, eu acho que nunca é perdido. Tem pessoas que criticam.. [...] Investimento em educação, pra mim, nunca é perdido, a gente tem que expandir e depois batalhar pra que esses campi implantados sejam bem estruturados, aí é uma outra briga.. estamos recebendo agora mais quatro novos campus, vamos pra, de 21 pra 25.. era pra ser 40, era pra ser 50, então, agora, aproveitar bem os bons caminhos e estar atentos e combater os desvios, mesmo sendo um governo progressista. Então, essa influência é constante.”

Para o Entrevistado 05:

“Sim, sim, de certa forma, influenciou.. os institutos federais, pra mim, foi uma oportunidade dada; Você sabe o que é um cavalo selado, montar ou não montar? Era pra aproveitar essa oportunidade.. mesmo no contexto político da época, que ele foi político, foi uma decisão política.. [...]Havia em 2007, 08, por aí, a partir de 2006, a se discutir alguma coisa que se precisava trazer, uma mudança; foi quando nesse período aí, veio o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), tinha que ter algo diferente, que chamasse a atenção da sociedade, que promovesse, digamos assim, abalos progressivos, produtivos, interessantes, que impressionassem, né.. e, especificamente, promoveu.. promoveu porque ele tentou criar uma Rede, onde pra criar essa Rede, ele teve que ir de encontro a interesses, políticos também, porque muitas vezes, os políticos tomam partido de coisas que ele não tem noção da grandeza que isso poderia representar, uma oposição por oposição. O desenvolvimento de um povo passa por um processo de educação moderno, contínuo, progressivo, que sempre venha a crescer, mas regredir não, estabilizar talvez, nem deveria, mas, sempre ser progressivo e evolutivo. [...] essa oportunidade, a princípio, era uma experiência individual, localizada, que terminou sendo pra todos, por pressão de um conjunto de Reitores na época, né..e isso contrariou interesses de certos contextos, por exemplo, você tinha, dentro da própria Rede de Educação Profissional, um paralelo conosco, que era as Escola Agrotécnicas Federais, que tinham as mesmas prerrogativas dos Institutos, na época, os CEFETs. O projeto deles era ser CEFET, igual como nós, o da gente era ser universidade e, de repente, ele, habilmente, colocou todo mundo no mesmo prato, na mesma bandeja e disse: “Bom, eu quero que vocês se entendam.. Escolas Agrotécnicas e CEFETs, se unam, pra gente criar um novo modelo educacional, uma nova entidade, uma nova personalidade. [...] As pessoas, quando não veem o que mudou é porque em si não mudou muita coisa, a mudança começa em cada um, começa em si; [...] Então, é preciso que as pessoas tivessem colocado a cabeça nessa mudança, em querer mudar, então, a muito custo, a muito sangue, suor e lágrimas, discussões que vararam madrugadas, se chegou a essa nova entidade. A Paraíba, por exemplo, foi formada com a junção da Escola Agrotécnica Federal de Souza. A gente é uma escola centenária, Souza é uma escola ainda sexagenária, tinha toda aquela autonomia de status de

*autarquia;[...] eu diria que a junção da Escola Agrotécnica com o CEFET pra formar o Instituto Federal, pra mim houve progresso.
 [...] então, politicamente, foi algo assim, que a gente engoliu primeiro e depois fizemos a digestão na boca, ruminamos, né...
 [...] Houve avanços, houve progressos, isso em todos os contextos;
 [...] e é uma estrada longa, aberta e todos deveriam estar abertos a seguir, desde que aceitem mudar a si mesmos.
 [...] Então, esse novo status que a gente conquistou.”*

Através das falas dos entrevistados, compreendemos a dimensão da influência do contexto político do momento sobre as realidades das instituições.

A ocasião da transição de CEFET-PB para IFPB ocorreu dentro da conjuntura de um governo progressista, que buscava aquilatar a educação e a inclusão social, compreendendo que a ampliação de novos *campi* – inclusive para localidades mais periféricas, desassistidas de direitos básicos e bem distantes dessa realidade de modelo educacional – possibilitaria grandes avanços sociais, permitindo a essas populações usufruir de algo que sempre lhes fora negado, o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, promovida pelos Institutos Federais.

Através do acesso à educação, essas pessoas poderiam vislumbrar futuros melhores e oportunidades de se tornarem sujeitos sociais, intelectualizados, participantes ativos no mundo do trabalho, visíveis à sociedade.

Para Saviani (2008), a criação dos Institutos Federais, no Governo Lula, representou uma forma de democratizar o acesso à educação técnica de qualidade. A política educacional desse governo se apresentava envolta por um caráter de universalização e integração de diferentes modalidades de ensino e a verticalização de seus cursos, buscando criar uma articulação entre essas várias modalidades, tendo esse projeto se concretizado, com a criação e consolidação dos Institutos.

Dentro dos objetivos, no processo de criação dos IFs estava a tentativa em formar instituições com maior autonomia, oferecendo a cada campus a possibilidade de usufruir de uma política única, mas que se enquadrasse nas suas especificidades e realidades regionais e sociais.

Traduzido em um governo progressista e popular, o contexto político da época de criação dos Institutos Federais possibilitou que essas instituições fossem pensadas para atuar sob princípios humanos, dentro da concepção de cidadania e inclusão social.

Em consonância com a fala do entrevistado 03, quando este destaca a importância do contexto político sob o qual ocorreu a transição de CEFET-PB para IFPB, proporcionada por um governo progressista, que viabilizou o discurso sobre o mundo do trabalho, inclusão social, educação para a cidadania, compreendendo que dentro da cidadania o trabalho se encontra,

trazemos o pensamento de Pacheco (2010), o qual observa que a iniciativa inovadora dos Institutos Federais de articular à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho – sendo este compreendido em seu sentido histórico, porém, sem deixar de firmar o seu sentido ontológico e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes – dá luz a vários elementos de fundamental importância, no sentido da criação de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica, através da ideia de uma formação contextualizada, permeada de conhecimentos, princípios e valores que aprimoram a ação humana em sua busca por caminhos de vida mais dignos.

Verificamos que o relato do entrevistado 04 vai ao encontro do pensamento do referido autor, quando este explica que um dos propósitos dos Institutos Federais foi atuar em prol do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, e ambos constatarem a imensa importância dessa questão, compreendendo a dimensão das transformações possibilitadas por esse desenvolvimento. Nesse sentido, o diálogo efetivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, busca compreender a dimensão de seus aspectos essenciais.

Diante dos relatos apresentados pelos entrevistados, sobretudo os entrevistados 03 e 04, podemos perceber o papel significativo desempenhado pelos Institutos Federais, no que concerne a questão da democratização do ensino e da inclusão social possibilitadas pela implantação de *campi* em locais afastados.

De acordo com o entrevistado 04, a implantação de instituições federais no interior produz dois aspectos: o aspecto econômico e o impacto social. Ele explica que o peso de uma instituição federal numa região desassistida pela educação pública é de grande relevância para a formação educacional, profissional e humana do estudante, que terá oportunidade de se inserir em um ambiente rico de possibilidades que oferece uma formação sólida como um direito, contribuindo para o desenvolvimento do sujeito como profissional e cidadão, impactando, por conseguinte, no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Para o entrevistado 03, a influência do contexto político se mostra constante e bastante positiva, quando destaca a importância de expandir os *campi* e buscar meios de manter e otimizar suas estruturas; apoiar e fortalecer as boas iniciativas e, ao mesmo tempo, buscar meios de fiscalizar a fim de detectar e combater possíveis desvios, independente do governo.

Seguindo essa linha de pensamento, Moura (2013), analisa que a rede de IFs surgiu como resposta às demandas sociais, econômicas e regionais, agregando expansão territorial e democratização do acesso à educação profissional e tecnológica. Para o autor, a decisão política

de criação dos Institutos foi imensamente influenciada por políticas de desenvolvimento regional e inclusão social, objetivando formar sujeitos críticos e capacitados.

3.2.5 Mudanças na Estrutura Curricular

O Parecer CNE/CEB nº 39/2004 teve o papel de determinar a duração dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com as respectivas cargas horárias, inclusive, acrescentando-se eventuais estágios supervisionados e Trabalhos de Conclusão de Curso.

Compreendemos, nesse processo de aprofundamento na história do Curso Técnico em Eletrotécnica do IFPB (*Campus* João Pessoa), que sua estrutura curricular passou, inevitavelmente, por transformações impulsionadas pelo novo contexto nacional e pelas reformulações institucionais que afetaram a educação, bem como pelo advento de novas tecnologias e o surgimento de variadas formas de energias, que vieram imprimir novas vertentes à Eletrotécnica.

Os Institutos passaram então a possuir uma identidade única, inclusive sob uma logomarca e cor próprias, que os representava em qualquer lugar, dispondo de um projeto pedagógico único para todos os *campi*, com um currículo devidamente estruturado pelo MEC.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica, Versão encaminhada ao Conselho Diretor, em março de 2006, este passou a possuir uma carga horária de 3.833 horas, organizadas em quatro anos letivos e um Estágio Supervisionado de 360 horas ou TCC –Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao apontar possibilidades e desafios na organização do currículo integrado, Ramos (2005) enfatiza que o projeto de ensino médio integrado ao técnico precisa, indispensavelmente, estar alinhado com esses três elementos: o trabalho, a ciência e a cultura, possibilitando que o educando se torne um ser histórico-social concreto, com capacidade de transformar a realidade em que vive, e a educação como uma forma pela qual as pessoas consigam se enxergar como sujeitos históricos, que produzem sua existência pela confrontação consciente da realidade que presenciam, produzindo valores, conhecimentos e culturas por sua própria ação criativa, na intenção de atingir uma completa formação humana como apanhado da formação básica e da formação para o trabalho.

Diante desses apontamentos, partimos para a quinta pergunta: “Você acredita que a transformação entre CEFET-PB (*Campus* de João Pessoa) e IFPB (*Campus* João Pessoa) influenciou, de alguma forma, o modo como estava estruturado o currículo e a estrutura desse Curso?”

Para o entrevistado 01:

“Houveram algumas mudanças curriculares. Eu não acompanhei a de lá de Alagoas, mas eu sei que houve aqui uma mudança em 2002. O curso de Eletrotécnica, os outros professores devem ter falado, o professor Walmeran,, o professor João Batista, realmente foi quando foi mudado a grade curricular do curso técnico e eletrotécnico, quando mudou para a IF. Na verdade, foi um pouco antes, em 2002, para 2008, seis anos, mas é ainda a grade que nós estamos seguindo. Preciso de algumas melhorias, que eu digo, em termos, talvez, não em si a grade, mudanças muito pontuais, são muito poucas, mas em termos, assim, do próprio instituto, atualmente, os setores pedagógicos, eles mostrarem mais ao aluno, virem mais para cá, para a sala de aula, para combinar com o professor antes, e mostrar a importância do curso para o mercado de trabalho. Muita gente acha, às vezes, que não tem a importância. E ele é, é um curso que o professor João Batista deve ter dito, que ele tem um pouco mais de 60 anos aqui, 62, se eu não me engano. E, realmente, ainda é cabível. Tem muitos, a gente forma alunos, alunos que estão na Energiza, boa parte dos meus, ex-alunos meus, né, daqui. E, já pensando em renovação, já se ventilou aí, não há mais nada ainda de concreto, um curso na área de energias renováveis, que é uma vertente, né, o nosso curso ajuda bastante, né, até porque a instalação dos painéis fotovoltaicos se baseia bastante no conhecimento de disciplinas que a gente tem aqui no curso de eletrotécnico”..

Para o Entrevistado 02:

“Com certeza, com a criação dos Institutos, né, houve um avanço considerável com relação, principalmente na atualização dos PPCs e também com a questão da atualização dos laboratórios, as energias renováveis.. [...] e também essa questão da pesquisa, né.. pesquisa e extensão. E outra coisa importantíssima, né.. é a questão da verticalização, com a chegada dos Ifs, né.. houve assim, uma.. não é só no curso de Eletrotécnica, lá, por exemplo, tem o curso de Engenharia Elétrica, né, em João Pessoa, já essa questão da verticalização, como também nos outros campi, né, que tem outros cursos integrados.. você tem, também, que ter uma sequência... lá em João Pessoa, você tem o curso de Edificações e o de Engenharia Civil, e isso tem ocorrido também em outros cursos, em outros campi”.

Para o Entrevistado 03:

“Antes, de certo modo, os nossos currículos, eles vinham pré-estruturados, tinha coisa do MEC, já, muita coisa, como a gente diz no popular, mastigado pra gente engolir aqui e com esse processo de cefetização para IF, principalmente ficou claro como Instituto a nossa autonomia pedagógica e outro marco também que foi importante com a transformação em Instituto é que nós passamos a ser instituições federais de Ensino Superior, então, isso pode parecer um detalhe à toa, mas não é, isso nos dá uma autonomia que antes não tínhamos, por exemplo, os nossos cursos superiores aqui na época de CEFET, quem expedia os diplomas era a Universidade, veja que distorção! Nós operávamos os cursos, tínhamos corpo docente, laboratórios, etc, etc,

mas, na hora de certificar... não podíamos porque não tínhamos autonomia pedagógica, nós éramos tutelados pela Universidade. Com os IFs, isso foi, mudou.. nós nos igualamos do ponto de vista perante o Estado brasileiro, aqui tem o mesmo pé de igualdade com as universidades, porque nós somos instituições federais de Ensino superior. E esse status nos dá a prerrogativa de nós expedirmos nossos diplomas dos cursos superiores, de graduação e de Mestrado, e de Doutorado quando a gente tiver. Então, assim, isso é importantíssimo, essa autonomia reflete em todos os nossos projetos pedagógicos de todos os níveis. Então, os nossos cursos técnicos, e aí o técnico em Eletrotécnica, especificamente, estamos tratando dele, nós começamos a fazê-lo de cabo a rabo, de ponta a ponta, claro que seguindo como norte o catálogo nacional. Então, essa mudança, essa autonomia pedagógica que nós temos, é um fato importante, na minha concepção, com os IFs. Mas, mesmo assim, tem pessoas, tem colegas que ainda não assimilaram a importância disso. Então eu volto ao exemplo do curso do ENERGIF, que é um programa fomentado extra orçamento; veio o pacote dizendo: olhe, são essas dez disciplinas... e aí, uma defesa que eu fiz na comissão, eu disse: Olha, vamos colocar aqui nosso tempero, vamos colocar aqui coisas da formação cidadã, né.. Educação Financeira, qualidade de vida, né.. Relações Humana no trabalho...

[...] o Empreendedorismo aqui tá muito pra formação de empresa, que é importante, mas vamos falar também do Empreendedorismo como atitude, vamos falar sobre cooperativismo, vamos falar sobre economia solidária;. então, aí as pessoas disseram: “não, mas isso tá vindo do MEC, a gente não pode mexer não” aí, eu digo: “Pessoal, nós somos Instituto Federal, nós temos autonomia pedagógica”, aí tivemos que buscar lá na lei pra dizer: Olha aqui! Entende? É uma coisa ainda a ser martelada.

[...] A gente começa a enxergar coisas, fazer articulações, que aos poucos, veja como é o desafio, aos poucos, a gente tá fazendo a verticalização; a primeira verticalização que a gente vê é: nossos ex-alunos dos cursos técnicos gostam tanto da escola que continuam aqui. [...] muitos já chegaram no Mestrado e muitos já são professores; [...] fizeram todo o percurso aqui. Então, assim, esse é o diferencial dessa instituição, que é o nosso ponto assim, fortíssimo, é um modelo assim, talvez.. não conheço bem a realidade de outros países, mas arrisco a dizer que não há uma articulação, uma verticalização tão posta e principalmente em lei.. aqui ninguém pode dizer, olha, esse laboratório aqui é só do Mestrado, ninguém ‘pode dizer não.. em outras instituições, a gente vê essa separação, olha, aqui é só pra pós-graduação, entende? aqui não, aqui, por princípio, aí isso leva não só a possibilidades de articulações e etc.. e aí, os nossos alunos, né..a gente vê a repercussão disso nos eventos, no desempenho nas empresas, né.. como também é um grande desafio interno pra gente fazer toda essa gestão, e inclusive de manter, que aí é nossa briga atual, é a questão do financiamento da instituição, que vem se precarizando ao longo do tempo, e aí é a nossa briga para que.. tudo isso tem um preço, tem um custo!

Para o Entrevistado 04:

“[...] Com essa autonomia, a gente pôde realmente fazer as adaptações que achávamos necessárias, e essa autonomia tem um diferencial enorme, tá? Na nossa maneira de atuar.. porque a gente pode pensar e colocar em prática o que acreditamos. [...] se você pegar qualquer evento nacional, na área de tecnologia, uma feira de robótica, um congresso, uma conferência, um

simpósio nacional, possivelmente você vai ver o símbolo do IF na organização. Ou apresentando trabalho, ou apresentando trabalho e participando da organização; qualquer evento que a gente for, então, isso demonstra o quê? que a gente passou a existir para além dos nossos muros; então, criou-se uma identidade, o IF passou a ser enxergado de uma outra maneira. Então, quando a gente vai, por exemplo, agora a gente tá com uma competição de robótica lá em Salvador.. lá está o nosso símbolo, os nossos alunos oriundos de Eletrotécnica, oriundos de Eletrônica, participando lá da competição de robótica; então, isso mostra que.. o peso dessa mudança.. o peso dessa autonomia e com o devido norte e as adequações necessárias, a gente vai apresentando um modelo que é peculiar de cada instituição, mas que segue uma linha mestra, então, isso é muito bom, isso nos dá uma certa previsibilidade. A gente pode pensar, depois de superar o embate interno, a gente pode pensar, é, o que é o IF que nós queremos.

Para o Entrevistado 05:

“[...] A gente teve que fazer um reenquadramento no nosso currículo, repensando primeiro a estrutura curricular, o armário curricular, depois cada gaveta que compõe esse armário e fizemos enxertos e novos conteúdos aos velhos, hibridamos com novos conteúdos.

[...] desmembramos disciplinas que tinham a carga horária maior vamos dividir em dois, criar um conteúdo específico, vamos tratar esse conteúdo e vamos colocar uma outra disciplina aqui e assim foi..

[...] A gente tinha uma carga horária elevada, hoje a gente tá em 1.200 horas, a carga horária do curso.. [...] resumindo, houve redução e compressão do currículo com a carga horária; então, você pode ter uma carga horária definida e dentro dessa carga horária de 1.200, 1.600, estou falando da parte profissionalizante, você pensar os conteúdos que serão trabalhados. Disciplinas reformuladas, nomes diferentes, mas tudo voltado pra quem? Pra um projeto profissional técnico eletrotécnico que a gente quer formar. Primeiro, se pensa o perfil do profissional que querem formar, seja um engenheiro eletricista, seja um eletrotécnico, e depois você vai pensar no armário curricular.

[...] houve algo assim, que tornou a gente, primeiro, eu acho que acomodou. eu acho que as reuniões online, virtuais, eu acho que distanciou a gente do convívio social.

[...] Nosso currículo atual, ele se modernizou; Um grande projeto mesmo, de reformulação, da própria instituição, de cada curso, ele passa por uma grande discussão, que não é só entre nós, professores. O que é que queremos? Qual é o nosso foco? Um bom profissional pra atuar no mundo do trabalho, pra vida. De quê que esses profissionais têm de ser dotados? Quais são os conhecimentos que ele precisa? Conhecimentos específicos? Conhecimentos instrumentais?

[...] a gente forma currículos, reforma currículos sentados entre nós mesmos... depois você tem que pensar pra onde esse aluno vai, você tem que ter uma base de empresários pra conhecer o nosso curso, a nossa estrutura e opinar; fazer uma pesquisa de mercado de atuação ao longo de dez anos dos nossos alunos e ouvir o que eles colocaram nos seus relatórios;

[...] estamos começando uma discussão ainda tímida sobre a sistematização dessas, vamos dizer assim, dessas atitudes, desse projeto que a gente quer fazer, de uma reformulação na estrutura do curso; se você me pergunta o qual vai mudar? eu diria que ele se mantém 60, 75%.

[...] Foram surgindo novos laboratórios, em função de novos conteúdos curriculares. Não bastar lotar os laboratórios de super equipamentos e não capacitar os professores pra isso. Então, a gente tem que estar em sintonia com essas tecnologias. Então, essa evolução nos força a atualização; o próprio aluno, o cenário lá fora”

Diante dos vários relatos colhidos, por meio das falas dos entrevistados e com base no Projeto Pedagógico do Curso, Versão encaminhada ao Conselho Diretor, em 2006, compreendemos que o Curso Técnico em Eletrotécnica passou por modificações em sua estrutura curricular com a transição do CEFET-PB para IFPB, incorporando elementos oriundos das novas formas de trabalho, que clamavam por adequações.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica, entendendo a concepção de que o currículo é formado pelas múltiplas e diversas experiências de seus sujeitos, e pela aproximação desses sujeitos com a legislação educacional e suas implicações na prática educativa, Maria Ciavatta (2005) concebe as leis como “novos discursos” que devem impulsionar a sociedade numa determinada direção (ao enfatizar a formação integrada, a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade), apesar de poderem ser entendidas de diversas formas.

Para Sacristán (2000) currículo se define como “[...] uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc”. Dessa forma, entendemos que o currículo se configura como uma prática responsável por estabelecer a função social de cada instituição, materializando-se por meio de diferentes práticas, especialmente as pedagógicas, orientadas ao ensino.

De acordo com o entrevistado 03, a transformação de CEFET-PB para IFPB possibilitou mudanças copiosas na estrutura curricular do Curso Técnico em Eletrotécnica, tendo em vista que na época de CEFET os currículos eram previamente estruturados, com colocações prontas do MEC. Com a implantação dos IFs, a autonomia pedagógica conquistada possibilitou a verticalização dos cursos e a integração destes, que podiam utilizar os mesmos espaços e equipamentos, resguardadas as suas especificidades, podendo, também, incorporar aos currículos elementos singulares de cada realidade, sem, no entanto, perder a identidade coletiva.

Segundo o entrevistado 04, foi de fundamental importância a autonomia pedagógica conquistada por meio desse processo de transição; ele explica que com o devido norte e as adequações necessárias, chegou-se a um modelo peculiar de cada instituição, embora em conformidade com uma diretriz central que, conseqüentemente, confere uma certa previsibilidade.

O entrevistado 05 explica que ocorreu um reenquadramento dos currículos, a fim de acompanhar uma realidade permeada de novas tecnologias.

Pacheco (2010) enfatiza que a transição de CEFETs para Institutos Federais exigiu uma reestruturação profunda da organização curricular, gestão e objetivos educacionais, sob pena de manter práticas e estruturas anteriores ineficazes. A reorganização curricular ocorrida buscou integrar diferentes níveis de ensino, ampliando os espaços de aprendizagem e promovendo uma formação profissional mais abrangente.

Assim, podemos inferir que as impressões dos entrevistados coadunam com as afirmativas do autor acima citado.

3.2.6 Os IFs e os Desafios para o Futuro

Como já relatamos em diversas etapas deste trabalho, os Institutos Federais chegaram e se estabeleceram no cenário nacional com a promessa de criação de uma nova matriz institucional, trazendo uma forma inovadora de educação. Uma nova entidade, onde a Educação Profissional e Tecnológica estaria representada em vários níveis e modalidades de cursos.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi criada com o intuito de ofertar cursos de formação profissional de nível médio (integrados, concomitantes e subsequentes), cursos rápidos de formação inicial e continuada (FIC), educação de jovens e adultos (EJA), cursos superiores de tecnologia e formação de professores (licenciaturas), além de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Conforme aponta Minghelli (2017), o projeto posto pelos Institutos Federais simboliza uma espécie de revolução na história da educação profissional. As inovações apresentadas e a solidez conquistadas por essas instituições constituem um grande marco na história da educação brasileira. Entretanto, esse projeto apresenta algumas falhas e omissões em algumas dimensões, o que pode vir a comprometê-lo de maneira irreparável, existindo, inclusive, o risco de que eles se tornem instituições cheias de burocracia, dominadas pelas corporações internas.

Diante desses apontamentos, os quais demonstram uma certa inquietação com o futuro dessas instituições, alguns dos nossos entrevistados manifestaram suas preocupações e os desafios vislumbrados dentro desse processo, como vimos nas falas dos entrevistados 3, 4 e 5.

Para o Entrevistado 03:

“[...] Eu procuro compreender o modelo dos IFs, que é um outro modelo, muito mais amplo, mas, ao mesmo tempo tem que ser ajustado para aquela realidade onde o campus está; então é uma coisa muito difícil, você tem que

olhar para o universo, mas que você tem que trabalhar com as características do contexto local...você também não pode se reduzir a ele, você, a partir dele, do contexto local, você transcender; esse é o grande desafio e nós, tanto a instituição, quanto nós, servidores, e assim eu me considero, ainda em fase de aprendizado, porque é um modelo muito complexo;

[...]Essas possibilidades que o modelo do IF nos apresenta, ele traz também grandes desafios de como fazer isso funcionar.

Qualquer tempo que essa escola for passar, espero que seja por mais cem anos, pelo menos, ela sempre vai.. faz parte da sociedade...e ela vai reverberar aqui as lutas que existem na sociedade e lutas internas, nacionais e lutas externas, internacionais de alguma maneira refletem..

[...] O que nos cabe é ficar atentos para que caminhos essa influência pode estar nos levando. E assim, nos cabe, como servidores públicos, assim eu entendo, e a sociedade em geral que tem que ser nossa aliada para defender a instituição de desmandos e de desvios que podem acontecer a qualquer tempo, seja um governo progressista ou não. Temos que ficar a todo tempo atentos.”

Para o Entrevistado 04:

“[...] Educação de qualidade tem um custo! E além do custo, existe uma coisa chamada estratégia; nenhum país pode abrir mão de ter uma formação tecnológica, porque é ela que vai impulsionar a economia, então, nenhum país pode abrir mão disso, custe o que custar, a gente tem que ter essa visão estratégica. É um desafio. Mas, é um desafio que eu acho que os IFs têm respondido bem. E a gente, como docente, tem que ter essa visão, não de hoje, mas uma visão de longo prazo, e eu pessoalmente, quando a gente olha pra trás, ao longo desses, mais de trinta anos, a gente fica muito tranquilo em dizer que, olha, as coisas foram evoluindo, no sentido que no geral, é positivo, então eu fico muito tranquilo, até porque eu estou vendo que os nossos ex-alunos e também outros que não foram alunos nossos, vão dar continuidade a essa linha de pensamento”.

Para o Entrevistado 05:

“Isso é um investimento muito alto, que é necessária a permanência desse investimento, desses incentivos, né.. [...] precisa dar continuidade, houve um arrefecimento.

[...]Precisamos, obviamente, manter acesa a chama do início, fazer com que o nosso verde, quando se pensou em Instituto Federal, se pensou uma Educação Profissional e Tecnológica de forma uníssona para o Brasil, respeitando as suas conveniências locais, regionais, arranjos produtivos, eixos vocacionais, tudo isso teria que ser visto, uma única farda na cor verde, definida pra todas as instituições; [...] uma filosofia que conseguiu criar uma estrutura em pouco tempo.

[...] É preciso se pensar, ter um projeto de educação para o país; acho que primeiro se pensa o país, para poder depois pensar em governantes e não pensar em governantes para poder resolver os problemas do país;

[...] Não se pode pensar numa instituição e primeiro pensar quem é o candidato ao cargo máximo, sem antes pensar num projeto de instituição ou

tendo um projeto institucional, quem é aquele entre tantos, capaz de conduzir esses destinos?

[...] Em nosso país, não basta apenas investir muito dinheiro, se você não sabe o que vai fazer com esse dinheiro.

[...] Nós temos um Plano Nacional de Educação, que a cada dez anos muda e esse, por exemplo, atual, ele deveria ter sido aprovado em 2010, foi aprovado em 2014, encerrou agora em 2024; [...] um Plano que era de 12 diretrizes, 20 metas, 258 ações [...] compare ele no que tá escrito com o que foi executado, que ele tá abaixo de 50% do que foi proposto. Tá se elaborando o novo sem avaliar o anterior do que deixou de fazer. Foi dada oportunidade pra que pudéssemos, juntos construir um Plano Nacional de Educação à luz da realidade brasileira com visão de futuro, com pessoas certas pra discutir um projeto certo pra o país, mas, infelizmente, nem sempre temos representações competentes.

[...] Hoje a gente tem desafios da contemporaneidade, das novas tecnologias, da necessidade de aprender como Professor ainda, pra poder ensinar.”

Conforme Silva, Castro e Braun (2025), os Institutos Federais devem aprimorar sua gestão e avaliação institucional para enfrentar os desafios contemporâneos da educação profissional e tecnológica.

De acordo com o entrevistado 03, existe a compreensão de que os IFs representam um modelo novo e complexo, que precisa ser ajustado para aquela realidade onde o *campus* se encontra, sendo fundamental saber olhar para o universo, mas trabalhando com as características do contexto local e, ao mesmo tempo, não se restringindo a este, entendendo que essa questão compõe um dos grandes desafios a ser enfrentados por tais instituições. Essa fala se associa com Pacheco (2011), quando este discorre sobre a política educacional dos institutos, destacando que existem, dentro dessas instituições, muitas ambivalências, contradições e desafios que podem travar o desenvolvimento do projeto.

Conforme explica o entrevistado 04, a questão fundamental a ser sistematicamente pensada é não perder de vista o eixo dessa missão, é reconhecer que a semente da Educação Profissional e Tecnológica precisa ser cultivada constantemente, compreendendo uma forma imprescindível e revolucionária de impulsionar a economia e a evolução de um país.

Para o entrevistado 05, a missão primordial dos Institutos Federais precisa permanecer sólida e firme para que esse projeto não se perca em caminhos distintos e a educação profissional e tecnológica se mantenha consolidada em seu papel de formar cidadãos, de forma uníssona para o Brasil, respeitando as suas conveniências locais, regionais, arranjos produtivos e eixos vocacionais.

As perspectivas dos entrevistados 04 e 05 nos remetem ao pensamento de Pacheco (2011), quando este observa que a complexidade da natureza da identidade institucional dos Institutos Federais representa um desafio a ser analisado e aperfeiçoado. Além dos desafios de

entender e traduzir essa missão, há também a necessidade de um diálogo com a comunidade acadêmica sobre um aprofundamento e estranhamento de algo que se passa como natural, coerente e bem definido como é a estrutura do sistema sócioeconômico hegemônico e o próprio sistema escolar.

Esse formato diferenciado ofertado pelos institutos traz possibilidades, mas por outro lado confunde, inclusive muitos de seus profissionais, tendo em vista que tais instituições são escolas técnicas, mas também dispõem de cursos superiores, pós-graduação, formação continuada, de jovens e adultos, ou seja, uma grande diversidade formativa, que acaba por promover um perfil acadêmico bastante heterogêneo, com uma variedade de interesses que se demonstram nas disputas administrativas, pedagógicas e políticas dentro da instituição. Dessa forma, o acirramento das disputas pela condução dessas políticas são intensas e inquestionáveis no interior dos *campi*. Boa parte dessas disputas institucionais também podem ser explicadas pelo curto tempo de existência dos institutos, enquanto política educacional (Pacheco, 2010).

A educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (Pacheco, 2010, p. 8).

O apelo de Pacheco (2010) é que qualquer reconstrução pedagógica seja sintonizada com as demandas sociais, econômicas e culturais considerando as diversidades sociais, preservação ambiental pautando-se na ética da responsabilidade e do cuidado.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional é inerente ao processo formativo dos programas de mestrado profissional, especialmente, os relacionados à área de ensino. Kaplún (2003, p. 46) o define como “um objeto que facilita a experiência de aprendizado; ou, se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendizado”. Importante ressaltar que, não necessariamente, o produto educacional assume a forma de objeto, e sim algo que otimiza o desenvolvimento de uma experiência ou aprendizado, “isto é, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes, etc.” (Kaplún, 2003, p.46)

Leite (2019) explica que os produtos educacionais precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir vários formatos, entre eles: mídias educacionais, como ambientes virtuais de aprendizagem, produções

audiovisuais, aplicativos, jogos, animações; materiais textuais, como cartilhas, livros; além de propostas de ensino, sequências didáticas, atividades de extensão.

Kaplún (2003) considera que a elaboração de um material educativo deve ser norteada por três eixos, a fim de proporcionar uma experiência enriquecedora enquanto produção de conhecimento. São eles:

- a) Eixo conceitual: refere-se aos conteúdos a serem abordados, sua seleção e organização, sendo imprescindível o conhecimento acerca do tema.
- b) Eixo pedagógico: refere-se à compreensão dos sujeitos aos quais se destinam o material educativo, a fim de se desenvolver um itinerário pedagógico, com a intenção de produzir um material que venha a responder as suas necessidades, construindo uma nova percepção sobre o tema.
- c) Eixo comunicacional: refere-se aos modos concretos de relação com os destinatários, enquanto formato e linguagem utilizada, provocando a reflexão sobre o tema de modo a estimular a produção de novos conhecimentos.

Diante do exposto, o produto educacional tem a finalidade de materializar os resultados da pesquisa realizada, sendo um recurso com estratégias educacionais que contribuem para a prática pedagógica ou, no caso específico do presente estudo, uma fonte de consulta e disseminação do conhecimento, estimulando a reflexão mediante a análise crítica do conteúdo apresentado.

4.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Nosso Produto Educacional foi construído visando responder ao problema norteador da pesquisa, por meio de um diálogo constante com o objeto de estudo. O mesmo foi idealizado para proporcionar uma experiência rica de percepções reflexivas através de uma produção audiovisual, no formato de documentário. A opção pelo formato foi impulsionada pelo anseio de promover uma abordagem que oferecesse um retrato aproximado do fenômeno que estudamos numa mídia de apelo cognitivo de fácil compreensão, além de sua flexibilidade e facilidade de acesso e compartilhamento, contribuindo para a disseminação do conhecimento.

Por meio de registros fotográficos e narração, foi apresentado o percurso histórico do Instituto Federal da Paraíba (*Campus* João Pessoa), e do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Médio (um dos cursos pioneiros dessa instituição). Intercalado com a narração, as falas dos docentes que fizeram e fazem parte da história da instituição, e vivenciaram contextos

de grandes mudanças para a construção da identidade do curso, trouxeram contribuições enriquecedoras e esclarecedoras, agregando valor incomensurável para o resultado do estudo.

Dessa maneira, o documentário se propõe a ser um material de relevância para o conhecimento e reflexão sobre a história, transformações, desafios e expectativas acerca do curso e do IF.

4.1.1 Elaboração

Para a elaboração do produto, o primeiro passo foi o aprofundamento teórico dos temas centrais que delineiam a pesquisa. A partir dessa primeira etapa, foram elaboradas as perguntas norteadoras, buscando as respostas que pudessem atender ao objetivo da pesquisa. As perguntas foram aplicadas utilizando a entrevista oral e gravada. Embora se utilizando de um roteiro pré-definido, as entrevistas permitiram a construção de um diálogo flexível, o que trouxe perspectivas e esclarecimentos para além do que estava proposto, contribuindo para um resultado final mais rico. Paralelamente à etapa de diagnósticos, foi realizada o estudo documental, fornecendo subsídios para o conhecimento da história da instituição e do curso.

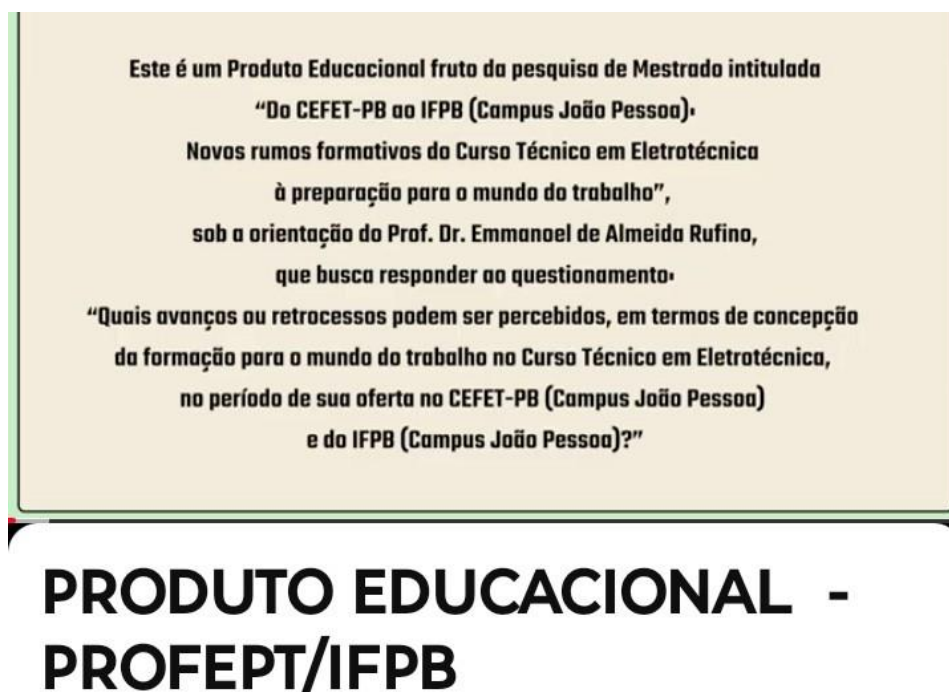
O vídeo documentário foi construído com base nos resultados coletados relativos à pesquisa documental e às entrevistas, com a participação de docentes do Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica do Instituto Federal da Paraíba (*Campus João Pessoa*), objetivando responder a questionamentos acerca do universo da EPT, no contexto do referido curso.

Após a etapa das pesquisas, procedeu-se a elaboração do vídeo-documentário. Inicialmente, foi desenvolvido um roteiro textual com os pontos a serem abordados. Esse texto trouxe um resumo do percurso histórico da educação profissional no Brasil e na Paraíba, e da trajetória – na história da escola que estudamos – do Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica até os dias atuais. Após essa apresentação, foram exibidas as falas dos docentes participantes do estudo. Concomitantemente, foram expostas imagens que retratam a educação profissional no Brasil, especialmente o IFPB de hoje e de outrora, além de imagens que remetem ao curso objeto do estudo.

Para a construção da parte técnica, foi necessária a assessoria de um profissional da área de mídias sociais, realizando as gravações e edições de áudio, vídeo e imagens. Após a conclusão da produção, o documentário foi disponibilizado no YouTube, podendo ser acessado por meio do endereço <https://www.youtube.com/watch?v=GPVUr1aqga4&t=54s>.

Abaixo são apresentadas imagens que compõem o produto educacional.

Figura 10 – Página de abertura do documentário



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 11 – Imagens do documentário – Fotos antigas



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 12 – Imagem do documentário – Escola Industrial Coriolano de Medeiros



PRODUTO EDUCACIONAL - PROFEPT/IFPB

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 13 – Imagem do documentário - Entrevista



PRODUTO EDUCACIONAL - PROFEPT/IFPB

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 14 – Imagens capturadas durante as entrevistas



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação profissional é permeada por interesses distintos ao longo do tempo e os avanços ou retrocessos observados são resultados diretos desses interesses. Partindo dessa constatação, a pesquisa foi conduzida no sentido de identificar e discutir os efeitos das mudanças e transformações advindas do processo de transição ocorrida com a criação dos Institutos Federais a partir dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, verificando a repercussão dessa transformação na estrutura do Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica do IFPB (*Campus* João Pessoa), sobretudo em termos de concepção de formação para o mundo do trabalho.

Para o desenvolvimento da pesquisa, partiu-se de uma investigação documental e de entrevista semiestruturada, cujos sujeitos foram docentes imersos no contexto da transição mencionada no parágrafo anterior. Os resultados obtidos demonstraram, através dos relatos dos entrevistados, que o surgimento dos Institutos Federais representou um fio condutor de uma forma de educação distinta, guarneçada de princípios humanistas, com o objetivo de formar um novo tipo de sujeito para o mundo do trabalho, moldado sob uma formação integral, preparado para atuar de maneiras diversas, utilizando para este fim, um senso crítico transpassado de questionamentos e saberes, entendedor dos fundamentos científicos e de seu papel na sociedade.

Através das falas coletadas, compreendemos a importância de um dos mais notáveis aspectos verificados com a chegada dos IFs: a efetivação da integração entre os cursos técnicos e o ensino médio, fato que possibilitou uma formação mais ampla ao aluno dos Institutos, trazendo a possibilidade de atrelar a educação geral à profissional, tendo em vista que essa articulação, na época de CEFET, não era tão valorizada e nem configurava modelo predominante em todos os Centros.

Concernente às mudanças na estrutura curricular, verificamos, de acordo com a análise do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Médio, a existência de um conteúdo consolidado no zelo com a reflexão de pensar e repensar a educação. A construção de um currículo significativo, que determina a implementação de novas bases tecnológicas e científicas, pautada na formação humana emancipadora, buscando, assim, formar indivíduos em constante evolução para participar ativamente do mundo do trabalho, com uma visão crítica e cidadão, contribuindo para a transformação do contexto ao qual está inserido e da sociedade de maneira geral.

Os relatos colhidos por meio das entrevistas coadunam com o que preconiza o PPC relativo a base da formação, reafirmando as ideias de uma educação inovadora, baseada na

formação humana integral e nos princípios de uma educação emancipatória e libertadora que, segundo os entrevistados, se fazem presentes no cotidiano dos cursos, incluindo o curso em questão, objeto do estudo, sendo essa realidade fortemente apreendida pelos alunos, o que vem se definindo no decorrer do processo de consolidação dos Institutos. Neste sentido, à luz da visão dos entrevistados, compreendemos que o mundo do trabalho vive um processo contínuo de mudança e essas mudanças reverberam dentro dos Institutos, tendo em vista que tais instituições não estão isoladas, mas inseridas dentro do contexto social.

A presente pesquisa evidenciou que as orientações norteadoras dos IFs se amparam em pilstras, até então sólidas, e o respectivo projeto de uma formação abrangente e generalista vem caminhando em equilíbrio, sendo bem sucedido, tendo em vista ser bastante comum, segundo eles, a percepção de alunos egressos engajados de forma plena no mundo do trabalho, tendo trilhado toda a sua trajetória acadêmica nos corredores dos Institutos Federais. Entretanto, de acordo com os entrevistados, evidenciamos que, embora existam tantos esforços por parte da instituição, movidos pelos princípios por esta defendidos e pelos tantos pontos favoráveis nas estruturas dos cursos e no perfil discente, faz-se imprescindível que haja uma luta constante e diária para que não ocorram desvios nesse caminho, sobretudo provocados pelo contexto político, com o surgimento de eventuais governos mais conservadores, que disseminem a ideia de que a educação libertadora configura uma ameaça aos pilares do sistema capitalista, comprometendo, assim, as conquistas alcançadas.

Os pontos acima relatados, provenientes das entrevistas, subsidiaram o produto educacional, apresentando, em formato de documentário, o percurso histórico da instituição e as indagações acerca dos impactos sofridos pelo Curso Técnico em Eletrotécnica com a transição do CEFET-PB para IFPB. O resultado foi um recurso dinâmico, leve e atraente que busca prender a atenção do expectador, fornecendo informações, conhecimentos e reflexões acerca do tema abordado.

Concluimos que, com o surgimento dos Institutos Federais, emergiu um novo perfil discente na instituição, fruto de um currículo pautado na formação cidadã, e um novo tipo de sujeito para o mundo do trabalho, com formação integral para a vida.

Por fim, destacamos a importância deste trabalho no sentido de que as informações e elucidações colhidas através desse estudo podem vir a contribuir de maneira significativa para enriquecer as discussões no ambiente acadêmico e disseminar conhecimentos relativos ao percurso histórico da instituição e do curso em especial, com suas mudanças ao longo do tempo, os desafios enfrentados, as conquistas e as perspectivas futuras.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Especialistas apontam necessidade de reforçar número de servidores na rede federal de educação profissional.** 2025

AGÊNCIA SENADO. **Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971.** SENADO FEDERAL. BRASIL, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura#:~:text=A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20dos%20jovens%20ficou,pr%C3%B3pria%20ditadura%20que%20a%20concebeu>. Acesso em 05 de agosto de 2025.

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) Como Base da Política Educacional para a Educação Básica: A Questão d.a Qualidade.** Biblioteca ANPAE / Série Cadernos ANPAE.ISSN: 1677-3802 • V. 41 - 2016

ANTUNES, R.L.C. **Os Sentidos do Trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.**[2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP : Boitempo, 2009.

ARAÚJO, R. M. de L.. **Ensino Médio Brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social.** Cadernos de Pesquisa, v. 26, n. 4, p. 107–122, 20 Dez 2019 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13051>. Acesso em: 7 ago 2025.

ASSIS, S. M. de; MELO, G. S. de O.; MEDEIROS NETA, O. M.; NASCIMENTO, J. M.. **A reforma Capanema e as leis orgânicas de 1942: mudanças e permanências no ensino técnico industrial.** Open Science Research II - ISBN 978-65-5360-080-5 - Editora Científica Digital - www.editoracientifica.org - Vol. 2 - Ano 2022

BARBOSA PELISSARI, L.. **A Reforma da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: 2016 a 2021.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 02, n. 39, Dez/2021 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tNfT7jkd4WfXGDtYQWrFghf/#> Acesso em: 21 de julho de 2024.

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo.** 7ª ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, E.L.; MÜLLER, M. T.. **Percurso histórico do ensino profissional no Brasil – da Colônia ao início do século XXI.** Revista Espaço Acadêmico – n. 228 – mai/jun 2021.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Câmara de Educação Básica. Parecer 16/99. Brasília, outubro, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 2004

BRASIL. Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.095%2C%20DE%2024,Rede%20Federal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Tecnol%C3%B3gica. Acesso em 06 de agosto de 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm. Acesso em 06 de agosto de 2025

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013%20(3).pdf>

BRASIL. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Documento base. Brasília: MEC/SETEC, 2007

BRASIL. Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 abr. 2025

BRASIL. Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 abr. 2025

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 07 de agosto de 2025.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em 07 de agosto de 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.892%2C%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202008.&text=Institui%20a%20Rede%20Federal%20de,Tecnologia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em 06 de agosto de 2025

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 07 de agosto de 2025

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm

BRASIL. **Ministério da Educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2010.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Brasília. Dilma anuncia criação de universidades e unidades de institutos federais. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/16972-dilma-anuncia-criacao-de-universidades-e-unidades-de-institutos-federais#:~:text=A%20presidenta%20da%20Rep%C3%ABlica%2C%20Dilma%20Rousseff%2C%20anuncia,e%20tecnologia%2C%20espalhados%20em%20todo%20o%20pa%C3%AAs>. Acesso em 08 de agosto de 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Novos Caminhos. Brasília, 2021.

BRETTAS, A. C. F. CAMPOS, D. L. TERRA, . F. O.. TERRA, P. H.. **Educação Integral e Emancipação Humana: Análises Críticas das Legislações Brasileiras e Perspectivas do Pensamento Educacional**. Cadernos da Fucamp, v. 40, p. 141 – 164 / 2025

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. O. **Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2016.

CAMPOS, C.J.G.; SAIDEL, M. G. B.. **Amostragem em Investigações Qualitativas: conceitos e aplicações ao campo da saúde**. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.10, n.25, p. 404-424, set./dez. 2022

CANDEIA, L. **Mente amore pro patria docere: a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909 – 1942)**. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CÂNDIDO, F. G.; JUCÁ, S. C. S.; SILVA, S. A. da S. **A Era Vargas e o reordenamento do ensino técnico profissional: a implantação do Liceu Industrial no Ceará**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento , vol. 8 , núm. 6 , pp. 01-17 , 2019

CARVALHO, O. F. de. **Educação e formação profissional – trabalho e tempo livre** . Brasília: Plano, 2003

CHISTÉ, P. de S.. **Educação Profissional no Brasil: Reflexões Sobre o Ensino Médio Integrado**. Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica, ISSN: 2236-2150 - V. 04, N. 02, p. 86 – 113. 2014

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8a ed. São Paulo: Cortez. 2006.

CIAVATTA, M.. **História da Educação Profissional: esperanças, lutas e (in)dependências**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, .Rio de Janeiro, v.01, n.23, p. 01-16, Jun/2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14776/3710> Acesso em: 18 de julho de 2024.

CIAVATTA, M. **Universidades Tecnológicas: horizonte dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFETS)?** In: MOLL, J. et al. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed: 2010, p.159-174.

CIAVATTA, M. **A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Revista Trabalho necessário, v. 3, n. 3, p. 1–20, set. 2005

CIAVATTA, M. **História da Educação Profissional: Esperanças, lutas e (in)dependências**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-16 e14776, Jun. 2023. ISSN 2447-1801

COLOMBO, I. M.. **Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices?** Educar em Revista, Paraná, v.36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zXWJRxQDDnRGSDjhGzGr3FR/?lang=pt#>

CORDÃO, F. A.; MORAES, F. de. **Educação Profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Editora Senac, 2017.

CORREA, P. S. de A.; COSTA, R. P. da. **O direito educacional ao ensino primário nas relações do agir comunicativo do Estado em face da sociedade na Província do Pará. Educação**. Santa Maria, Santa Maria , v. 44, e35456, 2019 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64442019000100066&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 ago. 2025. Epub 11-Nov-2020. <https://doi.org/10.5902/1984644435456>.

CORRÊA FILHO, I. De O.; PAIXÃO, J. A.; NOGUEIRA, M. de O. **Origem, expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Revista Diálogo Educacional. Curitiba. V. 22, n. 74, Jul/set 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/29258> Acesso em: 08 de setembro de 2024.

CUNHA, L. A. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Rev. Bras. Educ. (14). 2000.

DALLA VALLE, PR. FERREIRA, JL **Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin: Contribuições e Limitações para a Pesquisa Qualitativa em Educação**. Educação em Revista , [S. l.], v. 41, n. 41, 2025. DOI: [10.35699/edur.v41i41.49377](https://doi.org/10.35699/edur.v41i41.49377). Disponível

em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/49377>. Acesso em: 4 ago. 2025.

FRATTINI, R. M.. **A profissionalização do ensino de 2º grau nos artigos do jornal Folha de S. Paulo (1971-1982)**. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Araraquara. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 25ªed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S. A., 1992.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um percurso histórico controvertido**. Revista Educação & Sociedade, São Paulo, v.26, n. 92, p. 1087-1113, out/2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300017> Acesso em: 16 de agosto de 2023.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Trabalho como princípio educativo**. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GARCIA, A. de C.; DORSA, A. C.; OLIVEIRA, E. M. de; CASTILHO, M. A. de. **Educação Profissional no Brasil: Origem e Trajetória**. Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018 Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM – QUALIS/CAPES – LATINDEX – ISSN: 2238-6424.

GARCIA, S. R. de O. **“O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil”**. In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GRAMSCI, A. **Caderno 12**. In: Cadernos do Cárcere. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IFPB/INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. João Pessoa: IFPB, 2021. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentosinstitucionais/documentos/pdi_ifpb202024.pdf.

IFPB/INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica**. em 31 de março de 2006. João Pessoa: IFPB, 2006. Disponível em:

https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/164/documentos/PPC_Curso_T%C3%A9cnico_Integrado_em_Eletrot%C3%A9cnica_2006.pdf

KAPLÚN, G. **Material Educativo: a experiência de aprendizado**. Comunicação & Educação. São Paulo, v. 27, p.46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://iesc.pro.br/wp-content/uploads/2017/06/ANAIS-SNIJC-2017-27-07-ok.pdf>. Acesso em 05 de dezembro de 2019.

LEITE, P. S. C.. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos**. v. 1 (2018): Atas - Investigação Qualitativa em Educação. ISBN: 978-972-8914-82-0

LIMA, E. dos S.; CARVALHO, A. D. F.; ALCOFORADO, J. L. M.; SILVA, B.. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: Notas Históricas**. Caderno de educação e desenvolvimento. Portugal. V. 15, n. 01, p. 356-373, Mar/2023. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/955> Acesso em: 08 de setembro de 2024.

LIMA, M. F. C. et al. **Da Escola de Aprendizagem Artífices da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba – Memórias do Ensino Técnico**. João Pessoa. ETEPB, 1995.

LOPES, M. W. V.. **Educação Profissional entre os anos 30 e 90: Uma história de subordinação aos processos produtivos no contexto brasileiro**. Revista Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento. Itajubá, V.10. n. 10, p.01-20, Set/2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560662201029/560662201029.pdf> Acesso em: 06 de julho de 2024.

MACHADO, L. R. de S.. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1, 2008.

MACHADO, M. M.; OLIVEIRA, J. F. de. “**A educação de jovens e adultos integrada à educação profissional: embates, experiências e perspectivas de um campo em construção**”. In: MACHADO, M. M.; OLIVEIRA, J. F. de (Orgs). A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo em construção. São Paulo: Xamã, 2010, p. 7-19.

MARQUES, D.L. **Entre a escola unitária e a mercadológica: a trajetória para o mundo do trabalho dos egressos das ETEPs do Ceará**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

MARX, K. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINEIRO, E. C. G. M.; LOPES, F. A. M.. **Processo histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: das origens da Educação Profissional à criação dos Institutos Federais**. Revista Labor, Fortaleza, v.02, n.24, p. 279-302, Dez/2020 Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60233> Acesso em: 18 de julho de 2024

MINGHELLI, M.. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um futuro incerto**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 23, n. 51, p. 157–165, 2018. DOI: 10.5007/1518-2924.2018v23n51p157. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p157>

MIRANDA, F. S. M. P.; CARMO, J. C. do. **A legislação educacional para o trabalho no Brasil: do império à primeira república**. Sér.-Estud., Campo Grande , v. 25, n. 55, p. 329-343, set. 2020 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822020000300329&lng=pt&nrm=iso>

MOURA, D. H.. **A Relação entre a Educação Profissional e a Educação Básica na CONAE 2010: Possibilidades e Limites para a Construção do Novo Plano Nacional de Educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 875-894, jul.-set. 2010

MOURA, D. H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração**. In HOLOS ano 23, Vol.2. Revista Eletrônica do CEFET-RN/2007

MOURA, D. H; FILHO, D. L. L.; SILVA, M. R.. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2015, vol.20, n.63 [citado 2025-08-10], pp.1057-1080. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000400013&lng=pt&nrm=iso>.

NASCIMENTO, L. C. do.; PINTO, F. S.. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): A Luta por uma Educação Pública, Laica e Gratuita no Brasil**. Ciências Humanas, Volume 28 – Edição 139/OUT 2024

OLIVEIRA M. C. N. de; LIMA, J. F. L. de. **As políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: Tipologia e implicações**. Epistemologia e Práxis educativa - EPeduc, Acre, v. 05, n. 02, p. 03-23, set/ 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/2993>. Acesso em: 06 de julho de 2024.

OTRANTO, C. R.. **A Política de Educação Profissional do Governo Lula**. 34ª Reunião Anual da ANPEd. Natal, RN, 2011

PACHECO, E. M.. **Os Institutos Federais: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica** – Natal: IFRN, 2010.

PACHECO, E. M. **Reflexões sobre os desafios sociais dos Institutos Federais**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília: MEC/Setec, v. 1, n. 1, p. 23-37, jun. 2011.

PACHECO, E. M; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades**. Linhas Críticas, Brasília , v. 16, n. 30, p. 71-88, jun. 2010. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-04312010000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 ago. 2025.

PASQUALLI, R.; VIELLA, M. A. L.; VIEIRA, J. A. **Desafio da docência na Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil**. Educar em Revista, Curitiba, v. 39, e73172, 2023

PELISSARI, L. B.. **A Reforma da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: 2016 a 2021**. Educação em Revista/[S. l.], v. 39, n. 39, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37056> Acesso em: 7 ago. 2025.

PIOLLI, E.; SALA, M.. **Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional**. Revista USP, São Paulo, n. 127, p. 69-86, out./nov./dez. 2020.

POCHMANN, M.. **Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva 25 (1). Jan 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vnJWDbvYCwqdYdVypqrJMBm/?lang=pt>. Acesso em 09 de agosto de 2025

PONTES, S. R. de. **A extensão e suas relações com o mundo do trabalho: proposta de um guia de visitas técnicas gerenciais em educação profissional e tecnológica**. Mossoró, RN. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. 2021.

RAMOS, M.. **A concepção do Ensino Médio integrado**. Debate realizado no seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008. Disponível em: https://homol.forumeja.org.br/wp-content/uploads/taianacan-items/1688/439501/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1987.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 12, n. 32, p. 152-180, 2007.

SILVA, L. M. da. **Escolas de educação profissional no Ceará : um estudo avaliativo acerca dos fatores que contribuem para (in)eficácia dos resultados do SPAECE**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2020.

SILVA, L. M; CIASCA, I. **História da Educação Profissional no Brasil: do período colonial ao governo Michel Temer (1500-2018)**. 2021. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 05, n. 01, 73-101, 2021.

SILVA, D.; MOURA, D. H.; DE SOUZA, L. M. **A trajetória do PRONATEC e a reforma do ensino médio: algumas relações com a política de educação profissional mundial**. Revista Trabalho Necessário, [S.l.], v. 16, n. 30, nov. 2018. ISSN 1808-799X.

SIMÕES, C. A. **Juventude e Educação Técnica: a experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horácio Macedo/CEFET-RJ**. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SOTINI, F. I. . **Habilidades e competências na educação brasileira: Fundamentos e orientações da BNCC e documentos oficiais**. International Integralize Scientific. v 5, n 48, Junho/2025 ISSN/3085-654X

TAVARES, M. G.. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil**. IX Anped Sul. 2012.

VALER, S.; BROGNOLI, A.; LIMA, L.. **A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a constituição d o ser social e profissional**. Forum linguistic., Florianópolis, v.1 4 , n.4, p. 2785 - 2803 , out./dez. 2017

VELOSO, FERNANDO A; VILLELA, ANDRÉ; GIAMBIAGI, FÁBIO; **Determinantes do Milagre Econômico**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 62, n. 02, p. 221-246, Abr-Jun/2008

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyfKdd893mk/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 10 de novembro de 2025

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

APÊNDICE I - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome da Pesquisa: **DO CEFET-PB AO IFPB (*CAMPUS* JOÃO PESSOA):**

NOVOS RUMOS FORMATIVOS DO CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA À PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

Pesquisadora responsável: **Andrezza Soares Freitas de Araújo**

Entrevista Destinada a:

Docentes do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Médio

1. Quais foram as principais mudanças verificadas no curso de Eletrotécnica, considerando o processo de transição dos CEFETs em IFs?
2. Enquanto participante do Curso de Eletrotécnica, você percebe(u) mudanças no perfil da formação discente comparando o período em que o curso funcionou no CEFET (*Campus* João Pessoa) e o período em que funcionou/funciona no IFPB (*Campus* João Pessoa)?
3. Como você percebe a proposta de formação para o trabalho oferecida pelo Curso Técnico em Eletrotécnica no CEFET-PB (*Campus* João Pessoa) e/ou no IFPB (*Campus* João Pessoa)?
4. Você percebeu que o contexto político de então influenciou o modo como - em sua época de estudante e/ou professor(a) - o curso foi sendo pensado no sentido da formação para o mundo do trabalho?
5. Você acredita que a transformação entre CEFET – PB (*Campus* João Pessoa) e IFPB (*Campus* João Pessoa) influenciou, de alguma forma, o modo como estava estruturado o currículo e a estrutura desse curso?

Obrigada pela colaboração!

**APÊNDICE II: TERMO DE SOLICITAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM
(MAIOR DE 18 ANOS)**

Prezado(a) participante,

Este documento tem como objetivo solicitar sua autorização para a gravação de sua imagem e voz durante a realização da pesquisa intitulada “DO CEFET-PB AO IFPB (*CAMPUS* JOÃO PESSOA): NOVOS RUMOS FORMATIVOS DO CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA À PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO”, desenvolvida pela pesquisadora Andrezza Soares Freitas de Araújo, sob orientação do Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino. Os registros serão utilizados na produção de um documentário, que tematizará os avanços e/ou retrocessos do Projeto Educacional dos IF’s em termos de formação para o mundo do trabalho em comparação aos modelos escolares anteriores gestados no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Esse documentário será veiculado diante da banca de defesa de Mestrado da pesquisadora Andrezza Soares Freitas de Araújo, no Canal do YouTube do IFPB *Campus* João Pessoa e no repositório de Produtos Educacionais do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), podendo ser utilizado para possíveis atividades de divulgação relacionadas ao estudo, como apresentações, publicações ou materiais institucionais.

Consentimento de Autorização de Uso de Imagens (fotos e/ou vídeos)

Para sua autonomia e de acordo com os preceitos éticos da Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 3º, Inciso VII, oferecemos as seguintes opções de consentimento:

- () **Sim, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e voz.**
- () **Não, não autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e voz.**
- () **Autorizo a gravação, mas não a divulgação da minha imagem e voz.**

Por favor, assinale a opção que melhor representa sua decisão. Sua participação é voluntária, e sua decisão será respeitada integralmente.

João Pessoa/PB, ____/____/____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE III: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (MAIOR DE 18 ANOS)

Prezado/a,

Gostaria de convidar você para participar da pesquisa intitulada “DO CEFET-PB AO IFPB (*CAMPUS* JOÃO PESSOA): NOVOS RUMOS FORMATIVOS DO CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA À PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO”, desenvolvida pela pesquisadora Andrezza Soares Freitas de Araújo, sob orientação do Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino.

O objetivo central do estudo é “Verificar quais avanços e retrocessos, em termos de formação para o mundo do trabalho, podem ser percebidos no Curso Técnico de Eletrotécnica, do Instituto Federal da Paraíba, *Campus* João Pessoa, com relação ao modelo anterior, ainda CEFET”. O convite se deve ao fato de sua relevante participação na história do referido curso, por ter feito parte do período de transição entre CEFET e Institutos Federais, podendo contribuir muito para o andamento deste projeto de pesquisa, trazendo à luz fatos não conhecidos da história deste curso e do momento em que ele foi incorporado pela nova realidade, surgida com a criação dos IFs.

Sua participação consistirá em conceder uma entrevista contendo perguntas acerca da temática, que ocorrerá nas dependências do Instituto Federal da Paraíba, *Campus* João Pessoa, contando com o apoio estrutural da instituição, com tempo estimado de resposta em 20 minutos. Esclarecemos que a mesma será gravada, mediante solicitação formal prévia, e os registros serão utilizados na produção de um documentário. Esse documentário será veiculado diante da banca de defesa de mestrado da pesquisadora, no Canal do YouTube do IFPB *Campus* João Pessoa e no repositório de Produtos Educacionais do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), podendo ser utilizado para possíveis atividades de divulgação relacionadas ao estudo, como apresentações, publicações ou materiais institucionais.

Os benefícios relacionados com a participação nesta pesquisa são: colaboração para o resgate da memória do curso analisado, bem como auxiliar na compreensão, pelas gerações futuras, de fatos importantes e marcantes no processo de transição dos CEFETs para os Institutos Federais.

Os riscos envolvidos nesta pesquisa incluem os desconfortos emocionais, como inibição, constrangimento, estresse e ansiedade, durante a entrevista.

Para minimizá-los, você será informado sobre o procedimento da entrevista, sendo-lhe esclarecido que pode desistir ou optar por não responder a algum questionamento a qualquer momento, sem que seja, de modo algum, penalizado, garantindo, assim, a sua total liberdade, evitando constrangimento ou pressões de qualquer natureza. Contudo, caso seja percebida manifestação de desconforto ou distúrbio no seu comportamento psíquico em virtude de cansaço, irritação e/ou stress consequentes à entrevista, suspenderemos a mesma, buscando suporte de algum(a) dos(as) profissionais de Psicologia do IFPB (*Campus* João Pessoa).

Se houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade da pesquisadora Andrezza Soares Freitas de Araújo.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação.

Os resultados da pesquisa e o Produto Educacional serão disponibilizados a comunidade acadêmica e geral no repositório institucional do Instituto Federal da Paraíba (IFPB); também poderá ser publicada em eventos de cunho acadêmico ou científico. O documentário será veiculado no Canal do YouTube do Instituto Federal da Paraíba, como já mencionado anteriormente.

A pesquisadora estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo.

A assinatura do TCLE poderá ser realizada de forma virtual ou presencial, ficando uma via para você e outra para a pesquisadora. Os membros responsáveis pela pesquisa estarão à sua disposição para quaisquer esclarecimentos que considerem necessários em qualquer etapa da pesquisa.

Esta pesquisa está de acordo com a Resolução n. 510/2016 do CNS (Conselho Nacional de Saúde) que foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB). O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

A pesquisadora manterá a guarda dos vídeos, imagens e áudios sob segurança, em nuvens criptografadas ou em acervos com chaves eletrônicas, para que assim seja garantido o direito do sigilo das fontes e para que não valem informações pessoais que eventualmente possam constar em tais registros.

Caso necessite de maiores informações sobre a referida pesquisa, favor entrar em contato com a pesquisadora Andrezza Soares Freitas de Araújo, através do e-mail andrezza.soares@academico.ifpb.edu.br, ou através do telefone (83) 98750 0255, ou com o orientador desse projeto, o Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino, através do e-mail emmanoel.rufino@ifpb.edu.br, ou através do telefone (83) 98843 6351.

Ao final da pesquisa, a devolutiva com os resultados e o produto educacional serão enviados para o e-mail o individual de cada participante, em arquivo PDF e link do documentário, direcionando ao Canal do YouTube do Instituto Federal da Paraíba e ao repositório de Produtos Educacionais do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP/IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se você desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP/IFPB) no endereço Av. João da Mata, 256, Jaguaribe, João Pessoa,

PB. Telefone: (83) 3612-9725. Ou ainda, em caso de dúvidas, favor encaminhar para eticaempesquisa@ifpb.edu.br).

Consentimento da participação na pesquisa:

Declaro que fui informado/a dos objetivos e relevância da pesquisa proposta e estou ciente de como será a minha participação neste estudo. Além disso, estou ciente que receberei, por e-mail, uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorizo a utilização dos dados referentes à minha participação em publicações e/ou eventos científicos, desde que seja preservada a minha identificação.

João Pessoa/PB, ____/____/____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora

ANEXO I: ANUÊNCIA SETOR DE PSICOLOGIA DO IFPB CAMPUS JOÃO PESSOA

Termo de Anuência

Eu, Anna Paola Sivini Lins e Silva, na qualidade de Psicóloga do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) - Campus João Pessoa, declaro minha anuência e compromisso de oferecer suporte ao entrevistado da pesquisa de mestrado intitulada "Curso Técnico de Eletrotécnica - IFPB - Campus João Pessoa: Novos Rumos e Preparação para o Mundo do Trabalho após Chegada dos IFs".

Comprometo-me a garantir que, caso o entrevistado manifeste desconforto ou apresente qualquer distúrbio no comportamento psíquico, decorrente de cansaço, irritação ou stress durante a realização da entrevista, a equipe de psicologia estará à disposição para prestar o suporte necessário, promovendo o bem-estar do participante e assegurando o respeito às suas condições emocionais e físicas.

Por ser verdade, firmo o presente termo.

João Pessoa, 04 de junho de 2025



Documento assinado digitalmente

ANNA PAOLA SIVINI LINS E SILVA

Data: 04/06/2025 11:18:05-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Psicóloga

Instituto Federal da Paraíba - IFPB

Campus João Pessoa

ANEXO II: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CURSO TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA e IFPB e CAMPUS JOÃO PESSOA: NOVOS RUMOS E PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO APÓS ACHEGADA DOS IFs

Pesquisador: ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAUJO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 88003625.4.0000.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.699.316

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de mestrado, vinculada ao Profept, Campus João Pessoa, que, conforme a pesquisadora o "e projeto busca empreender uma análise sobre as origens do curso técnico de Eletrotécnica integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal da Paraíba, Campus João Pessoa, buscando compreender a percepção dos docentes do referido curso no tocante à criação dos Institutos Federais e as mudanças oriundas desse processo, especialmente no sentido de formação para o mundo do trabalho.

Dentro desse contexto, busca-se descrever os primeiros tempos da Rede Federal de Educação Profissional, datados de 1909 e os principais fatos e momentos da história da Educação Profissional, sempre enfatizando e adentrando o contexto político de cada um desses momentos e exatamente quais políticas públicas foram adotadas e como estas contribuíram para o avanço dessa modalidade de educação.

O protocolo se configura como uma pesquisa teórica, de abordagem de caráter qualitativo e de amostragem não probabilística, tendo em vista que o universo da pesquisa será composto por docentes e estudantes egressos do curso a ser analisado. Buscará por arquivos e documentos históricos relacionados à criação do Curso Técnico de Eletrotécnica, integrado ao Ensino

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.699.316

Médio, do IFPB, Campus João Pessoa, especialmente por ser um dos cursos mais antigos da instituição, bem anterior à criação dos Institutos Federais e as escolas que lhe precederam. A etapa de investigação documental será realizada no acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP)

A coleta de dados será através de entrevistas orais semiestruturadas, conduzidas em diálogo aberto, como foco em assuntos predeterminados, com o objetivo de produzir um documentário (que será nosso Produto Educacional) com depoimentos de docentes e estudantes egressos do Curso Técnico de Eletrotécnica integrado ao Ensino Médio, Campus João Pessoa do IFPB.

Pretende-se colher relatos dos mais diversos, com informações que certamente produzirão importantes resultados para esta pesquisa, diante da problemática que aqui se busca estudar.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Verificar possíveis avanços e/ou retrocessos percebidos em termos de concepção de formação para o mundo do trabalho no curso técnico de Eletrotécnica no período da sua oferta no CEFET PB (Campus João Pessoa) e do IFPB (Campus João Pessoa).

Objetivo Secundário:

- Examinar as categorias teórico-conceituais implicadas na discussão sobre formação para o mundo do trabalho na Educação Profissional e Tecnológica.
- Desenvolver um estudo sobre as origens do Curso técnico de Eletrotécnica integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal da Paraíba, Campus João Pessoa.
- Empreender uma busca para compreender a percepção dos docentes do referido curso no tocante à criação dos Institutos Federais e as mudanças advindas desse processo.
- Analisar que mudanças puderam ser verificadas no contexto do curso com o processo de transição dos CEFETs para os Institutos Federais.5)Desenvolver - como Produto Educacional - um documentário, contendo relatos de alunos egressos e de professores do Curso de Eletrotécnica, que vivenciaram momentos anteriores à criação dos IFs, com vistas a reunir informações acerca do modo como concebem em suas experiências formativas dentro do referido curso - o preparo para o mundo do trabalho.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.699.316

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos envolvidos nesta pesquisa incluem os desconfortos emocionais, como inibição, constrangimento, estresse e ansiedade, durante entrevistas. Para minimizá-los, o participante será informado sobre o procedimento da entrevista, sendo-lhe esclarecido que pode desistir ou optar por não responder a algum questionamento a qualquer momento, sem que seja, de modo algum, penalizado, garantindo, assim, a sua total liberdade, evitando constrangimento ou pressões de qualquer natureza.

Contudo, caso seja percebida manifestação de desconforto ou distúrbio no comportamento psíquico do participante em virtude de cansaço, irritação e/ou stress consequentes à entrevista, os autores afirmam que suspenderão a mesma, buscando suporte de algum(a) dos(as) profissionais de Psicologia do IFPB (Campus João Pessoa).

Benefícios:

Colaboração para o resgate da memória do curso analisado, bem como auxiliar na compreensão, pelas gerações futuras, de fatos importantes e marcantes no processo de transição dos CEFETs para os Institutos Federais

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O referido protocolo já foi objeto de apreciação por parte este CEP, que apontou as seguintes pendências:

Pendência 1 - Sanada

Incluir termo de anuência da chefia imediata do profissional de psicologia

Resposta do pesquisador: Informação inserida no projeto (Apêndice IV, página 42) e anexada à Plataforma Brasil.

Pendência 2 - Ajustar o cronograma - Sanada

Resposta do pesquisador:: Cronograma ajustado no projeto (páginas 29-30, destacado em amarelo), como também nas informações básicas do projeto na Plataforma Brasil e anexado à

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.699.316

mesma.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: Apresentada;

Projeto detalhado: Apresentado;

Cronograma: Ajustado;

Orçamento: apresentado;

TCLE: apresentado;

Termo de autorização do uso de imagem e voz: Apresentado;

Instrumento de coleta de dados: apresentado;

Termo de anuência da chefia imediata do profissional de psicologia: Apresentado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer do relator e em se tratando de resposta a pendências já emitidas e sanadas, e para não atrasar o início ou a continuidade da pesquisa, emito, na condição de Coordenador(a), o parecer de APROVADO, conforme as normas da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Recomenda-se ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

1. O participante tem o direito de desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos (Res. CNS 510/2016 - art. 9º, item II).
2. A pesquisa deve ser conduzida conforme o delineamento aprovado, sendo a descontinuidade permitida apenas com análise prévia do CEP, salvo em caso de risco iminente ao participante.
3. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando escrito, deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as páginas e assinadas ao final pelo participante ou representante legal e pelo pesquisador responsável ou pessoa delegada. Ambas as vias devem conter os contatos do pesquisador e do CEP (e da CONEP, se pertinente), sendo uma via entregue ao participante.
4. O CEP deve ser informado sobre qualquer evento adverso ou fato relevante durante o estudo.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.699.316

5. Alterações ou emendas devem ser encaminhadas ao CEP com justificativas e identificação clara das mudanças.

6. O relatório final deve ser apresentado ao CEP até a data de 30 de novembro de 2025, conforme cronograma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2527942.pdf	04/06/2025 12:04:14		Aceito
Outros	TERMOANUENCIAPSICOLOGIA.pdf	04/06/2025 12:02:46	ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAUJO	Aceito
Outros	cartaresposta04junho.pdf	04/06/2025 11:56:30	ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAUJO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAATIVIDADES.pdf	04/06/2025 11:54:32	ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAUJO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOATUALIZADOJUNHO.pdf	04/06/2025 11:54:13	ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAUJO	Aceito
Outros	SOLICITACAOUSODEIMAGEM.pdf	13/05/2025 23:21:25	ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAUJO	Aceito
Outros	INSTCOLETADADOS.pdf	13/05/2025 23:20:54	ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEATUALIZADO.pdf	13/05/2025 23:19:59	ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAUJO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	15/04/2025 23:33:59	ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOANDREZZA.pdf	01/04/2025 19:44:07	ANDREZZA SOARES FREITAS DE ARAUJO	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



Continuação do Parecer: 7.699.316

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 09 de Julho de 2025

Assinado por:

LEANDRO JOSE MEDEIROS AMORIM SANTOS
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)99940-0685 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br